



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 134

IV Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 13 de abril de 2016

Presidente: *Deputado Ricardo Cabral (substituído no decorrer da Sessão pela Sra. Deputada Ana Luís)*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados passou-se para a apresentação dos votos entrados na Mesa.

- [Voto de Congratulação pelos 100 anos da reconstrução do Teatro Faialense](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pelo 1.º Centenário da Reconstrução do Teatro Faialense](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, novamente aprovado por unanimidade.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Jorge Costa Pereira (*PSD*).

- [Voto de Congratulação pelo quinquagésimo aniversário do Coral de São José, da cidade de Ponta Delgada](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Usaram da palavra sobre este voto a Sra. Deputada Cecília Pavão (*PS*), a quem coube a leitura do mesmo, e o Sr. Deputado José Andrade (*PSD*).

Aquando da votação o voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos 150 anos da Fábrica de Tabaco Micaelense**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade, não sem antes ter usado da palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro (*PSD*), para fazer a apresentação do mesmo, e o Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*).

Ainda relativamente ao Voto Congratulação pelo 50.º Aniversário do Coral de São José, prestou um esclarecimento o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*).

- **Voto de Congratulação pelos 100 anos do Império das Lajes** (Ilha Terceira), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Paulo Ribeiro (*PSD*), tendo usado da palavra posteriormente o Sr. Deputado Nuno Meneses (*PS*).

Seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pela classificação das Fajãs de São Jorge como Reserva da Biosfera**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*), usando de seguida da palavra as Sras. Deputadas Ana Espínola (*CDS-PP*) e Paula Bettencourt (*PS*).

Submetido à votação o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação – “Produtos jorgenses conquistam prémios em concurso nacional”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Novamente apresentado pelo Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*), o voto foi aprovado por unanimidade, não sem antes ter usado da palavra as Sras. Deputadas Paula Bettencourt (*PS*) e Ana Espínola (*CDS-PP*).

- **Voto de Protesto pelos incumprimentos do Governo no Museu Carlos Machado**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

No debate deste voto usaram da palavra os/a Srs./a Deputados/a José Andrade (*PSD*), Renata Correia Botelho (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Submetido à votação o voto em apreço foi rejeitado por maioria.

- **Voto de Protesto “pela situação a que se assiste e que atenta contra princípios elementares da Democracia e do Estado de Direito e apela para que, nos termos previstos na legislação da República de Angola, a tramitação do processo obedeça aos princípios fundadores do Estado de Direito, incluindo o direito de oposição, por meios pacíficos, às autoridades constituídas”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), usaram da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e João Bruto da Costa (*PSD*).

- **Voto de Protesto pela incapacidade que o Governo Regional tem revelado em cumprir com o seu compromisso eleitoral relativamente à Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Rendeiro (*PSD*), a quem coube a leitura do voto, Francisco Coelho (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação o voto supramencionado foi novamente rejeitado por maioria.

Seguiu-se uma **Comunicação do Governo**, apresentada mais especificamente pelo Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*).

No debate participaram os/a Srs./a Deputados/a André Bradford (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Zuraida Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e António Pedroso (*PSD*).

Posteriormente passou-se para o debate e votação dos diversos pontos constantes na **Agenda da Reunião**.

- [Anteproposta de Lei n.º 17/X – “Elimina o pagamento de taxas moderadoras no acesso a cuidados de saúde do Serviço Nacional de Saúde”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM;

No debate usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Ricardo Cabral (*PS*), Luís Maurício (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Graça Silveira (*CDS-PP*) e José San-Bento (*PS*).

A Anteproposta de Lei foi rejeitada por maioria.

- [Projeto de Resolução n.º 132/X – “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pronuncia-se, por sua iniciativa, frontalmente contra a criação da figura de Presidente dos Açores e de governos de Ilha, no âmbito de uma futura revisão da Constituição da República Portuguesa”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM;

A apresentação do diploma coube ao Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), seguindo-se o debate com a participação dos Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*), António Marinho (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Duarte Freitas (*PSD*) e ainda do Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Novamente por maioria o diploma foi rejeitado, aquando da votação em plenário.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 30 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Membro do Governo.

Eram 10 horas e 06 minutos.

Encarrega-me Sua Excelência a Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional para conduzir a sessão de hoje porque está em representação institucional.

Agradecia ao Sr. Secretário que fizesse o favor de proceder à chamada.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Está aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, conforme deliberou a Conferência de Líderes e como o nosso Regimento prevê o período da manhã dos nossos trabalhos, está reservado ao PTAP, Período de Tratamento de Assuntos Políticos. Vamos começar pelos votos de congratulação, depois os de saudação, de seguida os de protesto e por fim os votos de pesar, como diz o art.º 71.º, alínea a) do nosso Regimento.

O primeiro voto é **pelos 100 anos da Reconstrução do Teatro Faialense.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Voto de Congratulação

Pelos 100 anos da Reconstrução do Teatro Faialense

Há 100 anos, o Teatro União Faialense, que tinha sido criado em 1856 como o primeiro teatro regular dos Açores, foi alvo de uma grande intervenção e a 6 de abril de 1916 reabriu ao público com a designação que perdura até aos dias de hoje: Teatro Faialense.

A Alameda Barão de Roches, onde mora o Teatro Faialense, acolhe o maior palco da ilha do Faial, para o qual as instituições culturais deste concelho se preparam para dar a conhecer o que de melhor têm e onde os artistas que nos visitam apresentam os seus espetáculos.

O Teatro Faialense é ainda a casa do cinema da ilha do Faial onde os amantes da 7.^a Arte têm oportunidade de acompanhar o que de melhor se faz nesta área.

E foi precisamente após a introdução do cinema no Teatro Faialense, e perante um edifício que já exigia obras de remodelação, que o então proprietário do Teatro, José Bettencourt, avançou para a demolição do espaço existente apostando num novo imóvel.

Neste momento, devemos assim deixar uma palavra de reconhecimento não só ao empreendedorismo de José Bettencourt, mas também a quem se dedicou a esta casa como o mecenas Walter Bensaúde e o engenheiro Fernando Assis Barcelos Coelho Borges, diretor das Obras Públicas que foi autor do projeto.

Passados 100 anos do novo edifício do Teatro Faialense, não devemos apenas recordar a opereta “A Fonte dos Namorados” com o espaço que reabriu ao público, mas o essencial contributo que este espaço de cultura deu ao público

faialense.

Para tal foi fundamental a intervenção pública que houve quando, em 1995, a Câmara Municipal da Horta adquiriu o imóvel procedendo à sua transformação, adaptando o Teatro Faialense às exigências de hoje em dia. Recorde-se que até a esta data, o teatro tinha estado sempre na posse da família Vasconcelos Corrêa e Ávila, tendo passado pela mão de várias gerações.

Atualmente, além de sala de espetáculos e de cinema, o Teatro Faialense coloca à disposição de toda a comunidade um auditório e um serviço de apoio de bar.

O Teatro Faialense tem nos últimos anos assistido a um aumento do número de entradas e é esse o caminho que consideramos de correto para aquele espaço de cultura e de ocupação.

Assinalar e lembrar os 100 anos daquele edifício da cidade da Horta, é recordar os homens e mulheres que contribuíram para que a cultura faialense não morresse, mas também todos aqueles que paulatinamente foram dando passos seguros para que o Teatro Faialense não caísse no esquecimento nem fosse vítima irrecuperável da passagem do tempo e da degradação que dela advém.

Ao celebrar os 100 anos do Teatro Faialense, realçamos, por fim, o contributo que este tem dado para a construção de uma cultura faialense, com a certeza que o futuro daquele imóvel vai muito para além de ser um edifício de referência da cidade, tendo de ser um espaço de vida pela presença de toda a comunidade que nele se revê.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelos 100 anos da reconstrução do Teatro Faialense.

Mais propõe que deste Voto seja dado conhecimento aos descendentes da família Vasconcelos Corrêa e Ávila, à UrbHorta e à Câmara Municipal da Horta.

Os Deputados, *Lúcio Rodrigues, Berto Messias, José San-Bento, Renata*

Correa Botelho e Catarina Moniz Furtado

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo mais inscrições vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Temos aqui o segundo voto desta manhã, sobre o mesmo tema: **1.º Centenário da Reconstrução do Teatro Faialense**, apresentado pelo Sr. Deputado do PSD, Costa Pereira.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

1.º Centenário da Reconstrução do Teatro Faialense

No passado dia 6 de abril completou-se o primeiro centenário da reconstrução do Teatro Faialense, que transformou o degradado Teatro União Faialense numa casa de espetáculos moderna, funcional e adaptada às exigências do seu tempo.

Não se conhecem as primeiras casas de espetáculos que terão existido na cidade da Horta. Registou a tradição que uma delas era um granel que, a partir de 16 de Setembro de 1856, deu lugar ao Teatro União Faialense, mandado construir pelo advogado João de Bettencourt de Vasconcelos Corrêa e Ávila.

No entanto, na década de oitenta do século XIX, o edifício encontrava-se já em mau estado de conservação e a exigir uma intervenção, que aconteceu entre

1882 e 1884, sendo reaberto a 24 de março de 1884 com a apresentação de uma peça da autoria do escritor e dramaturgo João Francisco Xavier de Eça Leal.

Decorreram os anos e o Teatro União Faialense revelava-se pequeno e deficiente, pelo que se impunha a construção de uma nova casa de espetáculos dimensionada e confortável, que respondesse às novas exigências do público. Assumiu esse projeto o neto do fundador, José de Bettencourt Vasconcelos Corrêa e Ávila Júnior que se tornara o único proprietário do imóvel pela compra que fizera das partes que pertenciam a outros familiares.

Procedeu-se, então, à demolição do velho edifício que deu lugar a uma nova casa de espetáculos, que se passou a chamar “Teatro Faialense”. O projeto do novo imóvel foi da autoria do Eng.º Francisco de Assis Barcelos Coelho Borges, na altura Diretor das Obras Públicas da Horta.

Desde a demolição, iniciada em 2 de Julho de 1915 até ao fim da construção mediaram apenas dez meses.

A inauguração do teatro reconstruído efetuou-se em 6 de Abril de 1916, tendo sido representada a peça da autoria de António Baptista “A Fonte dos Namorados”.

O novo teatro possuía uma lotação de 730 lugares e conheceu até ao início da II Grande Guerra um dos períodos mais áureos da sua existência, apresentando uma programação rica e diversificada que ia desde o teatro, aos concertos, às variedades e ao cinema.

Pelo Teatro Faialense passaram, para além dos muitos e variados grupos e artistas amadores locais, companhias profissionais em tournée pelos Açores, solistas nacionais e internacionais, espetáculos de dança, ilusionismo, ventriloquia e mesmo combates de boxe.

À medida que nos aproximamos do último quartel do século passado, progressivamente o cinema ganha relevância no contexto da oferta apresentada, tornando-se, em certos momentos, quase a sua atividade exclusiva.

O aparecimento de alternativas de entretenimento, nomeadamente da Televisão, e a degradação das condições do imóvel, conduziram a uma crise na exploração do mesmo que levou ao seu encerramento.

Após vários anos de negociação com os seus proprietários, herdeiros do fundador, o Teatro Faialense foi adquirido pela Câmara Municipal da Horta, em 1995.

Submetido às imprescindíveis obras de restauro e de ampliação, o Teatro reabriu a 6 de junho de 2003, com novas, modernas e adequadas condições para o cumprimento do seu importante papel cultural nesta cidade.

A importância que o Teatro Faialense desempenhou e desempenha na ilha do Faial e nos Açores, proporcionando ao público uma programação diversificada nas áreas do cinema, teatro, dança e música e, por essa via, garantindo aos habitantes desta ilha o direito ao acesso e usufruto de tais bens culturais, é merecedora do reconhecimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD propõe a aprovação do presente Voto de Saudação pelo cumprimento do primeiro centenário da construção do Teatro Faialense.

Mais se propõe que deste voto se dê conhecimento à Câmara e Assembleia Municipal da Horta.

Horta, Sala das Sessões, 13 de abril de 2016

Os Deputados Regionais, *António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Luís Garcia, Bruno Belo e Jorge Costa Pereira.*

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo mais inscrições vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é do Grupo Parlamentar do PS: **Voto de Congratulação, 50.º Aniversário do Coral de São José, da cidade de Ponta Delgada.**

Tem a palavra a Sra. Deputada Cecília Pavão.

Deputada Cecília Pavão (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação
Quinquagésimo aniversário do Coral de São José,
da cidade de Ponta Delgada

Cinquenta anos é a bonita idade do Grupo Coral de São José, da cidade de Ponta Delgada.

Foi constituído a 19 de março de 1967 para animação musical das missas da igreja do extinto Convento dos Franciscanos, hoje sede da paróquia de São José. Este maravilhoso templo continua a acolher a maioria das atuações do Coral, acompanhadas pela sonoridade única do seu órgão de tubos, considerado o mais importante órgão histórico dos Açores.

O Coral de São José – Associação Musical é associação sem fins lucrativos desde 1996 e Associação de Utilidade Pública desde o ano 2000.

Durante quarenta anos e até Junho de 2007, foi seu Maestro e Diretor Artístico José Leite Raposo. Essa função é atualmente exercida pelo Maestro Luís Filipe Carreiro, sendo Isabel Albergaria a organista titular e Svetlana Pascoal a pianista.

Embora ainda muito jovem, o Coral de São José cumpre a visão aristotélica do devir histórico enquanto caminho do potencial em busca da perfeição. Se os atos litúrgicos foram a inspiração inicial, o Grupo evoluiu para a interpretação de grandes obras

musicais, com a qualidade e o prestígio há muito reconhecidos. Atuou para altas entidades, privou com nomes de relevo no campo musical e conviveu com grandes maestros.

Para além de atuar com a Banda Militar dos Açores, o Coral de S. José acompanhou, entre outras, a Sinfonietta de Lisboa, a Orquestra Metropolitana de Lisboa ou a Orquestra Clássica da Madeira.

Deslocou-se e atuou nos Estados Unidos da América, na Madeira e em várias ilhas açorianas, em Lisboa e no Porto.

Em julho de 2012 promoveu o festival “Música no Colégio”, o primeiro do género, com quatro atuações musicais ao ar livre: Noite Açoriana, Noite Filarmonia, Noite de Gala e Noite de Lírica.

Fez várias gravações para a RDP-A e RTP1, participou em produção discográfica coletiva e editou o seu CD “Um Marco no Tempo” com letras de poetas de renome como Antero de Quental.

Foi distinguido com o Diploma de Reconhecimento Municipal pela Câmara Municipal de Ponta Delgada em 2003 e com a Insígnia de Mérito Cívico pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no Dia da Região, em 2008.

O Coral tem atualmente 75 elementos em três valências: Coro Sinfónico, Coro de Câmara e Coro Infanto-Juvenil.

Consideramos importante que esta Assembleia Regional demonstre a sua congratulação por este aniversário. O canto coral, para além da sua dimensão de arte musical, constitui igualmente uma relação com o belo, com o sagrado e com a restante sociedade. A liturgia cantada ou a interpretação de grandes peças musicais são uma prestação de serviço público, com a singularidade da arte ao dispor do sagrado, do povo celebrante ou da comunidade.

Parabenizamos o Coral de São José – Associação Cultural com um breve excerto do soneto *Nocturno*, de Antero, que integra o CD do Grupo:

*A ti confio o sonho em que me leva
Um instinto de luz, rompendo a treva,
Buscando, entre visões, o eterno Bem.*

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelo quinquagésimo aniversário do Coral de S. José, da cidade de Ponta Delgada.

Do presente Voto de Congratulação deve ser dado conhecimento aos seus Órgãos Sociais, aos músicos e intérpretes.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 13 de abril de 2016

Os Deputados, *Cecília Pavão, Bero Messias, José San-Bento, Miguel Costa, Francisco César, Arlinda Nunes, Pedro Moura, Renata Correia Botelho, Catarina Moniz Furtado, Graça Silva, Marta Couto e André Bradford.*

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado do PSD, José Andrade.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Este é um voto à frente do seu tempo. Estranhámos que o PS queira congratular os 50 anos do Coral de S. José com um ano de antecedência, aliás o próprio texto expressa bem que o Coral de S. José foi constituído a 19 de março de 1967, mas ainda assim a consideração que o Grupo Parlamentar do PSD tem

pelo Coral de S. José é tão grande que pelas razões invocadas no próprio voto, nós congratulamo-nos com muito gosto pelos 49 anos do Coral de S. José.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Não tenho mais inscrições.

Vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é o Voto de Congratulação dos 150 anos da Fábrica de Tabaco Micaelense, do Grupo Parlamentar do PSD e é apresentado pelo Sr. Deputado do PSD, Renato Cordeiro.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo:

Voto de Congratulação

150 anos da Fábrica de Tabaco Micaelense

Durante o séc. XIX, a Revolução Industrial trouxe mudanças por todo o mundo, às quais as nossas ilhas não foram indiferentes, sendo evidente o espírito inovador do nosso povo, que perdura até hoje.

Os primeiros ensaios da cultura do tabaco na ilha de S. Miguel remontam à segunda metade do séc. XIX, impulsionada pelo desembargador José Ferreira Cardoso da Costa, que, com a imprensa insular e pela Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, defendiam a abolição do monopólio do tabaco, assim como as vantagens económicas da sua cultura para as nossas ilhas.

A 13 de Maio de 1864 é promulgada a lei régia da abolição do monopólio do tabaco, vigorando a partir de 1 de Janeiro de 1865 o livre comércio, fabrico e venda de tabaco no território português.

Neste contexto, em Abril de 1866 é fundada a Fábrica de Tabaco Micaelense. Tem como sócios fundadores José Jácome Correia, Clemente Joaquim da Costa, Abraão Bensaúde e José Bensaúde, começando por se situar de forma provisória na rua da Trindade, atual rua Caetano de Andrade e Albuquerque, na cidade de Ponta Delgada. Destes sócios, nenhum possuía experiência na manipulação do tabaco, sendo então contratado em Lisboa o mestre Caetano José como diretor técnico da empresa.

É de louvar o espírito empreendedor e aventureiro de José Bensaúde e dos seus sócios numa época em que os apoios governamentais não existiam.

Em 1872, obtém a licença para se mudar definitivamente para a rua de Santa Catarina, sendo esta a residência de José Bensaúde, que hoje em dia dá nome à mesma rua.

Depois da fundação da FTM surgem outras indústrias, nomeadamente a União, a Insulana, a Esperança, Tabacos da Maia, a Estrela, a Flor d'Angra, a Angrense e a Âncora. Na maioria dos casos tiveram uma curta existência, em que o problema não residia na falta de matéria-prima, nem na qualidade de fabrico, mas sim na falta de recursos dos consumidores e no facto de recorrerem ao tabaco cultivado para consumo próprio.

Para uma sociedade rural empobrecida, esta empresa trouxe uma outra oportunidade aos que viviam da terra. Para além de agora existir uma cultura rentável ao agricultor, a fábrica também trazia emprego ao agregado familiar. A mão-de-obra era maioritariamente feminina, criando-se uma importante fonte de rendimento às famílias de camponeses periféricas à cidade de Ponta Delgada e sendo este o primeiro trabalho remunerado destas mulheres. Na altura

empregava 150 mulheres e dois homens, registando, no final de 2015, 83 colaboradores, dos quais 43 homens e 40 mulheres.

A marca mais antiga da fábrica e ainda em produção, é a Santa Justa, registada em 1895, sendo curioso registar os nomes atribuídos a outras marcas, designadamente, para homenagear políticos internacionais como Garibaldi, Lincoln, Roosevelt, Gugunhana e Yankee; ou personalidades regionais e nacionais como Ernesto do Canto, Antero de Quental, José Jácome, Velho Cabral, Gaspar Frutuoso, Cortes Reais e Eça de Queirós; ou ainda com referências geográficas como Batávia, Timor, Filipinos, Argel, Túnis, Itália, Florença, Londres, New York, Romanos, Cuba, Venezas, Funchais e Leoneses. Com a revolução de Abril, a Fábrica de Tabaco Micaelense é nacionalizada em 1975 e reprivatizada em 1995, sendo que 80% do seu capital é adquirida pela Sociedade Atlântica de Investimentos, uma sociedade gestora de participações sociais detida em cerca de 64% pela Tabaqueira, S.A. pertencendo assim ao Grupo Philip Morris. Entrando neste milénio, há uma reestruturação de negócios com o princípio de “pensar globalmente e agir localmente”, pelo que a Sociedade Atlântica de Investimentos, por decisão da Philip Morris, passa a detentora da Fábrica de Tabaco Micaelense.

Em 2000 inicia a produção de Marlboro, com qualidade de produção reconhecida ao nível das melhores fábricas do mundo, e em 2013 começa a produzir a marca Camel, no ano em que esta comemorava o seu centenário.

No ranking das 100 Maiores Empresas dos Açores, a FTM é considerada como a Melhor Empresa dos Açores em 2009, e, no mesmo ano, é reconhecida como a empresa Portuguesa do Ramo Industrial que mais cresceu, sendo distinguida pelo IAPMEI com o estatuto “PME Excelência” graças ao seu desempenho económico-financeiro e de gestão.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma

dos Açores um Voto de Congratulação pelos 150 Anos da Fábrica de Tabaco Micaelense, enaltecendo todos quantos contribuíram para o seu êxito, desde os seus trabalhadores, gestores e empresários.

Deste voto deverá ser dado conhecimento formal à sua Direção, assim como à Câmara Municipal de Ponta Delgada e à Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões 13 de Abril de 2016

Os Deputados, *António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Luís Garcia, Bruno Belo, Humberto Melo e Renato Cordeiro.*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O PS, de forma clara, associasse a este voto e gostava de salientar aqui algumas questões que no seu entender são fundamentais.

Primeiro, a perseverança, a resiliência dos empreendedores açorianos, nomeadamente aqueles do setor agrícola em manter uma série de produções, apesar das limitações várias que existiam, quer em termos de transporte, quer em termos de legislação, de legislação alguma dessa que se foi criando à maneira que as nossas produções atingiam números significativos e conseguiam beliscar, por assim dizer, as produções efetuadas em Portugal Continental.

Mas os açorianos daquela altura não desistiram e arranjam soluções.

Depois de terem passado por períodos extraordinários de exportação do pastel e da laranja por exemplo, dificultados esses por ausência de um porto, foi uma comissão de empreendedores da Ilha de S. Miguel que pôs mãos às suas custas para a construção de um porto na Ilha de S. Miguel que permitisse uma melhor exportação desses produtos.

Posteriormente, as dificuldades de colocação destes produtos no mercado europeu, por circunstâncias diversas foi ultrapassada, por assim dizer, ou pelo menos tentou-se ultrapassar pelos açorianos, naquela sua característica de não desistir e de lutar introduzindo novas espécies e aí entram por exemplo, o chá, entra por exemplo a produção de álcool a partir de batata, entra por exemplo o tabaco.

Empresários açorianos ilustres, alguns deles educados nas capitais europeias, puseram aqui o seu saber para que os produtos da Região e ainda hoje é o objetivo para que os produtos da Região conseguissem uma mais valia extraordinária que fosse benéfica para a economia, ou seja não sendo só para próprios os empresários, para os seus trabalhadores, para a população em geral. É isto aqui, entre outras coisas, que é de louvar.

Houve uma luta constante na história dos Açores pela defesa, pela criação de mais valias dos nossos produtos, pela defesa de condições de exportação destes produtos, ou seja, todas essas lutas foram, porque só assim o podem ser, coordenadas e desenvolvidas por locais.

É isto que devemos continuar a fazer, ser nós a arranjar as alternativas para contornar as dificuldades por que alguns produtos passam.

A Fábrica de Tabaco Micaelense, a Fábrica de Tabaco Estrela, a SINAGA, as conserveiras, enfim, a produção do chá, foram uma série de produtos que provaram que havendo dedicação, empenho, trabalho, ousadia, alguma que hoje se poderia falar, engenharia agrícola, nós tínhamos e temos possibilidade.

A fábrica de tabaco resistiu 150 anos, vai assinalado esses 150 anos.

Agora, outras ficaram pelo caminho, outras estão a desenvolver-se, outras através de uma nova geração estão a criar-se e isto só quer dizer que nos Açores estivemos, estamos e estaremos no bom caminho e associamo-nos a este voto do PSD, de congratulação, pelos 150 anos da Fábrica de Tabaco Micaelense.

Muito obrigado.

Deputada Cecília Pavão (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é do Grupo Parlamentar do PSD: **Voto de Congratulação, 100 anos do Império das Lajes, Ilha Terceira**, apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Ribeiro.

Sr. Deputado Berto Messias, pede a palavra para uma interpelação? Faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra através da figura de interpelação e pedindo também desculpa ao Sr. Presidente e à câmara por algum abuso regimental mas faço esta interpelação tendo em conta o voto sobre o Coral de S. José para prestar um esclarecimento, também para pedir desculpa à câmara, pedido de desculpa este que é extensível também à direção do Coral de S. José e aos membros do Coral de S. José, pelo lapso e pelo erro cometido pelo Grupo Parlamentar, um erro que eu enquanto Presidente deste Grupo Parlamentar, assumo. Nós fomos de facto induzidos em erro, portanto foi um lapso não são 50 anos, são 49 anos e era apenas para dar este esclarecimento, pedir desculpa à câmara, pedido de desculpas este que é extensível à direção do coral e aos membros do coral, erro esse que eu próprio assumo.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está registado.

O próximo voto é então os **100 anos do Império das Lajes da Ilha Terceira**.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Ribeiro.

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

100 anos do Império das Lajes

Nos dois domingos de bodo não faltam na mesa do Império a massa sovada, o queijo de peso, os tremoços, as favas escoadas, os ovos recheados, a carne assada e o vinho de cheiro.

À direita, na mesa do Imperador, à esquerda, na mesa da Comissão do Império.

Ao centro, o altar em degraus domina toda a sala e, no seu lugar cimeiro, encontra-se exposta, durante todo o ano, uma coroa do Espírito Santo.

O Império das Lajes está situado junto à Igreja Paroquial da Vila, defronte da grandiosa “despensa”, de onde, em dia de bodo, saem os jarros de vinho e os açafates de pão que serão distribuídos por todos quantos visitarem a paróquia do Arcanjo São Miguel. Trata-se de um Império que apresenta uma planta retangular, num único piso, elevado sobre um embasamento e balcão adossado à fachada principal com guarda em ferro fundido entre pilaretes de alvenaria.

O acesso ao balcão e ao império é feito por duas escadas laterais em lajes de cantaria.

Tem três vãos na fachada principal que dão forma a uma porta e a duas janelas de peito com uma pequena guarda em ferro fundido, sendo que a iluminação natural do seu interior se completa com quatro janelas na fachada lateral esquerda.

A cimalha é constituída por cornija e platibanda, encimada por um frontão recortado contracurvado sobre a fachada principal. No tímpano

existe uma cartela onde é possível ler-se a inscrição "1916". Sobre o vértice do frontão está uma coroa do Espírito Santo.

Este imóvel foi construído em alvenaria rebocada e caiada a cal de cor branca, com exceção do soco, dos cunhais, das molduras boleadas dos vãos e das cornijas que atualmente são em cantaria envernizada. A cobertura apresenta-se de duas águas em telha de meia-cana típica dos Açores.

Este Império foi fundado por trinta e sete lajenses e a sua construção remonta ao ano de 1916. Comemora agora um século de existência.

Desde o Domingo da Pascoela até ao da Trindade são realizadas oito coroações e duas mordomias, não havendo memória de alguma vez ter ficado um domingo ou um bodo por atribuir, resultado do trabalho das sucessivas Comissões e que já conseguiu garantir a realização dos bodos durante os próximos sete anos.

Assegura-se, assim, a continuidade desta tradição secular e que constitui um dos elementos unificadores da nossa Região e da nossa identidade enquanto Povo.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe a aprovação deste Voto de Congratulação pelos 100 anos do Império da Vila das Lajes (Terceira), bem como dele dar conhecimento à respetiva Comissão de Império e à Junta de Freguesia da Vila das Lajes.

Horta, Sala das Sessões, 13 de abril de 2016

Os Deputados, *António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Luís Garcia, Bruno Belo e Paulo Ribeiro.*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Meneses.

(*) **Deputado Nuno Meneses (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Os impérios do Espírito Santo na Ilha Terceira, são pequenos templos que têm uma importância assinalável no culto do Espírito Santo sendo que os primeiros a serem edificados datam do séc. XVIII.

Na Terceira estão identificados 71 impérios, 37 no concelho de Angra e 16 no da Praia da Vitória, o que é uma mostra da implantação que os impérios têm na comunidade.

Claro que para além do interesse histórico e arquitetónico que estes edifícios têm, a sua maior importância estará sem dúvida no facto de estarem intimamente ligados às irmandades do Espírito Santo, muitas delas que já se constituíram como associação e que têm tido a capacidade de ao longo dos anos, manter bem acesa as tradições dos bodos e do culto ao Espírito Santo.

Por isto o PS associa-se a este voto.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é um Voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD: **Classificação das Fajãs de São Jorge como Reserva da Biosfera**, apresentado pelo Sr. Deputado António Pedroso.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado António Pedroso (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Voto de Congratulação

Classificação das Fajãs de São Jorge como Reserva da Biosfera

A ilha de S. Jorge e as suas mais de setenta Fajãs – pequenos nacos de terra junto ao mar que tiveram origem em deslizamentos de terras ou escoadas de lava - constituem um património natural e cultural único no contexto da Região e com enorme potencial de projeção no exterior e de geração de riqueza.

No passado mês de Março o Conselho Internacional de Coordenação do Programa MaB - Man and the Biosphere (O Homem e a Biosfera), da UNESCO, na sequência da candidatura apresentada pelo Governo dos Açores, classificou em Lima, no Perú, as Fajãs de S. Jorge como Reserva da Biosfera, território que passa a integrar a Rede Mundial.

A classificação contempla áreas de núcleo, de transição e de tampão, abrangendo toda a ilha de S. Jorge e uma área marinha adjacente até três milhas da costa e foi aprovada por unanimidade e aclamação

Os relevantes valores naturais, paisagísticos e culturais presentes nesses territórios devem ser potenciados, enquanto elementos incontornáveis da animação e da promoção turística da Região como destino de natureza. De salientar os variados trilhos pedestres, alguns já classificados, e muitos outros que não o foram, mas que encantam a maioria dos turistas que nos visitam e que invariavelmente começam ou acabam nas Fajãs.

Durante séculos a prática de diversificação agrícola praticada nas fajãs permitiu alimentar milhares de famílias, numa verdadeira agricultura biológica, adaptada à irregularidade e à qualidade dos terrenos.

Dos variados produtos das Fajãs, há que mencionar o caso do cultivo do Café, nas Fajãs dos Vimes, São João, e Almas, única produção de café na Europa, que merece a classificação de produto de interesse regional, e neste âmbito deveria ser protegida e incentivada.

A designação da Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge é um contributo importante, associada aos novos conceitos de economia verde e economia azul,

para a efetiva compreensão do valor social e económico do nosso património natural e cultural.

Esta classificação gerou alguma esperança nos Jorgenses que conscientes do elevado valor patrimonial e cultural das suas Fajãs esperam que este novo título seja fonte geradora de riqueza e criação de emprego e não um aumento de burocracias e entraves ao desenvolvimento turístico e económico da ilha de S. Jorge.

As diversas classificações e títulos atribuídos às fajãs de S. Jorge, só serão importantes para os jorgenses se contribuírem efetivamente para o aumento de rentabilidade e bem-estar da população.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores emita o seguinte voto:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores congratula-se pela classificação das Fajãs de S. Jorge como Reserva da Biosfera, território que passa a integrar a Rede Mundial.

A presente congratulação deve ser comunicada às Assembleias e Câmaras Municipais de Velas e Calheta, Conselho de Ilha de S. Jorge e às Juntas de Freguesia de S. Jorge.

Horta, sala das sessões, 13 de abril de 2016

Os Deputados, *António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, António Pedroso, Luís Garcia e Bruno Belo.*

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tenho mais duas inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputado do CDS-PP, Ana Espínola.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o CDS-PP também irá associar-se a este Voto de Congratulação apresentado pelo PSD da classificação das Fajãs de S. Jorge como reservas da biosfera, pelo reconhecimento da UNESCO, ao aprovar por unanimidade a candidatura das Fajãs da Ilha de S. Jorge a reserva da biosfera.

É mais um galardão a somar às diversas classificações que S. Jorge tem, mas não podemos deixar aqui de fazermos também uma constatação, é que de nada servem todas estas classificações se não houver retorno económico para as populações e se isso não ajudar à fixação de pessoas, sobretudo os jovens que cada vez mais procuram oportunidades de trabalho fora da sua ilha que os viu nascer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Se bem estão recordados foi com esse intuito de fixar jovens, de dinamizar a economia local, de recuperar património nas fajãs, de melhorar o acesso às fajãs que o CDS-PP apresentou aqui nesta Casa um projeto de resolução que foi aprovado por unanimidade e que se designou de Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs da Ilha de S. Jorge e é preciso colocar em prática esse plano, da mesma forma que não posso deixar de fazer referência às acessibilidades terrestres marítimas e aéreas, nomeadamente no que toca às acessibilidades terrestres, algumas com sérias necessidades de intervenção como seja a Fajã do Ouvidor, a estrada regional que liga a Urzelina aos Nortes, o Alto das Manadas, o troço entre o aeroporto e a Ribeira do Almeida.

Em relação às acessibilidades aéreas as ligações com o exterior que muitas vezes não estão devidamente articuladas e que obrigam a pernoitas noutras ilhas com custos acrescidos para os passageiros, nomeadamente nas acessibilidades marítimas apesar de termos barcos novos que se traduziram em maiores níveis de conforto para os passageiros, a verdade é que temos assistido a inúmeras situações de barcos parados por questões técnicas e também aquilo que seria uma mais valia anunciada que o transporte marítimo iria ter que era o transporte

de viaturas, neste momento continua a ser ligações mancas, nomeadamente com a ligação marítima Calheta/Angra que continua a não fazer o transporte de viaturas porque ainda nunca se construíram as rampas quer na Calheta, quer em Angra do Heroísmo, bem como ainda se torna incompreensível que passado ano e meio a ligação Velas/S. Roque também ainda não consiga ter o transporte e retomar o transporte de viaturas.

Portanto, é com agrado que vemos a atribuição deste galardão, mas não podíamos deixar aqui de manifestar as nossas preocupações relativamente à Ilha de S. Jorge.

Para visitar as ilhas é preciso ter acessibilidades, melhores condições de acessibilidades, quer para os locais, quer para quem nos quer visitar.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tenho inscrita a Sra. Deputada do PS, Paula Bettencourt.

(*) **Deputada Paula Bettencourt (PS):** Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS associa-se a este voto e votará favoravelmente e informa a câmara que amanhã apresentará um voto de igual teor.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD: **Produtos jorgenses conquistam prémio em concurso nacional**, apresentado pelo Sr. Deputado António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Produtos jorgenses conquistam prémio em concurso nacional

Os produtos de origem açoriana são únicos e de qualidade reconhecida.

Santa Catarina, herdeira da antiga tradição conserveira da ilha de S. Jorge e pioneira no respeito pelo mar e pelo ambiente, apresenta no mercado o melhor atum preparado segundo os métodos artesanais usados pelos antigos mestres conserveiros.

O Atum, sendo pescado de “Salto e Vara” no mar dos Açores, sem qualquer atividade predatória, é a única pesca que pode ser considerada Dolphin Safe e ambientalmente sustentável.

A marca “Santa Catarina”, além de ter ganho o prémio das conservas mais sustentáveis do mundo, atribuído pela Greenpeace, tem conseguido arrecadar outros distintos prémios.

No ano de 2013, as conservas de Santa Catarina foram o único produto açoriano a bordo do cacilheiro que representou Portugal na Bienal de Veneza. Esta participação permitiu a divulgação e identificação desta marca num evento de excelência mundial, representando este produto jorgense numa cidade que foi, durante meses, a capital artística mundial.

Agora, a indústria conserveira Santa Catarina conquistou cinco prémios no 5.º Concurso Nacional de Conservas de Pescado, realizado em Santarém, a 18 de março, organizado pelo CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, em conjunto com a Qualifica/oriGIn Portugal.

Numa produção considerada Groumet, o “Filete de Atum com Molho Cru”, já medalhado anteriormente e o novo “Atum com 4 Pimentas” foram agraciados com a medalha de prata.

Já o “Filete de Atum com Pimenta dos Açores em frasco de vidro” e o “Filete de Atum em azeite com Gengibre” obtiveram duas medalhas de ouro, sendo este último classificado como o melhor dos melhores.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores emita o seguinte voto:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores congratula-se pelo facto da “Santa Catarina Industria Conserveira” ter sido distinguida com cinco prémios no 5º Concurso Nacional de Conservas de Pescado, recebendo 2 medalhas de prata e 2 medalhas de ouro, bem como o prémio “ Melhor dos Melhores”;

A presente congratulação deve ser comunicada aos diretores e trabalhadores da “Santa Catarina”, que se têm esforçado para manter e aumentar a qualidade do produto Jorgense.

Horta, sala das sessões, 13 de Abril de 2016

Os Deputados, *António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, António Pedroso, Luís Garcia e Bruno Belo.*

Presidente: Muito obrigado, sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Paula Bettencourt do PS, tem a palavra.

(*) **Deputada Paula Bettencourt (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para informar que o Grupo Parlamentar do PS, associa-se a este voto, votará favoravelmente a amanhã apresentará um voto sobre o mesmo assunto.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada do CDS-PP, Ana Espínola.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o CDS-PP também irá associar-se a este voto, saudando todos os intervenientes na elaboração de um produto cuja qualidade tem vindo a ser reconhecida com frequência.

É também de realçar a importância que esta indústria também tem para a Ilha de S. Jorge, sobretudo no concelho da Calheta, sendo o local de trabalho de mais de 100 mulheres que se dedicam ao processamento de peixe e contribuem para um produto de excelência que tem merecido o reconhecimento de distintos prémios, por isso naturalmente o CDS-PP também irá associar-se a este voto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é do Grupo Parlamentar do PSD: **Voto de Protesto pelos incumprimentos do Governo no Museu Carlos Machado.**

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Incumprimentos do Governo no Museu Carlos Machado

Este Voto de Protesto não seria necessário se o Governo cumprisse as promessas que fez.

Portanto, quando agora é confrontado com um legítimo protesto do órgão fiscalizador da ação governativa, o Governo só se pode queixar de si próprio.

No último ano de uma legislatura de quatro anos e na última legislatura de um regime de vinte anos, o Governo do PS continua incapaz de cumprir os compromissos que assume.

Deputado Berto Messias (PS): Regime democrático eleito pelo povo!

O Orador: Isso acontece nos diferentes setores. Na Cultura também.

E pode ser demonstrado com diversos exemplos. Mas basta um.

É um facto que dispensa argumentos. Porque é, por si só, escandaloso. E porque ilustra, afinal, uma conduta geral.

Trata-se da obra de recuperação do edifício sede do Museu Carlos Machado em Ponta Delgada.

O Governo encerrou o núcleo principal do maior equipamento museológico da ilha de São Miguel em 2006. Há dez anos!

Primeiro era para ampliação, depois só para remodelação e afinal nem para reabilitação.

Houve um primeiro concurso alterado, um segundo concurso anulado e um terceiro concurso inacabado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Só nesta obra, durante 10 anos, o Governo já fez 10 promessas que não foi capaz de cumprir:

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Em 2009, prometeu para 2010.

Em 2011, prometeu para 2012.

Em dezembro de 2012, prometeu abertura imediata.

Em janeiro de 2013, prometeu para março seguinte.

Em junho de 2013, prometeu para outubro seguinte.

Em setembro de 2013, prometeu para dezembro seguinte.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E vai acabar!

O Orador: Em outubro de 2013, prometeu para o decurso de 2014.

Em dezembro de 2013, prometeu para o final de 2014.

Em outubro de 2014, prometeu para outubro de 2015.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Em outubro de 2015, prometeu para abril de 2016.

Estamos em abril de 2016 e já não estamos à espera da conclusão da obra. Já só estamos à espera da próxima promessa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Não colhe o argumento de que o museu “continua a funcionar normalmente”. Não é normal prescindir do núcleo mais representativo do museu, no histórico Convento de Santo André, onde se escondem e degradam as coleções de maior interesse turístico da nossa História Natural e da nossa Etnografia.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Menos colhe o argumento de que “agora é que vai ser”. Não há futuro promissor que consiga apagar um passado vergonhoso.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: O facto é que já se perderam 10 anos e o Governo continua incapaz. Incapaz de cumprir o que promete. Incapaz de fazer o que deve.

Contra factos não há argumentos. E um Governo incapaz só merece protesto.

Por isso, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um

Voto de Protesto ao Governo Regional porque ainda não foi capaz de concluir a obra do Museu Carlos Machado, que assim tem o seu edifício sede encerrado há 10 anos.

Horta, Sala das Sessões, 13 de abril de 2016

Os Deputados, *António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Bruno Belo, José Andrade e Luís Garcia.*

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Sr. Deputado José Andrade, deixe-me dizer-lhe em primeiro lugar que nos trouxe aqui, como é aliás seu apanágio, um interessante exercício de retórica ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): De verdade, Sra. Deputada!

O Orador: ... que assinalo com agrado e deixem-me fazer desde já ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Uma promessa!

O Orador: ... uma nota prévia dizendo que evidentemente ninguém se regozija com esta situação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pensava que ia anunciar um voto de congratulação!

O Orador: No entanto, só uma lamentável escassez de ideias e uma assinalável falta de frescura política, permite entender esta obstinação do PSD neste assunto.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso não é para si, Sra. Deputada!

Deputado Bruno Belo (PSD): Falta de respeito pelas pessoas!

Deputada Judite Parreira (PSD): Para quem defende a cultura!

O Orador: É uma pena que esta oposição não traga ao nível cultural um debate realmente construtivo para a Região.

Os senhores estão compreensivelmente e visivelmente irritados com o virar desta página.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso não é para si, Sra. Deputada!

O Orador: Os senhores estão visivelmente incomodados com o facto de estarem perto de perder este, deixe-me dizer-lhes, fraco trunfo.

A obra, é sabido, decorre dentro da normalidade e estamos a prever, a esperar, todos nós aguardamos que o Núcleo de Santo André reabra em 2016.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda obriga o Sr. Deputado Berto Messias a pedir desculpa!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Para dizer isso mais vale a pena não dizer nada!

O Orador: É evidente que o tempo que entretanto decorreu com os percalços e contratemplos que são conhecidos, não deixam obviamente ninguém satisfeito. Todos queremos que o Núcleo de Santo André reabra rapidamente e que esteja disponível para que todos dele possamos disfrutar.

Mas é verdade, Sr. Deputado José Andrade, é inegável que o Museu Carlos Machado não é só o Núcleo de Santo André.

Por bem que o senhor queira despir o Museu Carlos Machado da grandeza que lhe é inerente não consegue.

O Núcleo de Santo André sendo uma das partes constituintes do Museu Carlos Machado, não é o Museu Carlos Machado.

O Núcleo de Santa Bárbara e o Núcleo de Arte Sacra têm primado por uma atividade extraordinária aliás reconhecida há muito pouco tempo, em dezembro de 2015, pelo prémio Ibero Americano de Museus.

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado José Andrade, que me deixa sempre algo estupefacta que venha do PSD e em especial de si por quem tenho especial apreço, este tom com que nos presenteou, quando a própria Câmara Municipal de Ponta Delgada, milhares e milhares de euros gastou num projeto do Oscar Niemeyer que ficou, permita-me dizer-lhe, “em águas de bacalhau”.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tenho inscrito o Sr. Deputado Artur Lima.

Tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Deputado Berto Messias, vai ter que pedir mais uma vez desculpa!

Deputado Berto Messias (PS): Pedir desculpa é um ato democrático!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra, pode continuar.

O Orador: Quando acabar o diálogo aqui entre as abancadas, continuarei.

Presidente: Já acabou. Tem a palavra.

O Orador: Eu gostaria de intervir neste debate, aliás e sobretudo neste voto, que em boa hora foi trazido, para relembrar que o PS e os socialistas na sua esmagadora maioria, sendo o PS um partido laico, ...

Deputado José San-Bento (PS): O termo laico está mal utilizado, Sr. Deputado!

O Orador: ... é um partido que acredita em promessas, faz promessas todos os anos, portanto são dez anos de promessas, de promessas seguidas, mas há uma

diferença e aí se vê a crença, é que quem é católico faz a promessa e cumpre; quem é laico faz a promessa e não cumpre.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

É essa a atitude do PS, não só nesta matéria, mas em outras matérias como veremos a seguir.

Mas além de culpabilizar o Governo é preciso também chamar a atenção e responsabilidades da direção do Museu Carlos Machado, que não é isenta, é subserviente, é uma política errada do Governo Socialista, portanto aqui está também um *boy* nomeado que não tem cumprido na íntegra a sua missão e é mais um veículo de propaganda do Governo Regional, que de outra coisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

(*) Deputado José Andrade (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este processo do Museu Carlos Machado é suficientemente conhecido e reconhecido, aliás é conhecido como desastroso e é reconhecido como vergonhoso e por outro lado este voto que apresentamos também é suficientemente elucidativo, até respondia por antecipação a todas as questões que depois ainda assim foram colocadas pelo PS.

Portanto, não vale a pena repetir o que já está dito.

Apetece é acrescentar duas palavras: uma palavra de lamento e uma palavra de louvor, por estranho que essa segunda a todos possa parecer.

Deputado André Bradford (PS): Para o Governo não deve ser de certeza!

O Orador: A palavra de lamento é pela circunstância do PS estar aqui a tentar sacudir a água do capote ...

Deputado André Bradford (PS): Não está não!

O Orador: ... e estar aqui a tentar desviar as atenções das culpas que tem neste cartório, ainda que isso implique tentar desviar o debate para outros âmbitos, de poder que não o nosso, ainda que isso implique tentar transformar a nossa Assembleia Regional numa Assembleia Municipal. Connosco não contem para isso!

Deputado José Ávila (PS): E ao contrário?

Deputado André Bradford (PS): Não lhe dá jeito! Ainda hoje saíram as contas do seu tempo!

O Orador: Mas merece também uma palavra de louvor e essa palavra de louvor é para louvar o enorme esforço de criatividade, ou melhor eu diria, o imenso exercício de descaramento que o PS aqui faz para tentar defender aquilo que é absolutamente indefensável.

Deputado Francisco César (PS): O Bolieiro deve estar chocado! Não tem nada a ver com isso!...

O Orador: Até nos querem convencer que isso é normal, de que a obra está a decorrer na normalidade e que está tudo bem. Até nos querem convencer disso! Muitas vezes nesta Assembleia, e hoje mais uma vez, o Grupo Parlamentar do PS só nos faz lembrar a orquestra do Titanic.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Qual é o instrumento que o senhor toca?

O Orador: Isso não é normal! A verdade é que não está tudo bem e a verdade é que não vale a pena fingir.

Um Governo que demora dez anos, que demora três legislaturas, para iniciar uma simples obra,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Iniciar!

O Orador: ... já diz tudo sobre a sua própria competência.

É um Governo que está cansado, que está desgastado, que está esgotado. É um Governo que precisa de ser substituído!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Protesto apresentado foi rejeitado com 26 votos contra do PS, 18 a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Vamos passar para o Voto de Protesto apresentado pela Representação parlamentar do BE.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Voto de Protesto

Em Outubro do ano passado, aprovámos, por unanimidade, nesta Casa, um voto de protesto, contra a detenção de um grupo de jovens, em Angola, pela leitura coletiva do livro “Da ditadura à democracia”, num claro sinal, não só de prepotência política, mas, mais grave do que isso, da absoluta violação do Estado de Direito.

Entre os jovens detidos, encontrava-se o luso-angolano Luaty Beirão, o qual iniciou uma greve de fome, como acção de protesto para alertar - não só o povo angolano, mas também a comunidade internacional - para a acusação desproporcionada de que foi alvo, naquele que foi um vil ataque à liberdade de expressão e de reunião, direitos em que a luta pela libertação do colonialismo se fundou.

Infelizmente - e ao arrepio da Declaração constitutiva da CPLP e dos seus Estatutos, bem como da própria ordem jurídica angolana - o Tribunal de Luanda ao condenar, no passado dia 28 de Março, 17 ativistas políticos a penas de prisão que variam entre os dois anos e três meses e os oito anos e seis meses, desrespeitou a Democracia, o Estado de Direito e os Direitos Humanos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Deviam ter apresentado um voto na Assembleia da República!

O Orador: Entre os detidos e em períodos diferentes, vários foram os que recorreram à greve de fome. Atualmente, Nuno Dala, professor universitário de 31 anos, encontra-se em greve de fome há mais de um mês, com prejuízo já irreversível para a sua saúde.

O direito de oposição política não pode ser confundido com o crime de subversão, nem pode o direito de reunião e de associação ser confundido com um bando de malfeitores, sob pena de se violarem direitos humanos basilares.

A condenação desta acção, levada a cabo pelo Estado angolano, ultrapassa qualquer divergência ideológica ou quaisquer interesses comerciais, financeiros, políticos ou outros, e, também por isso, tem suscitado repúdio, por parte de diversas organizações internacionais de defesa dos direitos humanos, as quais se têm pronunciado em defesa destes jovens angolanos e do seu direito inalienável a exercerem as suas liberdades fundamentais, em paz.

Assim, nos termos Estatutários e Regimentais aplicáveis e no quadro da defesa dos Direitos Humanos, da Liberdade e da Democracia, a Assembleia

Legislativa da Região Autónoma dos Açores condena a situação a que se assiste e que atenta contra princípios elementares da Democracia e do Estados de Direito e apela para que, nos termos previstos na legislação da República de Angola, a tramitação do processo obedeça aos princípios fundadores do Estado de Direito, incluindo o direito de oposição, por meios pacíficos, às autoridades constituídas.

Deste Voto deve ser dado conhecimento ao Senhor Presidente da República, à Assembleia da República e a todos os Partidos nela representados, ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e ao Senhor Embaixador da República de Angola, em Portugal.

Horta, sala das sessões, 13 de abril de 2016.

Disse.

A Representação Parlamentar do BE, *Zuraida Soares*

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A 28 de outubro de 2015, nós discutimos o voto de parecido teor aqui na Assembleia.

Na altura tive oportunidade de referir em nome do PS e passo a citar: “que a livre associação e a liberdade de expressão, são pedras basilares de um estado de direito, o cerceamento das liberdades individuais e a existência de presos políticos é um atentado aos direitos humanos”.

Nós hoje reiteramos esta apreciação.

Resta-nos também dizer que Angola é um país amigo de Portugal, é um importante membro da CPLP e é um estado que é membro de pleno direito da

comunidade internacional, por isso não se pode eximir ao juízo da opinião pública global que é uma realidade que hoje existe.

Por tudo isto o PS/Açores votará a favor do voto apresentado aqui pelo BE.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta questão, e até porque o teor do voto não tem o mesmo alcance que tinha de outubro, que aqui aprovámos, quero dizer o seguinte: se o estado angolano pode ser criticado? Com certeza! Claro que pode!

Se tenho alguma simpatia pela decisão do tribunal angolano? Não tenho nenhuma.

Mas há qui algumas outras questões que são importantes tecer relativamente a esta iniciativa do BE e gostaria de dizer-lhe, Sra. Deputada, que independentemente das críticas que podemos e devemos fazer ao estado angolano, a verdade é que não posso deixar de lhe dizer que esta sua posição é coincidente realmente com algumas organizações internacionais, mas também com o Departamento de Estado Norte Americano, o que não deixa de ser muito interessante.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É preciso ter lata!

O Orador: Gostava também de lhe dizer o seguinte: nos últimos anos temos assistido a situações com contornos idênticos àquele que se está a passar em Angola.

Essas situações levaram a alguns problemas graves que o mundo está a enfrentar, contornos, podia referir outros mas vou referir apenas dois, o da Líbia e o da Ucrânia em que situações idênticas, com contornos idênticos e com

apoios idênticos levaram no caso da Líbia a que os fundamentalistas islâmicos tomassem o poder pelas armas e pelo terror e que depois, digamos, alimentou, a formação daquilo que é vulgarmente conhecido pelo Estado Islâmico mas que eu prefiro chamar-lhe de AES e que na Ucrânia também pela força do terror, tomou o poder um partido neonazi com todos os horrores que são conhecidos e que infelizmente o BE parece ignorar e não se solidarizar com as vítimas do poder neonazi na Ucrânia.

Presidente: Sr. Deputado ...

O Orador: Mas, eu vou já terminar Sr. Presidente.

Mas saberá certamente a Sra. Deputada, até porque é uma pessoa informada, que como no caso da Primavera Árabe, como no caso da Ucrânia e também em África, não apenas em Angola, que todos esses acontecimentos têm vários apoios, alguns deles políticos e outros dos interesses financeiros, designadamente de um filantropo de origem Húngara, Sr. George Soros ...

Presidente: Sr. Deputado, disse há pouco que ia terminar.

O Orador: ... que tem financiado...

Presidente: Sr. Deputado, peço imensa desculpa...

O Orador: Sr. Presidente, eu estou a concluir.

Presidente: Disse há pouco que ia concluir.

O art.º 73.º, alínea 3 tem dois minutos e já tem três minutos e meio.

O senhor disse que ia terminar, não terminou, agora peço-lhe por favor para concluir.

Muito obrigado.

O Orador: Vou já terminar, Sr. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Respeite o Sr. Presidente!

O Orador: E respeito. Mais que V. Exa.

Deputado Francisco César (PS): Isto não é um regime comunista!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem estamos na Coreia do Norte!

Presidente: Agradecia que o Sr. Deputado Aníbal Pires termine a sua intervenção.

O Orador: Eu quero terminar.

Lembrar que o Sr. George Soros tem financiado não só todos os acontecimentos que eu referi, como tem ligações diretas com a organização não governamental, ao qual está ligada por exemplo, o jornalista Rafael Marques que como é sabido tem sido financiado por este senhor.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, da parte do PPM, o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Da parte do PPM em relação a estas questões não nos deixamos condicionar por qualquer tipo de interesses económicos.

Na nossa perspetiva porque também as democracias na luta contra as ditaduras, contra o fascismo, contra o totalitarismo, as democracias no âmbito da II Guerra Mundial e da Guerra Fria, as democracias não foi por questões diplomáticas e económicas que deixaram de combater as ditaduras.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o comunismo!

O Orador: Portanto, a ditadura angolana deve ser devidamente condenada pelos sistemas democráticos, pelos abusos contra a liberdade de expressão, a perseguição contra a liberdade de expressão, a perseguição por todos aqueles que reclamam a instauração de um regime democrático em Angola, que não é. Este é um regime que persegue as pessoas, que persegue a oposição e que não deixa que o sistema democrático seja instalado em Angola.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Comunista!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É da Internacional Socialista!

O Orador: Já agora, quero aproveitar aqui para referenciar o seguinte, também faz parte do património político do PPM, a perseguição ao povo de Cabinda que

tem sido ao longo de todos estes anos perseguido e o direito à autodeterminação de Cabinda que tem sido negado a este povo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é o povo?

O Orador: O povo de Cabinda.

Portanto, nesse sentido eu quero dizer-vos, e termino Sr. Presidente, que em relação à questão de Cabinda é uma questão esquecida por todos. O PPM não esquece. O PPM não esquece a questão de Cabinda como também não esquece e não esqueceu a questão de Timor.

Deputado Francisco César (PS): Por que é o senhor gosta tanto de Cabinda?

O Orador: Para terminar devo dizer o seguinte: em relação a estas questões o posicionamento do PPM é sempre o mesmo. Se aqui estivéssemos a condenar o regime da Coreia do Norte, pois estaríamos aqui a tomar o mesmo tipo de posição; se estivéssemos aqui a condenar o regime chinês em relação aos atropelos contra a democracia, pois faríamos a mesma coisa. Portanto, em relação à defesa da liberdade e da democracia o PPM está sempre na linha da frente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é o regime em Angola?

Deputado Aníbal Pires (PCP): É da Internacional Socialista!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

Não apenas por uma questão de coerência relativamente ao voto que aprovámos nesta Casa em outubro passado, relativamente a este assunto, mas porque o PSD- Açores acredita firmemente e está no seu ADN, a defesa dos direitos, liberdades e garantias onde se incluem este apelo veemente que é apesentado

com este voto, ao direito de oposição por meios pacíficos a quaisquer autoridades.

Não abdicaremos nunca de defender estes direitos e por isso aprovaremos este voto.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Faça favor.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Apenas para dizer o seguinte: há na realidade uma linha que separa: separa quem defende os direitos humanos, a democracia, a liberdade e o estado de direito, independentemente de quem os ameaça e independentemente dos interesses que nos liguem a quem os ameaça.

O BE assume claramente essa linha.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Protesto apresentado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 18 a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Vamos passar para o próximo Voto de protesto, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD: **Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo

No ano de 1997, século passado portanto, o Partido Socialista comprometeu-se com a construção de uma nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo.

No entanto, só passados doze anos é que a obra arrancou, tendo os trabalhos começado no mês de Julho de 2009, com uma previsão de custos de cerca de 13 Milhões de Euros.

Desde a primeira hora se constatou a desadequação da localização escolhida para a nova Biblioteca. Do mesmo modo também foram muito escalpelizadas as questões relativas ao projeto e ao impacto de uma obra com aquela volumetria, e estética, na Zona Classificada de Angra do Heroísmo, cidade Património Mundial.

O que não ficou convenientemente esclarecido e tornado público foram as questões que estiveram por detrás do processo que levou a que esta obra tivesse sofrido inúmeros contratemplos, problemas paragens e sucessivas “derrapagens” nos custos.

Na obra de construção da nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, o Governo Regional autorizou trabalhos a mais num valor total que ascendeu a mais 15% de acréscimo ao valor inicial orçamentado. Estamos a falar em 5 adicionais aos custos, todos eles devidos a alterações e reformulações do projeto inicial, significando um aumento da despesa de mais de 1,7 Milhões de Euros.

Nunca ninguém esclareceu ou assumiu a responsabilidade pelas circunstâncias que levaram a que uma obra pública pudesse derrapar 5 vezes, gastar mais 1,7 milhões de Euros do que os 13 Milhões inicialmente previstos e, ainda assim não ficar concluída em nenhum dos prazos anunciados.

Sucederam-se os acontecimentos inexplicáveis de que são exemplos a colocação de homens e máquinas a trabalhar na obra, durante uma conferência de imprensa dos deputados do PSD, junto à Biblioteca, para deliberadamente esconder que as obras na realidade estavam paradas; a insolvência do empreiteiro depois de sucessivas paragens na obra; ou a contratação de uma empresa para a fiscalização de uma obra que se encontrava parada, foram outros episódios verificados.

Como se tudo isto não bastasse, no dia 2 de Agosto de 2012, foi publicado no Portal dos Concursos Públicos um novo Ajuste Direto, no valor de 59 mil euros, para a prestação de um serviço de “consultoria técnica no âmbito do relançamento da empreitada de construção da nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo”.

A contratação deste serviço por Ajuste Direto não fez sentido, uma vez que a Direção Regional da Cultura poderia ter recorrido aos seus próprios quadros técnicos, onde se incluem Engenheiros Cívicos, Arquitetos e Juristas, perfeitamente habilitados para a tarefa em questão, tal como para inúmeras outras, em tudo idênticas, que realizam no decurso das suas competências ao serviço da Região.

Foram sucessivas as situações que se afiguraram como inexplicáveis esbanjamentos de dinheiros públicos.

A 26 de Março de 2013, o Governo Regional adjudicou a uma empresa do exterior da Região, pelo valor de 4,4 milhões de euros e por um prazo de seis meses a “Empreitada de Conclusão da Nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo”. Nem assim a obra arrancou.

Chegou mesmo a haver uma investigação do Tribunal de Contas, uma vez que, entre outras irregularidades, havia procedimentos que já estavam faturados e pagos, que voltaram a aparecer nos cadernos de encargos, porque não estavam realizados.

O Relatório emitido confirmou a ocorrência de todas as irregularidades que o PSD andou a denunciar durante anos a fio.

Há aqui enormes e incontornáveis responsabilidades políticas, que o Governo Regional dos Açores e o Partido Socialista que o suporta, não poderão jamais empurrar para mais ninguém.

No dia 27 de Abril do ano passado, arrancaram finalmente as obras para conclusão da Biblioteca de Angra. A empreitada foi anunciada como tendo uma duração prevista de 8 meses... Mas já passou um ano.

Apesar de já nada apagar uma má decisão e uma pior execução, é essencial que desta vez as obras decorram sem problemas e a Biblioteca seja construída e inaugurada. Pior que um mau projeto é uma obra inacabada ou a eternização da ruína em que aquele espaço se foi transformando. Já se ultrapassou mais um prazo.

É o Governo Regional que decide as obras a fazer, que lança os concursos, ou os ajustes diretos, que escolhe os empreiteiros, que escolhe as empresas de fiscalização, que elabora e aprova os orçamentos, que lança as primeiras pedras e faz as inaugurações e os beberetes da praxe.

É este mesmo Governo Regional que tem de ser responsabilizado por todos os incumprimentos que lesam a população, que defraudam as expectativas dos eleitores e que descredibilizam a governação.

O PS e os seus governos têm feito do lançamento de novas obras públicas, um caminho de pedras, um calvário de insucessos, um role de incumprimentos. A Biblioteca de Angra é tudo isso.

E contra esta forma de governar e de gerir os recursos dos Açorianos que hoje, e sempre, aqui protestamos.

As responsabilidades, políticas e legais, por todos estes incumprimentos, porque são demasiadas as ocorrências para que sejam todas ou azares ou coincidências, são de quem governa há 20 anos.

Nos Açores deixou-se de responsabilizar quem quer que fosse quando as coisas correm mal. É mais uma faceta da “via Açoriana”...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Protestamos contra esta forma de governar.

"Esta obra tem o tempo do PS no governo: quase 20 anos. E esta obra está igual ao PS no governo: faz que anda mas não anda."

Por tudo isto, nos termos estatutários e regimentais, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata – Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação deste voto de protesto contra o Governo Regional dos Açores, pela incapacidade que tem revelado em cumprir com o seu compromisso eleitoral de concretizar, desde 1997, a construção da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, que tem levado a fortes constrangimentos para os moradores do centro de Angra e defraudando as expectativas, legítimas, criadas nos Terceirenses pelos programas eleitorais maioritariamente sufragados em sucessivos actos eleitorais

Disse.

Os Deputados, *António Marinho, Duarte Freitas, Luís Rendeiro, Bruno Belo, Luís Garcia, Judite Parreira e Paulo Ribeiro.*

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(* **Deputado Francisco Coelho (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em matéria de votos e porque estamos a falar de cultura, pode mesmo dizer-se que o PSD neste caso lembra a frase de um célebre filme: “O carteiro toca sempre duas vezes”.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vai tocar mais!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Responsabilidade sua!
Responsabilidade vossa!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É o museu!

O Orador: É claro que neste caso as sensações serão diferentes e as intenções, creio que também.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não há duas sem três!

O Orador: Não quero apesar de tudo cair na tentação de matar ou querer matar o mau mensageiro das más mensagens e é bom que se diga nesta matéria que é verdade que é o Governo o órgão político responsável por tutelar a administração pública; é óbvio que é a administração pública regional que através dos seus serviços, dos seus técnicos e dos seus funcionários põe este concurso em marcha; é óbvio que é muitas formas a iniciativa privada desde ser encarregue de lançar os próprios concursos, de fiscalizar a empreitada, de executar a empreitada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Declaração de honra!

O Orador: Há portanto um conjunto vasto de entidades que são chamadas aqui a colaborar.

Isto obviamente não quer significar, nem quer esta maioria, nem com certeza este Governo eximir-se às suas responsabilidades.

É óbvio que esta obra não correu conforme o Governo a planeou e conforme o Governo queria que ela corresse.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É só mais uma!

O Orador: É óbvio que as razões por que isso aconteceu são conhecidas por todos ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não são não!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O dono da obra é sempre o mesmo!

O Orador: ... porque elas foram perguntadas, porque vivemos num estado de direito, porque houve uma intervenção e relatórios do Tribunal de Contas e todos nós sabemos o que é que aconteceu nesta matéria.

Resta-nos naturalmente esperar que esta obra, a bem da cultura nos Açores, fique finalmente pronta e ao serviço dos terceirenses e dos açorianos.

Mas este Governo também está aqui para ser responsável por este voto de protesto, ou por estes dois votos de protesto, com a consciência de quem, aliás os governos do PS conjuntamente com a mesma administração regional, conjuntamente com as entidades privadas fizeram nesta Região milhares de obras, milhares de obras públicas ao serviço dos açorianos, ...

Deputado José San-Bento (PS): Essa é que é a verdade!

O Orador: ... que felizmente não mereceram votos de protesto porque não caberiam em qualquer secção ou mesmo suplemento e jornal, tal é o seu número. Ainda bem!

O Orador: Mas este Governo ainda está preparado para mais. Este Governo e esta maioria estão também preparados para hoje serem acusados de uma ou duas obras públicas que correram menos bem. Estamos preparados como ontem estivemos e fomos acusados de dezenas e dezenas de obras públicas que correram demasiado bem, de escolas que correram demasiado bem que foram muito caras, que são um luxo.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Hoje somos acusados por duas obras que atrasaram; ontem fomos acusados e muitas vezes ao longo tempo com o mesmo responsável político por termos alguns Secretários que eram muito betunheses, ou betoneiros,

Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e Deputado Luís Rendeiro (PSD):
Betoneiros!

O Orador: Este é o mesmo Governo!

Também nós sabemos e estamos preparados para isso e o povo está preparado para isso, que há de haver um dia que quando os pimentos das conservas de Santa Catarina azedarem, nesse dia haverá um voto de protesto contra o Governo.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Francisco Coelho fez referência a um filme: “O carteiro toca sempre duas vezes!”. Grande filme, Sr. Deputado.

Deputado Francisco Coelho (PS): É verdade!

O Orador: O problema neste caso não é o filme, é o trailer do PS, que é arrepiante! É lamentável sobretudo para a Ilha Terceira, que é a sua ilha natal e

que o Sr. Deputado vejo agora que está, enfim, entusiasmado depois da sua reabilitação política após o Congresso do PS...

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu fui reabilitado? Não sabia!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não sabia que tinha havido reabilitação! Aquilo não é o Congresso do CDS-PP! É um Congresso a sério!

O Orador: Veio com grande entusiasmo para este Plenário, com grande ânimo. Mas, oh Sr. Deputado, o problema Sr. Deputado Francisco Coelho e se tivesse de algum modo, com a devida consideração e respeito que tenho por si, que sabe que é muita, adjetivar a sua intervenção, eu recordava-me o célebre José Esteve: “o esférico é redondo, portanto a estrela é redondinha”, e o senhor fez aqui uma intervenção redondinha e infeliz em algumas situações.

Olhe há grandes obras do betoneiro, que o senhor aí citou, que já estão a cair aos bocados e que continua a investir-se milhões e milhões delas na Ilha de S. Miguel, Sr. Deputado, por exemplo.

Mas quanto à biblioteca o Sr. Deputado diz uma ou duas obras. Oh, Sr. Deputado, uma ou duas obras?!

Para não sairmos da Terceira, o Parque Tecnológico da Ilha Terceira, quer ir visitá-lo comigo na segunda feira, Sr. Deputado Francisco Coelho?

O Polo de Reparação e Construção Naval do porto da Praia da Vitória, Sr. Deputado Francisco Coelho? Quer ir visitá-lo comigo na terça feira, Sr. Deputado?

Por exemplo, o cais de cruzeiros da Ilha Terceira? Quer ir visitá-lo comigo na quarta feira, Sr. Deputado?

Deputado José San-Bento (PS): Que o senhor era contra!

O Orador: Por exemplo a central Geotérmica da Ilha Terceira? Quer ir visitá-la comigo na quinta feira, Sr. Deputado?

Deputado Berto Messias (PS): Vamos todos!

O Orador: Portanto, já temos uma semana de visitas para fazer, Sr. Deputado.

Relativamente à Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo, em vez de estarem com históricos risinhos, deviam estar com respeito pelos dinheiros públicos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Se fosse num país civilizado já alguém estava preso.

Deputado Francisco Coelho (PS): Os Deputados não julgam, Sr. Deputado!

O Orador: Se fosse num país civilizado, onde houvesse responsabilidade pelo uso de 52 milhões de euros inscritos ao longo de 20 anos no Plano e Orçamento, já estava alguém preso, Sr. Deputado! Esse é que é o problema! Isso é o vosso totalitarismo de vinte anos que já se julgam donos dos Açores, mas não são! O dono dos Açores ainda é o povo dos Açores, Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado André Bradford (PS): Aquele que vota na gente!

O Orador: Depois, os senhores sempre em véspera de eleições, vou guardar-lhe uma para a sexta feira porque o sábado é descanso para alguns e para quem é crente é ao domingo, mas vou guardar-lhe mais uma: o terminal de carga da aerogare civil das Lajes que milhões de euros depois, os senhores tiveram a desfaçatez de ir fazer mais uma manobra de propaganda eleitoralista em véspera de eleições e que ainda não lá está.

Mais, a placa de estacionamento de aviões nas Lajes que os senhores agora vêm com a desculpa que já não precisam porque os outros vão dar.

Deputado Francisco César (PS): Isso é o CDS na Terceira!

O Orador: Portanto, uma ou duas obras, Sr. Deputado Francisco Coelho?! Pelo menos uma dúzia, Sr. Deputado Francisco Coelho, para elencar apenas as mais macro, para não ir a outras que os senhores prometeram e nunca cumpriram, aliás se a Terceira está neste momento a atravessar a crise que atravessa, a pior de sempre, tem um responsável: partido Socialista do que o senhor é uma eminente figura agora reabilitada e bem!

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nós vamos votar favoravelmente este voto de protesto.

A intervenção do PS nesta matéria, tentando desculpabilizar as enormes responsabilidades políticas que existem por parte do Governo Regional dos sucessivos governos regionais do PS, não conseguiu afastar o óbvio e o óbvio é que nós tivemos uma obra que se caracterizou por derrapagens, por atrasos inaceitáveis, por enormes constrangimentos para a população de Angra do Heroísmo, por uma despesa inaceitável para o erário público e por fortes dúvidas, para lhe chamar assim, para ser simpático, fortes dúvidas por parte do Tribunal de Contas em relação aos procedimentos que estavam a ser concretizados por parte do Governo Regional nesta matéria.

Portanto há aqui um conjunto de responsabilidades políticas evidente. Evidente! Ninguém o contesta, nem a própria intervenção do PS conseguiu contestar o óbvio, o que conseguiu dizer foi que foi menos bom. Eu diria que para sermos objetivos temos que dizer é que tudo isto foi muito mau.

Por isso em democracia, o PS deveria assumir as suas responsabilidades nesta matéria e deveria também votar favoravelmente este voto de protesto, porque é algo que de facto merece um protesto. O Governo Regional nesta matéria tem enormes responsabilidades.

Deputado Francisco César (PS): Então proteste, Sr. Deputado!

O Orador: Eu termino, Sr. Presidente dizendo o seguinte: dizia o Sr. Deputado Francisco Coelho que ontem chegámos aqui a uma conclusão que o PS e o Governo Regional ao longo destes 20 anos deixa uma grande obra na área da educação.

Eu acho que não se pode concluir isso, tem que se concluir exatamente o contrário: quando se deixa em todos os indicadores os Açores atrás de todas as outras regiões do país, quando se deixa os Açores em último lugar, este não foi um bom trabalho e este não pode ter uma apreciação positiva.

Portanto, ontem como hoje, especificamente neste caso deste voto de protesto, aquilo que temos que concluir é que aqui a atuação do Governo Regional é muito criticável, é muito negativa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este é um assunto muito sério e com nuances graves, algumas delas ainda por explicar e que todos nós conhecemos e que merece um tratamento sério, refletido e cuidado por parte de todos nós.

O que verificamos é que o PS e o Governo, quando questões desta índole são aqui trazidas, ou se exaltam, ficam muito irritados, muito incomodados ou fazem graçolas acerca do tema e gozam com os assuntos perante os insucessos da sua própria governação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Julgo que também esta postura é criticável e é digna do protesto dos Deputados nesta Casa ...

Deputados Jorge Macedo e Luís Garcia (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque em vez de pedirem desculpa aos açorianos por governarem desta forma, atacam as oposições e parecem até gozar com as populações que através dos seus representantes trazem ao Parlamento as suas legítimas preocupações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Isso não pode ser de modo algum aceite no debate parlamentar por quem se diz democrata.

Há imagens de marca e a Biblioteca de Angra é uma marca, quer queiram, quer não queiram, da má governação socialista e é uma marca que Vs. Exas. jamais conseguirão apagar.

Desde 1997, do século passado, que a atual Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo está esgotada e sem condições.

Há património e espólio da região que está em risco e que se está a degradar e isso é quase criminoso sendo o PS e o seu Governo, os responsáveis pelos danos e pelas perdas que decorrerem do património e do espólio da Região contido nas atuais instalações e que não tem as condições devidas para a sua conservação, consulta e preservação para as gerações futuras e pelo respeito por todos aqueles que no passado nos deixaram essa riqueza.

Deputado José Andrade (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, os senhores são responsáveis, não deviam brincar com isso, deviam envergonhar-se perante isso mas pelos vistos não, pelos vistos têm orgulho, por isso cada vez mais tem todo o cabimento este nosso voto de protesto e que deveria ser aprovado nesta Casa.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Protesto apresentado foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 19 a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Vamos fazer o nosso intervalo regimental da manhã.

A Sra. Presidente retomará os trabalho por volta das 12 horas e 15 minutos.

Até já.

Eram 11 horas e 54 minutos.

Presidente: Agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 21 minutos.

(Após o intervalo a Sra. Presidente ocupou o seu lugar na Mesa)

Terminada a apresentação de votos vamos agora passar a uma comunicação do Governo.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No passado dia 30 de março apresentámos, em sessão pública, o Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mais um!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mais um PIT!

O Orador: É sobre ele que vos quero hoje falar.

Este Plano resulta de uma cuidada e elaborada ação conjunta de todas as entidades que aceitaram o nosso convite para participar na sua elaboração.

Estamos assim perante um documento que não é um plano do Governo, mas sim um plano de todos e para todos, assumindo-se a partir de agora como o principal documento orientador do setor para os próximos anos.

Este é um plano que, no fundo, assume uma importância acrescida para dar resposta aos novos desafios que se colocam ao turismo nos Açores, setor que, durante esta legislatura, sofreu alterações fundamentais que permitiram retomar o caminho de crescimento sustentado que se verificou nos últimos tempos, nomeadamente o crescimento a dois dígitos que se verifica desde novembro de 2014.

Tais mudanças, que fomos fomentando, prevendo, incentivando e apoiando, enquanto outros se limitavam a criticar, obrigam, agora, a perspetivar o futuro, a definir o caminho a seguir, no sentido de reforçar, cada vez mais, o peso deste setor na criação de riqueza e de emprego na nossa Região.

Foi esta a premissa que esteve na base da elaboração deste Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores.

Este é um plano que traduz a nossa inquietude, o nosso inconformismo e a nossa ambição de procurarmos permanentemente fazer mais e melhor.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Este plano tem como objetivo central a definição de um conjunto de estratégias com vista ao alcance de três grandes resultados:

- a qualificação e desenvolvimento sustentável do turismo,
- a preservação do meio ambiente,

- e o desenvolvimento do turismo como ferramenta de dinamização da economia regional em todas as nossas ilhas.

Entendemos que devíamos definir prioridades que conduzissem à organização dos produtos turísticos e à tomada de decisão ao nível da abordagem aos mercados, à alocação dos recursos e às escolhas dos canais de distribuição mais adequados.

Queremos continuar a desenvolver a atratividade do destino, diversificando a nossa oferta numa atitude de complementaridade entre as ilhas, com produtos diversificados e de acordo com cada um dos mercados-alvo.

Por outro lado, queremos qualificar a oferta, em parceria com os operadores locais, não só ao nível das infraestruturas atuais e a desenvolver, como também ao nível da sensibilização da população para o turismo, capacitando os recursos humanos e, de forma transversal, criando e implementando o conceito de serviço dos Açores.

Para isso, vamos implementar um Programa Regional de Educação para o Turismo, cujo público-alvo serão as crianças, os jovens e os profissionais dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: A nossa visão do turismo na Região relaciona e articula o território e o ambiente com a história e a cultura, elementos aos quais adicionamos os profissionais e a sociedade em geral, que se encontram a montante da cadeia de valor do turismo açoriano.

Esta cadeia, por sua vez, vai articular a oferta com a procura, de modo a oferecer uma experiência única, ao mesmo tempo que colhe os benefícios em termos de resultados e da melhoria da qualidade de vida dos Açorianos.

Para além disso, preconiza-se uma forte interação com a Diáspora, com a comunidade internacional, nomeadamente ao nível dos organismos que atuam

comercial e institucionalmente no turismo, bem como com órgãos de comunicação social de referência mundial no turismo e na sociedade.

Para que este novo plano seja consequente e permita aos Açores e aos Açorianos retirar todos os dividendos que a atividade turística pode oferecer a uma Região como a nossa, é fundamental que o Governo e os órgãos da administração pública trabalhem afincadamente na constante qualificação do destino.

É também necessário que as entidades públicas e privadas, em parceria, promovam os Açores e o que nos distingue e torna únicos, e que tudo isto seja conduzido de forma responsável, preservando, no presente e para o futuro, a riqueza natural e edificada das nossas ilhas.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Precisamos de continuar a centralizar o esforço de marketing, tendo em vista a captação de mercados de alto valor, ambientalmente conscientes, que desejem circular por várias ilhas, que viajem na época baixa, que gastem no destino, que usufruam de muitas atividades e que tenham tendência para voltar. Queremos continuar a desenvolver parcerias com os vários intervenientes no setor, nomeadamente operadores turísticos, empresários, aeroportos, companhias aéreas e marítimas, no sentido de se maximizarem os esforços de marketing para que se obtenham os melhores resultados para o destino, ao mesmo tempo que trabalharemos com os canais de distribuição adequados para que os mercados-alvo sejam devidamente alcançados.

Em suma, queremos que os Açores se tornem, cada vez mais, um destino reconhecido internacionalmente como de ilhas vulcânicas preservadas e de natureza exuberante.

Um destino exclusivo, de beleza mística, onde o visitante é recebido como um convidado especial que, em segurança, tem ao seu dispor uma variedade de

atividades de terra e mar que o vão deixar encantado e com vontade de regressar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Definida a visão para o turismo dos Açores, passamos à estratégia, cujos objetivos assentam:

- no enriquecimento da qualidade da experiência turística do visitante,
- na contribuição para a preservação e conservação dos espaços naturais e culturais,
- no desenvolvimento económico da Região e na melhoria do desempenho das atividades do turismo.

Com o trabalho já desenvolvido e com a sua implementação, pretendemos dotar o turismo dos Açores de uma política de desenvolvimento positiva e sustentável, dando assim um contributo importante para a tomada de decisão dos atores e investidores do turismo, para que, melhor informados, possam conduzir a sua atividade de forma lucrativa e útil para os Açores e para os Açorianos.

Este é, sem dúvida alguma, o trabalho mais abrangente alguma vez efetuado ao nível do turismo no nosso arquipélago.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Grande crítica!

O Orador: Contámos com ampla participação de todos, desde logo, da população açoriana, das entidades públicas e privadas, dos turistas, dos potenciais turistas e dos operadores nacionais e internacionais.

O Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores é um documento fundamental, que deve assumir um carácter transversal a toda a sociedade.

As ações nele planeadas para a sua boa execução permitirão o desenvolvimento equilibrado, mas dinâmico, do turismo nos Açores.

Iremos acompanhar o seu sucesso através da monitorização dos indicadores de performance do turismo.

Se, por um lado, esperamos o aumento dos fluxos turísticos, não podemos ignorar a importância de fazer crescer a rentabilidade e a sustentabilidade dos negócios turísticos ao longo de todo o ano.

Embora quem nos visita sejam, regra geral, turistas ambientalmente responsáveis, este plano prevê a monitorização do impacto do turismo no ambiente e nos recursos naturais, de forma a atingirmos o objetivo maior de sermos um destino sustentável, único na oferta turística mundial.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O turismo nos Açores só será bom se for, efetivamente, bom para quem cá vive, cabendo a cada um de nós transformar este setor num instrumento determinante para que todos possamos viver melhor na nossa terra.

É por isso que, depois do convite para participar na elaboração deste plano, faço agora o convite para que todos se juntem a nós para pôr em marcha a sua implementação.

Só assim acredito ser possível continuar a fazer crescer esta nova fase de desenvolvimento no turismo dos Açores.

Somos todos nós os atores principais desta ação.

Tudo faremos para que ninguém fique para trás.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Até que enfim!

O Orador: Enquanto o turismo é considerado responsável por cerca de 10 por cento da economia mundial, nos Açores o seu peso no PIB ainda está à volta dos quatro por cento.

Temos, pois, uma grande margem de crescimento, a qual só deve aumentar a nossa responsabilidade quanto à definição de um caminho a seguir que crie sustentabilidade a um setor fundamental para a diversificação económica da Região.

Termino com uma mensagem muito clara que gostaria aqui de transmitir: não nos deixemos iludir pelas estatísticas favoráveis, nem pela ilusão de que agora, depois dos constrangimentos recentemente verificados, estamos num caminho de facilidades.

Novos desafios estão, naturalmente, à nossa frente e o Governo dos Açores está empenhado em reforçar esta parceria com todas as entidades privadas que trabalham direta e indiretamente neste setor.

Só assim será possível construir um destino que não seja apenas mais uma moda, assumindo-se, antes e cada vez mais, como um forte contribuinte para o desenvolvimento e para o progresso económico e social da nossa Região.

Diz o ditado popular, que todos conhecemos, que “a união faz a força”.

Unamo-nos pois neste desígnio: fazer dos Açores o melhor lugar para que todos se sintam vivos e felizes.

Muito obrigado!”

Deputados André Bradford e Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Conforme define o art.º 75.º do Regimento, cada Grupo e Representação Parlamentar pode agora usar da palavra uma única vez, sendo que depois encerra o Governo.

Pergunto se há inscrições?

Agradeço que se inscrevam, caso queiram participar no debate.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de iniciar esta minha intervenção, sublinhando a relevância e registando o agrado da bancada parlamentar do PS por esta iniciativa do Governo Regional e pela utilização desta figura regimental que depende única e exclusivamente da vontade do Governo e que configura a disponibilidade para informar esta câmara, prestar contas a esta câmara sobre um documento fundamental para o futuro do turismo nos Açores, setor de atividade que, como todos sabemos, ainda que a alguns custe reconhecer, vem assumindo uma preponderância crescente na nossa economia, fruto de um trabalho conjugado e bem sucedido entre as entidades públicas e os agentes privados desta área de negócio.

Faço este registo porque se as coisas ainda são como costumavam ser, os mesmos que nesta Casa costumam clamar pela falta de esclarecimentos pela falta de informação do Governo, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ficámos esclarecidíssimos!

O Orador: ... agora com certeza desvalorizarão esta iniciativa governamental, mas também o faço porque o Grupo Parlamentar do PS não prescinde da oportunidade que constitui esta iniciativa para participar num debate de importância crucial para o futuro dos Açores, portanto vamos aproveitá-lo de forma empenhada e responsável.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Mas antes de nos atermos a algumas das questões que são levantadas em concreto pelo Plano Estratégico, convém também ter presente o que ele significa e o que ele releva em termos de percurso realizado até ao presente.

Como que se demonstra no documento de forma clara e apesar dos debates cíclicos que temos nesta Casa trimestre a trimestre, ou semestre a semestre, consoante as conveniências sobre as subidas e as descidas das taxas de ocupação e do numero de turistas, dizia eu, o documento parte de uma base muito clara, uma evolução claramente positiva do volume de hóspedes e do número de dormidas entre 2000 e 2015, embora tenha havido como se sabe uma inflexão entre 2007 e 2012, partimos também de um crescimento assinalável destes indicadores desde o último trimestre de 2014, crescendo a dois dígitos e que veio a culminar no melhor ano de sempre do turismo da Região, o ano passado e partimos também de um crescimento assinalável dos rendimentos associados ao setor turístico, quer em volume global de negócios, quer em rendimento por quarto, ou seja partimos de um contexto de inegável sucesso que poderia perfeitamente justificar um certo deslumbramento e uma fase de aproveitamento dos dividendos políticos que resultam desta boa performance do Governo. Poderia, mas não é este o espírito da governação do PS.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Se nós estivéssemos perante uma governação responsável, empenhada, inconformada, sempre disponível para questionar o que fez, mesmo que os resultados tenham sido bons e sempre disponível para tentar fazer melhor ...

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor acredita mesmo nisso?

O Orador: ... se nós estivéssemos perante este tipo de governação, poderíamos eventualmente transformar este debate num mero alinhavar de resultados favoráveis, mas este Plano Estratégico e de marketing é também uma prova clara de que a governação do PS não se deslumbra com as boas estatísticas, da mesma forma que não se desespera quando elas não são assim tão boas e que, antes converte o estímulo que daí resulta no passo seguinte que é preciso dar, no

impulso que é preciso acrescentar numa postura de exigência, de rigor e de permanente vontade de melhoria.

É certo que só foi possível chegar à necessidade de definirmos estrategicamente o futuro do setor turístico porque fomos capazes de garantir que este setor tem futuro e porque fomos capazes de fazer com que se futuro se constitua de esperança consolidada e legítima para os operadores que nele operam.

Mas o tempo agora não é do que está feito é sobretudo do que se impõe fazer daqui adiante.

Sobre isso o documento é claramente elucidativo: reforçar as nossas vantagens enquanto destino turístico; atenuar as nossas limitações; tirar o melhor partido das oportunidades que se foram criando e corrigir eventuais excessos sempre associados a períodos de crescimento intenso e rápido, seja qual for a atividade económica de que falamos.

É precisamente esse o objetivo do documento que o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes aqui nos apresentou e que não é um documento dirigista de um Governo que se acha eliminado sobre as diretrizes que deve seguir o setor ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: ... mas antes resulta de um alargado esforço de diálogo e de consenso, envolvendo várias entidades ligadas ao setor, do trade aos próprios turistas, à população açoriana passando pelos operadores turísticos e pelos agentes institucionais.

Não é também este documento, como alguns ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Terminarei, Sra. Presidente.

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor preparou uma intervenção muito grande. De certeza que já tinha conhecimento do conteúdo da comunicação!

O Orador: Não é também como alguns mal informados e apressados que consideraram um conjunto de boas intenções e isto é bastante curioso, tendo em conta que há cerca de um ano, dois anos atrás, o PSD-Açores entregou um contributo, fez uma notícia e fez nota pública da entrega de um conjunto de propostas para fazerem parte, que era o contributo do PSD para a realização deste estudo e deste documento. Depois quando o estudo se concluiu e foi apresentado, o mesmo PSD considera que o documento não tem qualquer tipo de relevância, que é um conjunto de propostas vagas, são promessas, disse o Sr. Deputado Duarte Freitas, recentemente sobre este documento. Pois é pena, porque desvaloriza o seu próprio esforço e aquilo que tinha sido uma postura construtiva e responsável de uma oposição que se preocupa com o destino dos Açores, em 2014, tornou-se numa postura errática, eleitoralista e de confronto inconsequente no ano eleitoral que atravessamos.

É portanto, lamentável que isso tenha acontecido e esperamos que este debate possa constituir um arrepiar de caminho e uma forma de voltarem a associar-se ao esforço que é necessário fazer para consolidar o crescimento que se verificou no setor turístico ...

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado Duarte Freitas, não acerta uma!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Eu é que não acerto? Ele não sabe o que é que lhe espera!

Deputado Berto Messias (PS): Isso é uma ameaça?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não, não é ameaça!

O Orador: ... e melhorar a capacidade da Região, sustentavelmente tornar o turismo num setor de ponta da sua economia.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O crescimento do turismo com o qual nós nos congratulamos tem, contudo, associadas algumas preocupações desde logo que este crescimento ao qual está associado a geração de mais riqueza para a Região, só será efetivamente positivo se a população beneficiar dessa riqueza e muito particular, se o aumento do setor e o aumento da procura do destino Açores, contribua efetivamente para a criação de mais emprego e sobretudo mais emprego com direitos.

Portanto, se assim for e esta é uma preocupação que nós temos e que gostaríamos que efetivamente esses números, quer os do emprego no setor, quer a da qualidade no emprego, venham a corresponder a esta preocupação porque a riqueza que daqui advém, do crescimento do setor, só será efetivamente positiva se beneficiar a população e assim é que ele pode trazer os benefícios que todos nós queremos para a economia regional.

Há no entanto uma outra preocupação que eu queria deixar aqui também vincada e que tem a ver com o seguinte: o nosso destino é um destino singular, assente numa oferta da qualidade ambiental, paisagística, da terra e do mar, portanto é fundamental que se comecem a desenhar aqui algumas regras, quer de utilização, quer de acesso a determinados pontos porque não nos parece que consigamos manter sustentabilidade e singularidade no destino, se nas Comieiras das Sete Cidades, assistirmos a engarrafamentos de trânsito ou se os turistas que nos procuram para os passeios pedestres possam vir a ser ultrapassados pelas Moto 4, enchendo-os de poeira e de ruído.

Portanto há aqui algumas preocupações que eu julgo que nós devemos ter todos e desde logo o Governo porque nós para termos sustentabilidade, para o setor ter

sustentabilidade não pode perder a sua singularidade. Temos que manter essa singularidade sob pena de perdermos competitividade e sobretudo de perdermos sustentabilidade que este, como outros setores na Região devem ter.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem agora a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O BE, como qualquer açoriano ou açoriana, congratula-se com o desenvolvimento que o setor do turismo tem tido na nossa Região e desse desenvolvimento o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes acabou de dar nota através de números, estatísticas e outros dados objetivos e inegáveis.

Todos nós sentimos em cada uma das nossas ilhas de facto o bume que em termos turísticos esta Região tem tido ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Em todas as ilhas!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

A Oradora: Em todas as nossas ilhas! Por acaso é verdade! É!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Pelo menos o Sr. Deputado reconhece!

A Oradora: ... e que a sazonalidade de que o nosso turismo sofria está de facto a ser esbatida pouco a pouco. É outro dado, é outra característica.

Foi também aqui dito já por outros intervenientes, e o BE e eu subscrevo, que este bume, este desenvolvimento que todos nós queremos, obviamente para este setor que pode não ser o setor de ponta de um modelo de desenvolvimento económico para a Região mas é seguramente um setor essencial, nós queremos-lo sustentável na medida em que tem que garantir que aquilo que nós hoje temos a oferecer em termos de natureza, em termos de paisagem, em termos ambientais, não venha a médio ou a longo prazo a ser posto em causa, a ser

destruído, a ser, enfim, estragado, digamos assim, e depois nós deixamos de ter alguma coisa para oferecer que é aquilo que nos distingue e é de facto aquilo que faz de nós, como nós ultimamente temos visto por todo o mundo em todas as associações e revistas da especialidade, considerar a nossa Região de excelência e uma Região que no mundo está no top da beleza e daquilo que merece ser visitado.

Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, dito isto deixe-me contribuir para a sua inquietude e inconformismo, sua e do Governo, neste setor e também para fazer uma observação relativamente à qualificação da oferta que o Sr. Secretário referiu como essencial, e é. É um humilde contributo, mas vou dizer-lhe o seguinte: ontem à noite encontrei um conjunto de estrangeiros, na Horta, mal dispostos, achei que à noite estabelece-se conversa ao jantar, são estrangeiros, perguntam coisas, conversamos. Estavam mal dispostos e por que é que estavam mal dispostos? Porque tinham tentado visitar o Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos e chegaram à conclusão que às quatro e meia da tarde este Centro fecha. **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Depois das 5!

O Orador: Ora, Sr. Secretário, às quatro e meia da tarde na primavera e no verão, é dia, é um dia que se prolonga até às 8, 9 horas, portanto alguém que vai à procura desta visita, que a quer, que a tem no seu roteiro e encontra a porta fechada às quatro e meia, há aqui qualquer coisa que tem que ser corrigida e o mesmo Sr. Secretário Regional poderia dizer ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

O Orador: ... por exemplo da Casa Manuel de Arriaga também nesta ilha, ou do Museu dos Baleeiros na Ilha do Pico, ou da EXPOLAB em S. Miguel.

O que é que eu quero dizer com isto?

Isto é um pormenor, mas é um pormenor que põe um turista mal disposto à noite quando nós o encontramos ao fim do dia e nós não queremos que eles

fiquem mal dispostos, nós queremos é que eles regressem aos seus países e digam: “Vão aos Açores! Meus amigos, minha família, vão aos Açores! E nós vamos lá outra vez, porque vimos a Casa Manuel de Arriaga, mas não vimos o Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos e temos que lá voltar!”.

Este pormenor pode fazer toda a diferença e a este poderemos juntar outros que às vezes não têm grande significado do ponto de vista político, mas é um contributo humilde de inquietação e inconformismo que lhe deixo.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Efetivamente não nos custa nada, antes pelo contrário, quando temos bons resultados, quando o turismo está a crescer e quando contribui para a nossa economia, não temos nenhuma dificuldade em dizermos que esse será eventualmente o bom caminho e que é benéfico para a Região esta aposta no turismo.

Portanto, estamos naturalmente satisfeitos que o turismo tenha crescido. Estamos todos.

Agora, o que é interessante e o que é preciso garantir Sr. Secretário Regional, é por exemplo quando se fala em entusiasmos espúrios e epidérmicos, quando se diz que o turismo será, como foi aqui dito, um setor de ponta.

Para nós Sr. Secretário, os setores de ponta nos Açores serão sempre e sempre os nossos setores produtivos: a agricultura e as pescas e o turismo será sustentadamente um pilar complementar à economia dos Açores e que as nossas ilhas naturalmente têm muito para dar. Acho que este é o caminho.

Agora, Sr. Secretário Regional, eu espero que o plano seja sustentável porque nós já vimos entusiasmos aqui, como eu já vi aqui referido do setor de ponta, eu já vi esses entusiasmos com o PROTA e eu já vi crescer turismo nos Açores,

abrirem unidades hoteleiras e já vi a seguir fecharem unidades hoteleiras, despedimentos no setor, passarem a lay off, eu já assisti a esse filme.

Deputado José San-Bento (PS): Tivemos a maior crise financeira da Europa!

O Orador: Portanto, o que eu acho que o Governo tem que ter e tem naturalmente o apoio, é que esse crescimento seja estruturado, sustentável, equilibrado e que dê um desenvolvimento a todas as ilhas dos Açores.

É preciso que os instrumentos internos que temos, nomeadamente o nosso instrumento que é a SATA, consiga fazer o seu papel com determinação e com a eficácia que não tem conseguido, talvez pelas orientações do Governo dadas, eu não posso aceitar que quando é necessário mais voos inter ilhas se diga que temos uma frota ociosa pela parte do Governo.

Portanto, eu não posso aceitar isso. Eu acho que a SATA tem que estar ao serviço de todos os açorianos.

Depois, Sr. Secretário, é preciso também (o PROTA é de má memória) eu espero que este esteja planeado, programado, eu lembro o número de camas que entusiasticamente ia transformar o setor do turismo num setor de ponta, deu no que deu. Cuidados e caldos de galinha, Sr. Secretário, nunca fizeram mal a ninguém!

Deputado André Bradford (PS): Estamos falando em termos de qualidade!

O Orador: Portanto, eu acho que também não se pode, é preciso ter cuidado aqui, que há pessoas que estão a investir, empresários que estão a investir e bem, a iniciativa privada está a dar resposta, é preciso não defraudá-los no futuro, portanto um modelo de crescimento sustentado no futuro e não bumes e indústrias de ponta e crescimentos de ponta, porque isso normalmente não dá certo.

Por último Sr. Secretário, eu queria perguntar-lhe por que é que ainda e tendo sido a Ilha de S. Miguel e a Ilha Terceira, as duas rotas escolhidas num estudo fundamentado por parte do INAC, que eu desconheço e os senhores conhecem e

não me querem dar, não querem dá-lo a ninguém, argumentando que é doutra entidade, eu gostaria Sr. Secretário de perceber por que é que o Governo da República desistiu de trazer as *low cost* para a Terceira, porque é isso que se passa hoje em dia.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Isso não é verdade!

O Orador: Havia um processo negocial em curso, o Sr. Secretário próprio falou nisso ...

Deputado André Bradford (PS): Não tem nada a ver com o que estamos a discutir!

O Orador: ... e o que acontece e segundo as informações que tenho é que este processo deixou, parou e o Governo da República neste momento não está em curso nenhum processo negocial de maneira a trazer para a Terceira...

Deputado Berto Messias (PS): Essas informações são iguais às que o senhor tinha quando anunciou as *low cost*? São iguais!

O Orador: Sr. Secretário o que acontece é o seguinte e os senhores deviam estar preocupados, não é com 3, ou 10 ou 20 encaminhamentos que se resolve o problema de uma companhia que é a TAP e que agora os senhores tornaram mais pública do que aquilo que era, que cancela voos a torto e a direito para a Terceira, como nós muito bem denunciámos.

Queria saber também sobre essa matéria porque é e pode ser a TAP com os seus mais de cinquenta destinos na Europa, um veículo de canalizar, tal como a SATA, turistas para os Açores, para a Terceira, para S. Miguel e para as outras ilhas.

Portanto, eu queria saber, Sr. Secretário quais são as atitudes ou os protocolos que entende, por exemplo, fazer com a TAP e com a SATA nessa matéria para também poderem trazer e levar gente de/e para os Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Corria aqui no Parlamento um burburinho de qual seria a Comunicação do Governo ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não foi surpresa nenhuma!

O Orador: ... no âmbito da atual situação política.

A minha previsão era de que o Governo iria fazer uma intervenção na área do turismo ...

Deputado José Ávila (PS): Parabéns!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Zandinga!

O Orador: Estou preparadíssimo!

A minha previsão era esta: quando tudo corre mal, nas pescas, vivemos o caos que estamos a viver; na agricultura as enormes dificuldades que o Governo não consegue enfrentar; no comércio; na construção civil. Quando tudo corre mal o que se esperava era que o Governo se agarrasse aos números do turismo, como um naufrago se agarra a uma tábuca.

Por isso, meus senhores, era muito previsível e por isso como Vs. Exas. disseram eu vim preparado com a minha própria narrativa ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Outra coisa, não esperávamos!

O Orador: ... e a verdade é esta: aqui nos Açores, Deus fez quase tudo! Deus fez quase tudo!

Ao longo dos últimos 20 anos o que nós tivemos foi o PS a dificultar muitas das coisas que aqui já estavam feitas.

Deputado Francisco César (PS): O senhor acha que as pessoas acreditam nisso?

O Orador: Por isso, meus senhores, o PS ao longo destes anos praticou em relação ao nosso espaço aéreo uma política de *mare nostrum* e de repente, e não por vontade do Governo e do PS, estas barreiras criadas pelos socialistas, pelos diferentes partidos socialistas, estas barreiras caíram. De repente cai-vos no colo uma situação que os senhores não procuraram. Cai-vos no colo uma situação que os senhores não procuraram! Cai-vos no colo uma situação que os senhores não conseguiram resolver!

Portanto, neste momento o que os senhores tiveram foi sorte, uma imensa sorte, estavam apenas num momento certo, na altura certa e no sítio certo.

O que eu devo dizer-vos é que em relação aos números que estão a apresentar-se, eram os números previsíveis a partir do momento em que se decide que existe uma liberalização do nosso espaço aéreo. Esses eram números previsíveis. Estamos a crescer muito! O que é que o Governo fez para que estes números acontecessem, sucedessem? Não fez absolutamente nada!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Nada!...

O Orador: Pura e simplesmente há uma situação que lhes caiu no colo! Uma situação que vos caiu no colo!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Eu estava aqui, Sra. Presidente, a dizer que esta é uma situação que vos caiu no colo. Caiu no colo do PS sem ter feito nada para isso, ou melhor dizendo, tudo tendo feito contra isso, contra a liberalização do espaço aéreo.

Deputado Francisco César (PS): Os senhores falam do que não sabem!

O Orador: Portanto, esta é uma situação em que os senhores estão a beneficiar de fatores que não criaram, estão a beneficiar de fatores que tentaram evitar.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: É muito importante, e vou terminar Sra. Presidente, referindo o seguinte, mais dois pontos que eu considero que são fundamentais.

Primeiro ponto: “crescimentos percentualmente extraordinários”.

Coloquem este crescimento absoluto na Madeira ou no Algarve e vão verificar que estamos a falar de umas décimas, de umas décimas, do ponto de vista absoluto.

Portanto, meus senhores, se estamos a crescer muito, é porque estamos a partir de resultados muito, muito baixos e é sempre fácil crescer a partir de resultados muito, muito baixos.

Dou-vos um exemplo, se o PPM que teve 1% subir 10%, cresceu imenso.

Deputado Francisco César (PS): Quanto é que cresceu?

O Orador: Porquê? Porque parte de resultados muito, muito baixos.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Segundo fator que eu aqui vos quero referenciar e para terminar, Sra. Presidente, não abusando da sua paciência, terminando mesmo, com duas questões:

É necessário que os socialistas agora que estão a beneficiar de uma situação para a qual não fizeram nada, evitem os erros do passado e tornem a economia dos Açores totalmente num único setor, como já aconteceu em relação á agricultura.

É necessário manter a diversificação da economia açoriana e é necessário que esse esforço de diversificação seja feito desde já e que não se cometam os erros que foram feitos em cenários anteriores.

Portanto, esta visão estratégica tem que ser preservada.

Segundo, ponto, termino...

Presidente: Sr. Deputado, já ultrapassou o seu tempo.

O Orador: ... muito simplesmente só para fazer uma referência muito breve, dizer o seguinte: já se nota como bem disse o Partido Comunista na intervenção

que o crescimento do setor está a ser feito à custa de salários muito baixos, portanto isto tem que ser evitado também desde o início.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado André Bradford (PS): E diz o senhor que não estava preparado para falar nisto! Imagine se estivesse!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado António Pedroso.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O turismo nos Açores no ano passado atingiu valores mais elevados de sempre na Região, ultrapassando o ano de 2007 que até então tinha obtido os melhores resultados.

Depois de oito anos de baixas contínuas em que chegámos a ser a Região com os piores resultados do País, finalmente recuperamos. Ainda bem, não há mal que sempre dure e recuperámos, no nosso entender, não pelos esforços do Governo Regional, ...

Deputado André Bradford (PS): Não! Foi com o esforço do PSD!

O Orador: ... que tanto gosta de puxar a si os louros deste resultado, mas sempre esteve contra a liberalização do espaço aéreo regional.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Já em 14 de junho de 2007 o Secretário Regional da Economia de então, Duarte Ponte, dizia que: “a liberalização da rota Açores/Continente seria um verdadeiro caus”.

Depois, também, Francisco César dizia: “quero reafirmar que o modelo que defendo para transportes aéreos nos Açores, passa pelo aperfeiçoamento do atual modelo e nunca pela liberalização. Novembro de 2009”.

Deputado Francisco César (PS): Exatamente!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Meus senhores, nós perdemos dez anos com essa teimosia, dez anos que teriam dado um grande impulso à economia do turismo na Região e que certamente agora que estamos com dificuldades na agricultura e nas pescas, se há dez anos atrás tivéssemos tido discernimento de abrir o espaço aéreo e trazer a *low cost*, agora estaria o turismo a compensar estas dificuldades que corre pela agricultura e pelas pescas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Recuperámos o turismo porque o Governo Regional não teve hipótese de mandar nas *low cost*, porque se o tivessem deixado mandar nas *low cost*, neste momento essas companhias estariam na mesma situação financeira confrangedora que a SATA atravessa e os Açores continuariam sem turismo.

Deputados Bruno Belo e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Daqui é fácil de concluir que o Governo em tudo o que toca tem o efeito do toque de Midas ao contrário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: A partir do momento em que as companhias que detinham o monopólio dos transportes aéreos na Região persentiram que iam ter concorrência, os preços baixaram imediatamente e lembramos que logo no Natal de 2014, já apareceram milhares de passagens a menos de 88 euros.

Ora o preço do transporte no turismo não é tudo, mas é essencial e as percentagens do turismo que recebemos aumentaram consideravelmente, mas as

diferenças percentuais poderiam ter sido muito melhores se o Governo Regional tivesse tido a capacidade e a boa vontade de ter preparado a SATA Air Açores para responder atempadamente aos reencaminhamentos para as restantes ilhas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Os senhores estão mesmo a falar a sério ou é só para dizer qualquer coisa? O senhor conhece as estatísticas de São Jorge?

O Orador: A capacidade de resposta diria que foi uma calamidade.

A vinda das *low cost* para os Açores trouxe resultados de crescimento acima de 20% só num ano, enquanto que o Governo foi incapaz de trazer gastando mais de 15 milhões ao ano em promoção na última década.

Deputado André Bradford (PS): Como é possível!

O Orador: À sombra de uma invenção chamada PIT nem aviões, nem barcos foram capazes de dar resposta adequada à procura que então se verificou.

Deputado Luís Maurício (PSD): E não bate a bota com a perdigota!

O Orador: Mas a culpa é sempre dos outros. Este Governo acha-se infalível, até o Papa já abdicou da infabilidade, mas o Governo Socialista mantém o título de infabilidade.

A culpa é da crise, é da Europa, é do cão, do gato e até do passarinho, mas do Governo nunca é.

Mais um ano depois, e com perspetivas de crescimento do aumento do turismo, o que é que nós vemos na Região? Horários de avião, até há poucas semanas não existia parte dos voos de ligação disponíveis *on line*, levando os turistas a pensar erradamente que não havia voos de ligação das *gate ways* para as outras ilhas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É importante ter uma atenção redobrada com as ilhas mais periféricas. Somos todos filhos de Deus!

Horários de barco, reduziram as viagens de barco entre S. Roque e Velas durante o inverno e agora temos conhecimento que as ligações duas vezes ao dia, que o ano passado já tinham iniciado em abril, só irão iniciar todos os ilhas no final de junho.

Quando há uma necessidade premente de alargar a época alta e que até este mês começa um voo charter de Holanda para o Pico, como é que se retira ligações de barco?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E entre as Flores e o Corvo? É no Ariel!

O Orador: Até uma simples sinalização turística o Governo foi incapaz de implementar. Retiraram as placas que lá estavam e nunca apareceu nenhuma novas. Pelo menos em S. Jorge nunca apareceram! Espero que as tabuletas façam parte deste plano!

Deputado Francisco César (PS): O Governo não retira placas!

O Orador: Um ano depois de um acidente no porto de S. Roque do Pico ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Estou quase concluindo.

... o Governo não foi ainda capaz de solucionar o problema e restabelecer esta ligação marítima a 100%, mantendo-se uma instabilidade de horário, ora vai via Madalena, ora vai via S. Roque, mas sem viaturas e num turismo de sensações aqui temos uma sensação clara da instabilidade.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Depois de gastos milhões nos novos barcos, passámos o inverno com os velhos cruzeiros porque os barcos novos estavam em manutenção, chegados da manutenção estão avariados, uma avaria nos estabilizadores.

Há, e é necessário, que se assegure credibilidade nos horários dos transportes marítimos.

O turismo aumentou nos Açores e ainda bem; ainda bem para os açorianos, essencialmente para todas aquelas empresas privadas que investiram e

trabalham no setor; ainda bem para as várias unidades hoteleiras que encerraram e que agora terão oportunidade de reabrir.

Congratulamo-nos que temos turistas para todos aqueles que ficaram desempregados no encerramento de empreendimentos turísticos que voltem a ter trabalho e salários em dia.

Apresentar um novo plano e um role de intenções por si só, não é suficiente para manter o aumento do turismo nos Açores porque por muitas medalhas e classificações que esta Região receba, ...

Deputado Francisco César (PS): Mas recebe medalhas porquê?

O Orador: ... se este Governo continuar a falhar na promoção e gestão de recursos como fez na última década, as medalhas só vão servir para enfeitar e para enfeitar já temos as hortênsias!

Muito obrigado

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para encerrar esta comunicação dou a palavra ao Sr. Secretário Regional.

Dispõe de cinco minutos, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. deputados, Srs. membros do Governo:

Eu poderia ter vindo a esta Casa falar do sucesso do setor do turismo durante os últimos três anos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Três anos? Não é três anos! É 3 meses, 4 meses! Não é mais do que isso!

O Orador: Mas não foi isso que eu fiz, eu vim falar do setor do turismo na perspetiva de futuro, porque eu poderia ter dito que 2015 foi efetivamente o

melhor ano de sempre; que 2015 foi o ano em que pela primeira vez ultrapassamos 1,5 milhões de dormidas; podia ter dito também que aumentamos mais do que 40% de 2012 para 2015; poderia ter dito que o número de camas disponíveis na Região, no mesmo período, aumentou 17%; poderia ter dito que as empresas de animação turística passaram de 173 em 2012, para 240 empresas em 2015, representando um incremento superior a 40%, mas não foi isso que eu fiz.

Não foi isso que eu fiz porque o que importa é perspetivarmos o futuro, é termos uma linha de orientação que permita dotar o setor de um instrumento sólido, que sirva de linha orientadora tanto para entidades públicas como para entidades privadas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Aquilo que nos deve orientar é a nossa ambição de construirmos e não de olharmos para o que está feito, sendo que o que está feito orgulha-nos e orgulha-nos uma vasta perspetiva. Orgulha-nos desde o momento em que o Governo dos Açores assumiu o setor do turismo como setor estratégico; ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... desde o momento em que o Governo dos Açores assumiu a necessidade de criar infraestruturas; desde o momento em que o Governo dos Açores definiu a necessidade de ter uma política de promoção da Região e acima de tudo orgulha-nos o momento em que o Governo dos Açores decidiu trabalhar numa conjugação plena de esforços entre entidades públicas e entidades privadas. Esta é a base do sucesso do setor do turismo nos Açores.

Pode-se dizer o que quisermos! Podemos acreditar em tudo aquilo que entendermos dizer, mas há factos que são indesmentíveis.

Em 2012 o mercado nacional era o nosso principal mercado emissor. Sofria de uma forte política recessiva que afetava o poder de compra das famílias portuguesas ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Maldita recessão!

O Orador: ... e que tinha naturalmente um impacto negativo no setor do turismo na nossa Região.

Redefinimos a orientação de promoção, passando de comunicar uma natureza contemplativa para uma natureza ativa neste mercado e naturalmente que fomos à procura de segmentos de mercado com poder de compra que nos pudessem continuar a vir visitar.

Invertemos esta tendência de decréscimo no mercado nacional passando esta a ser positiva.

Os senhores também podem dizer, como disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão que tivemos sorte. Oh, Sr. Deputado, a sorte dá muito trabalho!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Este trabalho foi assumido desde a primeira hora quer pelo Governo, quer pelos nossos empresários.

Sempre defendemos a revisão do modelo de acessibilidades garantindo a defesa dos interesses dos açorianos; o direito à mobilidade e à acessibilidade dos açorianos, não fomos como alguns que foram mudando consoante o vento.

Nunca nos passou pela cabeça ter um modelo de liberalização agressivo como teve na Madeira que prejudicou os cidadãos residentes.

O nosso modelo sempre previu que se protegesse os residentes no que toca à acessibilidade. Isso foi conseguido!

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor não acredita nisso que está a dizer! Quem melhor para afirmar isso senão o Sr. Secretário Regional!

O Orador: Sempre defendemos que deveríamos criar condições para a entrada de novas companhias aéreas. Isso foi conseguido!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O trabalho que temos vindo a desenvolver é um trabalho que nos dá garantia de sustentabilidade, no entanto não nos podemos esquecer que o setor do turismo é um setor que está sujeito a fatores endógenos e a fatores exógenos e cabe-nos a nós trabalhar naqueles que conseguimos controlar.

Este plano estratégico visa isto: termos um trabalho sólido, consistente naquilo que controlamos para que a Região esteja preparada para os desafios do futuro.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Sra. Presidente, já termino.

Em relação ao novo modelo de acessibilidades permita-me só recordar aquilo que disse o Presidente da Associação de Hotelaria de Portugal, o Dr. Luís Veiga, muito recentemente, que culpabilizou o anterior Governo da República por esta solução ter estado três meses na gaveta, ou ainda mais recentemente no noticiário, se não me engano, do dia 29 de março deste ano da RDP Açores, em que é dito claramente que o Dr. Sérgio Monteiro admite que o atraso que se deveu na definição deste modelo, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Meteu 3 anos no baú! Diziam uma coisa e o seu contrário consoante se apeteçiam! Um homem sério e cooperante!

O Orador: ... foi porque ele próprio não acreditava na liberalização. Não são as nossas palavras, são as palavras do anterior Sr. Secretário do Estado.

Da nossa parte sempre estivemos a trabalhar na defesa dos Açores e dos açorianos com pressupostos muito claros: em primeiro lugar, a defesa dos interesses dos residentes no que toca à mobilidade e à acessibilidade; em segundo lugar, na criação de condições para entrada de novos operadores que naturalmente dão um contributo importante para este que é o novo momento, o novo momento de sucesso do turismo dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Terminámos os nossos trabalhos. Regressamos às 15 horas com a Agenda.

Um bom almoço a todos.

Eram 13 horas e 15 minutos.

Presidente: Boa tarde a todos.

Vamos então dar início à Agenda dos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 14 minutos.

Entramos hoje no ponto 5: **Anteproposta de Lei n.º 17/X – “Elimina o pagamento de taxas moderadoras no acesso a cuidados de saúde do Serviço Nacional de Saúde”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Os tempos são os que temos vindo a utilizar no processo legislativo comum.

Dou então agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PPM apresenta nesta Casa uma proposta que vai de encontro à interpretação que nós fazemos das normas constitucionais.

A Constituição diz no art.º 64.º que: “O Serviço Nacional de Saúde é universal e geral e tendencialmente gratuito”.

A nossa perspetiva, a análise que fazemos da evolução da situação no âmbito do sistema de saúde nacional, é de que ele está a transformar-se em tendencialmente não gratuito.

Ora, a nossa perspetiva é a de neste setor, tal como no ensino, tal como em setores sociais muito relevantes que contribuem para a igualdade de oportunidades entre todos os portugueses, nós consideramos que estes serviços, enquanto agentes de igualdade, enquanto agentes de justiça para toda a população portuguesa, são serviços que se devem manter gratuitos, portanto que devem servir o conjunto da nação portuguesa.

Nesse sentido o PPM avança com uma proposta nacional, depois de já ter feito a mesma coisa em relação às normas regionais.

Eu lembro que apresentámos uma proposta de alteração, no âmbito do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, apresentado no dia 20 de novembro de 2015 que dizia o seguinte: “fica suspensa a vigência durante o ano de 2016 do Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2011/A de 28 de junho e previa no ponto n.º 2 esta mesma proposta de alteração: “a redução da receita resultante da suspensão das taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde é compensada pela dotação provisional”, ou seja esta foi a proposta do PPM para terminar com o pagamento das taxas moderadoras no âmbito da Região.

Eu sei que outros partidos nas mesmas circunstâncias e na mesma altura apresentaram propostas muito semelhantes, salvo erro foi o caso do BE e também do PCP.

Bem, o que nós consideramos é que tendo em conta que agora existe uma oportunidade também de alterar as questões a nível nacional, deveríamos fazer também este esforço e este esforço tem a ver com o facto de nós considerarmos, se conseguirmos desmontar o sistema nacional depois de ter tentado por diversas vezes, ao longo de vários anos ter tentado desmontar o sistema regional, nós consideramos que a abordagem que aqui falta realizar nesta Casa, para aqueles que não concordam com a persistência das taxas moderadoras, com a existência das taxas moderadoras, é uma abordagem de tentar

desmantelar o sistema nacional e esperar que o desmantelamento do sistema nacional também tenha efeitos a nível regional.

A lógica desta iniciativa é esta.

Tenha-se em conta para aqueles que têm menos memória política, que o PS, o Governo Socialista, pela mão do então Presidente Carlos César, introduziu muito cuidadosamente as taxas moderadoras, dizia ele na altura, e muitos dos que aqui se sentam hoje, eram Deputados na altura também, o Presidente do Governo Regional dizia que não concordava: “Em princípio não concordo com as taxas moderadoras! Não concordo! Mas que as circunstâncias específicas da Região, nomeadamente um esforço financeiro que era necessário realizar naquela circunstância, obrigavam-no a aplicar as taxas moderadoras!”.

Portanto o PS em relação a esta matéria e o Governo Regional nunca foi muito afirmativo.

O meu convencimento é que se nós conseguirmos desmantelar o sistema nacional, nós também conseguimos obter um resultado idêntico no âmbito da Região Autónoma dos Açores porque não é concebível que a Região continuasse a aplicar as taxas moderadoras, se o sistema caísse a nível nacional. É por esta razão que eu apresento esta iniciativa nesta Casa.

Devo dizer também, por honestidade intelectual e política que esta proposta se baseia muito nas propostas que foram apresentadas há bem pouco tempo, por parte do PCP e por parte do BE na Assembleia da República.

Estas propostas são em tudo idênticas às propostas que foram apresentadas pelo PCP e pelo BE e por isso eu espero, por parte destes partidos e vamos ver o posicionamento dos outros partidos, um posicionamento idêntico em relação a esta questão e que vejam e que reconheçam que esta também é uma abordagem que favorece o desaparecimento e o desmantelamento do sistema de taxas moderadoras a nível regional.

Dizia o PS, e eu retirei, tenho aqui o debate que foi realizado o ano passado na Assembleia da República, por altura da apresentação das propostas do PCP e também do BE, dizia o PS que neste momento as famílias portuguesas são as responsáveis pelo pagamento de 34% das despesas do Serviço Nacional de Saúde. 34%!

As famílias pagam, de acordo com o PS em declarações que fez, há menos de um ano, na Assembleia da República, 34% do esforço que é realizado em Portugal para colocar a funcionar o Serviço Nacional de Saúde.

Dizia na altura, o PSD e também o CDS que estavam no Governo na Assembleia da República que as taxas moderadoras representam apenas 1,7% do esforço que é realizado para colocar a funcionar o Serviço Nacional de Saúde.

Portanto, a questão que se colocou na altura, não é tão decisivo assim para o financiamento do Serviço Nacional de Saúde e todos reconheceram no âmbito do debate que existe um enorme conjunto de constrangimentos para as famílias, para os indivíduos, que neste momento as taxas moderadoras significam para muita gente, mas mesmo muita gente, um forte constrangimento no acesso aos cuidados de saúde.

É nesse sentido e tendo em conta essa leitura, que é uma leitura que faço do ponto de vista constitucional, é uma leitura que faço do ponto de vista da justiça do funcionamento do Serviço Nacional de Saúde e do papel que deve desempenhar o Estado e também a Região, no sentido de garantir que estes serviços são prestados de forma gratuita ao conjunto da população, é tendo em conta esta perspetiva e também a importância que pode ter o desmantelamento das taxas moderadoras a nível nacional sob o ponto de vista do mesmo poder acontecer na Região, que eu apresento aqui esta proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições e o Sr. Deputado Aníbal Pires já está inscrito.

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Desde logo dizer ao Deputado Paulo Estêvão que a Representação Parlamentar do PCP irá dar o voto favorável a esta iniciativa do PPM, mas gostava no entanto que V. Exa. esclarecesse aqui uma questão sobre a qual tenho algumas dúvidas. V. Exa. fundamenta a apresentação desta iniciativa que visa eliminar as taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde, como sendo um contributo para que elas possam ser eliminadas também na Região Autónoma dos Açores. Bem, tanto quanto eu julgo saber isso não é linear, a eliminação das taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde, não obriga o Serviço Nacional de Saúde a eliminar as taxas moderadoras.

Portanto, isto parece-me que há aqui alguma confusão em termos da fundamentação que V. Exa. está ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Efeito político!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, eu estou aqui com uma dúvida, aliás agradeço que me responda, se a eliminação das taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde, têm como efeito também a eliminação das taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde, que foi aquilo que ficou da intervenção de V. Exa., é que estava a tomar esta iniciativa exatamente para ...

De resto estamos de acordo, Sr. Deputado, aliás V. Exa. propôs em sede do orçamento aqui na Região, já acompanhou o PCP também nas iniciativas que teve, aqui relativamente ao Serviço Regional de saúde e para a eliminação das taxas moderadoras, portanto estamos perfeitamente de acordo relativamente a isto.

Agora, há de facto aqui uma questão que importa que a câmara fique esclarecida sobre ela e sobretudo para quem se dirige a estas medidas, que é

para o povo açoriano. Não vão os açorianos e açorianas pensar que V. Exa. está aqui a propor a eliminação das taxas moderadoras na Região Autónoma dos Açores. Não, aquilo que V. Exa. está a fazer é eliminar, as taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde, isto é, no território continental.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a agora a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As Taxas Moderadoras são um instrumento moderador e regulador do acesso às prestações de cuidados de saúde.

A implementação das Taxas Moderadoras foi e, é uma medida inevitável, atendendo aos constrangimentos no sector da Saúde, como todos sabem, é um sector muito importante para a manutenção da qualidade de vida das pessoas.

O Governo da República do Partido Socialista pretende fazer um esforço orçamental, para diminuir as Taxas Moderadoras no Serviço Nacional da Saúde (SNS), no continente português para valores mais equilibrados.

Com a Portaria nº 64-C/2016 publicado no Diário da República de 31 de março, último, começou a concretizar o compromisso de uma redução progressiva das Taxas Moderadoras para valores idênticos aos do ano de 2011.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores não subscreve a Anteposta de Lei – Nº17/X que pretende eliminar o pagamento das Taxas Moderadoras no acesso aos cuidados de saúde do Serviço Nacional de Saúde, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Os objectivos e os critérios das Taxas Moderadoras estão bem definidos.

- Promover a utilização eficiente dos recursos;
- Criar um instrumento regulador ao acesso à prestação de cuidados de saúde;

- Equilibrar e disciplinar o acesso às consultas e às urgências nas instituições públicas de saúde;
- Regular a procura exagerada que às vezes existe dos cuidados de saúde;
- Garantir um reforço efetivo do princípio de justiça social no sistema de saúde, diferenciando positivamente os grupos mais carenciados e mais vulneráveis.

Os mais desfavorecidos estão isentos do pagamento das Taxas Moderadoras no acesso aos cuidados de saúde.

Estas pessoas mais vulneráveis serão, sempre, apoiadas e colocadas no terreno com mecanismos de compensação para terem um acesso facilitado e uma prestação de cuidados de saúde dignos e de qualidade.

Os grupos de pessoas isentos do pagamento das Taxas Moderadoras, com mais peso, são as crianças até aos 12 anos, os pensionistas com rendimentos inferiores ao salário mínimo e os desempregados inscritos nos centros de emprego. Entre muitos outros grupos.

As isenções têm como objetivo, privilegiar as pessoas que têm necessidade de ter consultas ou exames complementares com maior frequência.

As isenções têm de ser de facto, para quem tem mais necessidade.

É relevante referir que mais de metade da população está isenta do pagamento das Taxas Moderadoras.

O que nós devemos persistir nas nossas ações é a promoção de uma maior responsabilização dos cidadãos pela utilização equilibrada dos recursos do sistema de saúde.

Temos, ainda, que pedir este esforço aos que podem pagar, para que os que não podem efetuar o pagamento, terem melhores acessibilidades, melhores cuidados, em suma, terem uma boa Saúde, com a dignidade que merecem.

O que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) pretende, é que o Serviço Regional de Saúde (SRS) e o Serviço Nacional de Saúde (SNS) continuem a proporcionar tratamentos de qualidade, com segurança e com

idêntica dignidade, a todos os que necessitam, sem diferenciar os que mais podem e os que têm mais dificuldades.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores (GPPS/A) não subscreve e vai votar contra, a **Anteproposta de Lei – N.º17/X – “Elimina o pagamento das Taxas Moderadoras no acesso a cuidados de saúde do Serviço Nacional de Saúde”, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.**

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, eu conheço-o suficientemente bem para perceber que o senhor não ficou com nenhuma dúvida depois da minha intervenção.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Fiquei!

O Orador: O senhor quis criar dúvidas a quem nos está a ouvir e aos açorianos que estão a ouvir este debate. Eu percebo perfeitamente a tática e a estratégia.

O que eu lhe vou explicar outra vez é o seguinte: eu apresentei uma proposta no âmbito do Orçamento da Região Autónoma para terminar com as taxas moderadoras.

V. Exa. apresentou também uma proposta no mesmo sentido; o BE apresentou uma proposta no mesmo sentido, portanto fizemos o primeiro esforço que é no sentido de terminar aqui, que é o nosso objetivo e é para isso que estamos mandatados diretamente pelo povo açoriano, fizemos esta proposta, os partidos que não concordam com as taxas moderadoras e consideram que cria um problema de injustiça e de acesso dos açorianos aos serviços de saúde. Ponto número um. Sobre isso estamos conversados.

A seguir o que é que eu faço? Eu considero que é politicamente, veja bem, não juridicamente, mas do ponto de vista político muito eficaz, e já vimos que não

porque já vimos que o PS não pensa assim, mas pensava há uns anos atrás, porque na altura em que as taxas moderadoras, e é uma pergunta que eu lhe faço, Sr. Deputado para confirmar ou não, foram introduzidas nos Açores foi por circunstâncias especiais, não foi? O Presidente do Governo o que dizia era que não acreditava e achava que era uma injustiça a introdução das taxas moderadoras e elas foram colocadas para financiar o serviço oncológico, a criação de um serviço oncológico. Foi isso que foi dito, está gravado e está no Diário das Sessões.

Portanto, não havia uma crença no sistema e que ele era necessário.

Portanto, aproveitou-se uma circunstância para introduzir e agora o PS, pelos vistos, eterniza esta questão. Aproveitou a primeira brecha e a primeira oportunidade para as introduzir.

O que eu acho que é muito eficaz ...

O Sr. Deputado faz-me uma pergunta e agora não ouve a resposta?

Deputado Francisco César (PS): A resposta desinteressou!

(Pausa)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, o tempo está a contar.

O Orador: Eu sei, mas o Sr. Deputado fez-me uma pergunta e eu estou a responder-lhe.

Portanto, do ponto de vista jurídico não tem nenhum efeito, é isso que quer ouvir, mas do ponto de vista político não considera que a eventual aprovação desta anteposta, a eventual aprovação no âmbito da Assembleia da República, da eliminação das taxas moderadoras, não deixaria o Governo Regional isolado do ponto de vista político, em relação a esta questão?

Se o Governo Regional ficasse isolado do ponto de vista político em relação a esta questão, com certeza que elas não sobreviviam nos Açores.

Portanto, a lógica política, o senhor já a compreendeu há muito tempo. O que o senhor queria fazer era desvalorizar a iniciativa, dizendo: “Bom, mas isto não pretende atingir nenhum objetivo político!”.

O objetivo político é este. Já tomei esta iniciativa a nível regional, pretende isolar politicamente o Governo Regional nesta questão, porque se as circunstâncias nacionais mudarem, as taxas moderadoras aqui na Região não sobrevivem! Parece-me que esta lógica do ponto vista político, é cristalina. É cristalina, Sr. Deputado! Eu sei que o senhor percebeu.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, não precisava de ter feito a pausa porque eu felizmente ainda sou capaz de fazer duas coisas ao mesmo tempo, portanto escusava ter feito a pausa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não foi por mal!

O Orador: Dizia o seguinte: ao contrário do que diz o PS pela voz do Sr. Deputado Ricardo Cabral, as taxas moderadoras não regulam nem moderam coisíssima nenhuma, as taxas moderadoras são uma barreira no acesso aos cuidados de saúde e uma ilegítima e injusta dupla tributação ao povo português e aos açorianos também.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Isso sim. Isso é o significado das taxas moderadoras.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, a minha pergunta tem de facto ao contrário do que V. Exa. estava a tentar justificar, tem de facto aqui um fundamento. Repare uma coisa, Sr. Deputado: porquê agora? É porque o Sr. Deputado teve de 2011 até 2015, teve oportunidade de ter esta iniciativa, esta iniciativa.

Esta iniciativa V. Exa. teve oportunidade de apresentá-la aqui, assim como outras, mas a verdade é que V. Exa. parece que na altura se esqueceu daquilo que o povo português estava a passar e do facto de ainda ser penalizado com esta injusta dupla tributação, portanto há de facto aqui um *timing* que importaria também que V. Exa. justificasse para o facto de termos percebido que isto é uma questão de oportunidade política para isolar o PS. Isso percebi, Sr. Deputado!

A questão não é essa, a questão é bem outra: é que se fique esclarecido de que mesmo que esta medida fosse aqui aprovada hoje por esta câmara, já percebemos que não vai ser, mas se fosse aprovada por esta câmara, isso não significava que as taxas moderadoras acabavam nos Açores. É isso que isto significa.

Assim, ...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor vai perder tempo para dizer a mesma coisa?

O Orador: Não. Ainda vou dizer mais qualquer coisa, talvez V. Exa. não goste muito, mas vou ter de dizer.

Repare uma coisa: não é linear que o PS, mesmo que fossem eliminadas as taxas moderadora na República, o fizesse aqui.

Veja uma coisa: nós tivemos durante um determinado período, houve uma alteração à Lei das Finanças Regionais, o diferencial fiscal caiu de 30 para 20%, entretanto já houve uma alteração e estamos outra vez no 30%, mas o PS e o Governo do PS, não quis aplicar o diferencial (não quis e já chumbou várias propostas do PCP) dos 30% à taxa superior do IVA que como se sabe, passaria de 18 para 16%.

Portanto, esse raciocínio que V. Exa. está a fazer não é também linear.

Portanto, é bom que se justifique isso tudo, Sr. Deputado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Bem, eu estou absolutamente surpreendido que o Sr. Deputado seja o principal, oposição a esta proposta.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sou? Estou a apoiá-lo!

Orador: Sr. Deputado, eu acho que o que o Sr. Deputado aqui tem é uma invejinha que não consegue esconder, uma invejinha que o Sr. Deputado não consegue esconder.

Eu já lhe expliquei a lógica, a lógica é cristalina: se o PS, se o Governo Regional ficar isolado nesta questão, as taxas moderadoras se caírem lá fora, também caem aqui. É o efeito dominó, é tão simples como isso.

O que o Sr. Deputado aqui tem, é que está desconfiado que eu estou a pregar-lhe uma partida no âmbito da chamada geringonça nacional ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nada disso!

Orador: ... ou seja por o Partido Comunista e o BE apoiarem o PS, no âmbito da Assembleia da República e apoiarem o governo que está em exercício de funções, o Governo do PS, acha que eu estou a fazer-lhe isto para fazer uma maldade? Nada de mais afastado da realidade!

Deputada Zuraida Soares (BE): Nada de mais correto!

Orador: Sabe porquê?

Deputado Domingos Cunha (PS): Nada mais certo, Sr. Deputado!

Orador: Porque eu não defendo as taxas moderadoras hoje, defendi o ano passado!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas defende as taxas moderadoras ou a eliminação delas?

Orador: E no outro ano! E no outro ano! E votei sempre a favor de qualquer proposta que entrou nesta Casa em relação às taxas moderadoras ao longo de todos estes anos, Sr. Deputado!

Portanto, o Sr. Deputado em relação a esta questão já percebeu que não vai a lado nenhum, apresentei esta iniciativa e foi sempre ao longo de todos estes anos absolutamente congruente em relação às minhas posições! Ou o Sr. Deputado aponta: “Mas o Sr. Deputado há três anos não pensava assim!”. Pensava, exatamente! Como é que eu votei nos outros anos todos?

Sr. Deputado, aqui há uma questão que é essencial, o Sr. Deputado, eu não faço política mesquinha! Eu não faço a política da inveja! O que eu faço é a política a servir os açorianos e os portugueses, portanto a minha proposta vai no sentido de defender as posições que eu sempre defendi, que eu sempre defendi ao longo dos oito anos que aqui estou sentado nesta Casa!

Deputado Francisco César (PS): Mas o senhor é contra ou a favor das taxas moderadoras?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ninguém percebeu ainda!

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Maurício.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

O PPM traz a este Parlamento o pedido de pronúncia sobre a abolição total das taxas moderadoras ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É uma Anteposta de Lei!

Orador: É uma Anteposta de Lei mas que a Assembleia se apresente perante o Parlamento Nacional, é uma proposta de abolição total das taxas moderadoras.

Reconhecemos que o PPM ao longo desta Legislatura e ao longo do seu exercício político e do seu exercício de opinião, tem sido coerente com as suas

posições e tem defendido em diversas circunstâncias a abolição das taxas moderadoras.

A exemplo desta coerência que o PPM tem apresentado, o PSD também tem sido coerente no seu discurso e aquilo que nós temos defendido, ao contrário daquilo que defende o PPM, embora ambos coerentes no nosso discurso, mas em sentido divergente, relativamente a essa matéria, é de que as taxas moderadoras representam um mecanismo de moderação na procura dos cuidados de saúde e são um mecanismo que melhora a eficiência na prestação e no acesso aos cuidados.

Esta tem sido a nossa postura e é essa coerência que nós temos mantido e que mantemos neste preciso momento em que nos estamos a pronunciar sobre esta Anteposta de Lei.

Portanto, não concordamos com a abolição das taxas moderadoras, pelos motivos que acabei de referir, concordamos sim com um conjunto de isenções que façam com que aqueles que não têm nomeadamente capacidade económica para pagá-las, não seja por isso que não tenham acesso aos cuidados de saúde e infelizmente o valor percentual da população, quer portuguesa, quer açoriana que procura cuidados de saúde e que por insuficiência económica não paga taxas, ainda é muito elevado.

Como sabe, por exemplo nos Açores e com dados de 11 de junho de 2015, existiam cerca de 111 mil açorianos que estavam isentos de taxas moderadoras, dos quais 70 593 por insuficiência económica, ou seja 63,4% dos açorianos isentos do pagamento de taxas moderadoras, estavam isentos por insuficiência económica.

Não é esta a matéria da discussão, mas é isto que naturalmente nos deveria também preocupar, é saber por que é que os açorianos a exemplo dos continentais, não têm capacidade económica para pagar de forma simbólica uma taxa na prestação dos cuidados de saúde de que necessitam.

Exposto este posicionamento do PSD, queria também referir que o PPM faz neste diploma que aqui apresenta, nesta Anteproposta de Lei, referência ao único artigo que, digamos assim, sobrevive de toda a revogação que o PPM propõe relativamente ao Decreto Lei n.º 113, de 2011 e de todos aqueles que o atualizaram posteriormente, no que diz respeito ao transporte não urgente de doentes, consignando a isenção total de encargos a esses doentes apenas e só dependente de uma justificação clínica.

Estamos de acordo em relação a esta questão, em coerência também com aquilo que temos defendido relativamente ao que se passa nos Açores, razão pela qual teremos sentidos diferentes de voto na discussão na generalidade e na especialidade deste diploma, sendo que ressalvo, o PSD mantém a coerência do seu discurso e não é contra a abolição total das taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde, nem no Serviço Regional de Saúde.

Permita-me, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Secretários Regionais, que fizemos em 2011, no que diz respeito à aplicação das taxas moderadoras nos Açores, uma proposta para que os açorianos sem médico de família, pudessem estar isentos do pagamento de taxas moderadoras, isso sim, consideramos que é uma proposta justa e que infelizmente, à exceção do PPM, que relativamente a essa proposta do PSD votou favoravelmente, todas as outras bancadas parlamentares se manifestaram contra e chumbaram a proposta do PSD nessa altura.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Essa proposta não fazia sentido, Sr. Deputado!

Deputado Luís Maurício (PSD): Fazia!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por dizer que maldade ou não maldade da parte do PPM à gerigonça, lógica política, tática política, estratégia política, o que quer que seja, o que nós temos em mãos é uma Anteproposta de Lei que pretende eliminar o pagamento de taxas moderadoras no acesso a cuidados de saúde do Serviço Nacional de Saúde. Para o BE nada mais justo, nada mais certo, logo voto favorável!

Gostaria de começar pelo fim, já que se encadeia neste raciocínio respondendo ao Sr. Deputado Luís Maurício e à referência que fez, correta, de que aquando da apresentação pelo PSD de uma proposta para isentar os açorianos e açorianas que não têm médico de família destas taxas moderadoras, os outros partidos, nomeadamente o BE, votou contra, com toda a convicção Sr. Deputado porque nós entendemos que não são só quem não tem médico de família, são todos os açorianos e açorianas, porque nós estamos a falar nos Açores, na Madeira ou no continente, de um direito constitucionalmente consagrado e estamos a falar de um Serviço Nacional de Saúde que promete a prestação de cuidados de saúde, de forma universal e gratuita. Portanto, não é para uns e para outros não. Não! É para todos! Daí o nosso voto contra.

Já agora, Sras. e Srs. Deputados, lembrar também o seguinte: aliás isto é uma discussão recorrente, já não é a primeira vez que a fazemos, também não há novos argumentos nem para concordar, nem para discordar, talvez valha a pena repescar um ou outro, que nós consideramos nunca é demais dar à reflexão dos açorianos e açorianas.

Um dos objetivos das taxas moderadoras, foi aqui dito e é sempre dito, é regular o acesso aos serviços de saúde.

Eu pergunto: mas os açorianos e açorianas, os continentais, os madeirenses são tolos, que quando não têm nada que fazer, em vez de irem passear para o parque Atlântico, plantam-se no hospital, durante horas, à espera de ser atendido?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Na Terceira como não há Parque Atlântico vão para o hospital!

A Oradora: Mas regular o quê, Sras. e Srs. Deputados? As pessoas vão ao hospital quando se sentem mal e poderiam ir a outro sítio! Poderiam ir a um Centro de Saúde mais próximo. Mas não vão, sabem porquê? Não há médico de família! As pessoas chegam lá e não têm quem as atenda! Na melhor das hipóteses, o médico que agora presta lá uma urgência uma vez por semana, é capaz de pôr no fim da bicha, ...

Deputado José San-Bento (PS): Fila!

A Oradora: ... portanto uma pessoa que se senta mal é convidada a voltar lá daqui a três ou quatro dias!

Sras. e Srs. Deputados, mas regular o acesso a quê?

Regular o acesso a um direito constitucional?

Não, Sras. e srs. Deputados! Não aqui! Não no continente! Não na Madeira!

Outra, é regular a procura, voltamos novamente ao médico de família, à escandalosa falta de médicos de família nesta Região e à desproteção a que dezenas de milhares de açorianos e açorianas estão condenados, a não ser que vão para a bicha do hospital, ...

Deputados José San-Bento e José Ávila (PS): Fila!

A Oradora: ... onde esperam uma, duas, três, quatro, cinco horas para serem atendidos, está aqui quem já o tenha feito, está aqui quem já o tenha feito e não há tanto tempo, portanto a taxa moderadora não regula e não disciplina coisíssima nenhuma, penaliza! Penaliza e obriga os cidadãos a pagar duas vezes aquilo que já pagaram com os seus impostos e se todos pagarem os seus impostos, disse-o ontem nesta sala, nesta câmara e volto a repeti-lo, se todos pagarem os seus impostos em vez de os porem a salvo em diversos off shores, não é preciso as taxas moderadoras para pagar seja o que for, nem no Serviço Nacional de Saúde, nem no Serviço Regional de Saúde.

Deputado Francisco César (PS): Também tem offshore?

A Oradora: Existe dinheiro, é preciso é ir busca-lo onde ele está. Não é ao bolso de quem menos tem!

Mais, justiça social, disse-o ontem nesta câmara e volto a repetir, a justiça social faz-se na progressividade dos impostos. É a política fiscal que assegura a justiça social. Como essa nunca é cumprida porque a evasão e a fuga aí está, é notícia de todos os dias, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez vamos meter a mão no bolso daqueles que menos têm.

Finalmente, dizer que na realidade a isenção das taxas moderadoras foram o raiozinho de sol socialista que brilhou nesta Região durante alguns anos e que de repente esmoreceu e anoiteceu. Quando? Quando foi preciso ir buscar dinheiro para outras coisas, nomeadamente para o Centro de Radioterapia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pode ter a certeza que um dia vou ir lá!

A Oradora: Mas Sras. e Srs. Deputados, quer o acesso à saúde, quer o Centro de Radioterapia são um direito das pessoas. São um direito das pessoas! O dinheiro público é para isso que deve servir, não é para outra coisa.

Portanto, eu compreendo a tática, a estratégia ou a maldade do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Maldade?

A Oradora: O raciocínio dele é muito simples, é assim: se o raiozinho de sol socialista esmoreceu, com o pretexto de que o continente também tinha taxas moderadoras, portanto não havia escândalo nenhum ...

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

A Oradora: Oh Sr. Deputado, eu estou ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu estou completamente descontextualizado!

A Oradora: O senhor não está a perceber nada. O senhor está surpreendido porque não está a perceber. Eu estou a ir ao seu encontro. Estou a fazer o seu raciocínio, veja se me acompanha.

O seu raciocínio é assim: porque havia taxas moderadoras no continente, isso foi também um bom pretexto para que o raiozinho de sol socialista aqui deixasse de brilhar, com o pretexto também, se o continente tem, logo os Açores também não é um escândalo se tiverem.

O seu raciocínio agora é ao contrário: se nós conseguirmos garantir que o continente deixa de ter, talvez o raiozinho de sol socialista volte a brilhar no meio das nuvens.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

A Oradora: Aplauda, Sr. Deputado! Aplauda porque afinal ainda agora estava enganado!

(Aplausos do Deputado Paulo Estêvão)

Muito obrigada.

Portanto, sras. e Srs. Deputados para finalizar, obviamente que o BE não tem a mínima dúvida em votar favoravelmente a proposta do PPM, com tática, sem tática, com estratégia, com maldade. É em nome das pessoas e em nome dos seus direitos que o fazemos!

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Prescindo.

Presidente: Passo então a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Independentemente das motivações políticas que levaram o PPM a trazer hoje aqui esta iniciativa, aquilo que nos interessa efetivamente é que ocorra de facto a abolição das taxas moderadoras.

O CDS não é de hoje, nem de ontem que sempre tem acusado esta governação socialista de uma política de austeridade na saúde, da qual as taxas moderadoras são um exemplo.

Deputado André Bradford (PS): Oh senhora, os senhores foram quatro anos Governo na República!

A Oradora: Agora vão começar a falar do passado. O passado da austeridade na República.

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputado...

A Oradora: Os senhores querem falar do futuro quando ainda não conseguiram cumprir o seu desempenho; quando já não lhe interessa querem falar do passado da República.

A atualidade da República é esta: é que está a caminhar-se no sentido de haver uma abolição das taxas moderadoras na República e como já explicou o Sr. Deputado Paulo Estêvão, seguido e acompanhado da Sra. Deputada do BE, e muito bem, se caírem as taxas moderadoras na República, o Governo Regional fica isolado e terá que acabar também com as taxas moderadoras.

Este presente, imagino, que os desagrade e que prefiram falar do passado e do futuro, mas é isto que estamos neste momento a discutir.

Deputado André Bradford (PS): Coisa que os senhores nunca fizeram durante quatro anos!

A Oradora: Já agora deixava a questão aqui porque uma das (e como já disse também o Sr. Deputado Paulo Estêvão) desculpas que foi dada aos açorianos

para implementar as taxas moderadoras, é que essa verba seria utilizada para financiar o Serviço de Radioterapia na Região.

Deputado Berto Messias (PS): Estamos a discutir taxas moderadoras a nível nacional!

A Oradora: Pois, muito bem, o Sr. Secretário diz aqui: “Radioterapia na Terceira, concretiza-se em março de 2016”, o mês passado.

Portanto, pergunto-lhe: ainda precisa do dinheiro das taxas moderadoras, ou está disposto a acabar com elas, uma vez que o protesto para a qual as implementou já está neste momento conseguido.

Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): O problema é que isso não tem nada a ver com o que estamos a discutir!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Naturalmente que esta sua última pergunta é retórica porque o que se está a falar é de acabar com as taxas moderadoras no Sistema Nacional de Saúde.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo: Apenas para dizer ao Deputado Paulo Estêvão o seguinte.

Oh, Sr. Deputado, não há efetivamente aqui nenhum sentimento de inveja, penso que foi assim que V. Exa. adjetivou ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Invejazinha!

O Orador: ... ou invejazinha, porque o histórico do PCP, quer na Região, quer na República, relativamente a esta matéria é conhecido, é vasto, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu defendi na intervenção!

O Orador: ... portanto não há qui efetivamente nenhum sentimento desse tipo por parte da Representação Parlamentar do PCP. Aquilo que a Representação Parlamentar do PCP quis foi apenas perceber efetivamente o alcance e a profundidade desta iniciativa de V. Exa.

Aliás, V. Exa. fez muito bem em se ter inspirado nos textos que o PCP tem produzido sobre o efeito, que não sendo iguais, fez muito bem. Estou a ver que o PCP é uma grande fonte de inspiração para V. Exa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu já tenho pouco tempo, aqui na tática parlamentar. Espero que o Governo não esteja à espera que eu fique sem tempo para poder responder às questões.

Deputado Francisco César (PS): O Governo não tem nada a ver com isso!

O Orador: O Governo pode participar ou pode não participar. Eu só estou aqui a fazer uma ressalva do ponto de vista do desenvolvimento do debate.

Deputado Francisco César (PS): Mas isso não tem nada a ver com o Governo!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Faz uma pergunta direta!

O Orador: A questão é a seguinte: a Sra. Deputada Graça Silveira tem toda a razão na referência que acabou de fazer. Aqui nos Açores o que foi dito foi o seguinte, eu volto a repetir, é a terceira vez que faço esta referência, o então Presidente do Governo Regional, hoje líder parlamentar nacional do PS na Assembleia da República, o que disse foi: “Eu não concordo com as taxas moderadoras! É um princípio injusto! Eu não concordo! Mas temos que criar

um Centro de Radioterapia, portanto vamos afetar estas verbas provenientes das taxas moderadoras e vamos criar o Centro de Radioterapia!”.

A Sra. Deputada Graça Silveira diz agora: “Bom e agora que o Centro de Radioterapia vai começar a funcionar. Os senhores continuam a achar que é uma excecionalidade que foi provocada por uma questão particular ...

Deputado André Bradford (PS): Isso não tem nada a ver com o diploma!

O Orador: ... como o então Presidente do Governo Regional referenciou ou alteraram a vossa posição nesta matéria?”.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sr. Deputado, isso não tem nada a ver com a Anteproposta!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, permita-me apenas que lhe diga que apesar de ter feito desde o início e esclarecido a câmara da intenção por detrás desta anteproposta, eu relembro novamente que o que estamos aqui a discutir é as taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde, portanto apesar de lhe ter permitido que informasse a câmara do relacionamento que faz com as taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde, não é sobre este assunto que estamos aqui a tratar.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, permita-me discordar da sua interpretação, porque evidentemente que considero que esta interpretação política, eu fundamento a minha iniciativa com esta leitura política, V. Exa. estará a coartar a minha liberdade de expressão nesta Assembleia se me impedir de dizer aquilo que realmente penso sobre a relação que existe entre a cobrança das taxas moderadoras lá e cá e do efeito político que pretende atingir com este diploma. Portanto, Sra. Presidente eu já aqui vi gente a fazer intervenções de assuntos que nada têm a ver e eu aqui desde o primeiro momento que digo que este é o principal objetivo.

Se a Sra. Presidente não me deixa dizer isto, está a coartar a minha liberdade expressão nesta matéria, Sra. Presidente.

Deputado Miguel Costa (PS): Demita-se!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não percebe a sua proposta!

Presidente: Sras. Srs. Deputados ...

O Orador: Eu vou terminar Sra. Presidente.

Há aqui dois valores que são fundamentais: eu acho que este debate é um debate incómodo para o PS e para o Governo Regional.

Deputado André Bradford (PS): Muito incómodo!

O Orador: Há coisas que eu tenho que dizer, que sei que são incómodas para o Governo Regional e para o PS.

Eu espero sinceramente que V. Exa. faça uma análise mais de acordo com a defesa da liberdade de expressão nesta matéria, do que aquela que fez inicialmente, Sra. Presidente.

Se a Sra. Presidente mantiver essa postura eu farei um esforço no sentido de poder fazer esta avaliação.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é que está a fugir da sua proposta!

Presidente: Sras. Srs. Deputados, peço-vos um pouco de silêncio.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, a Mesa naturalmente não condiz os trabalhos naquilo que é incómodo ou não para as bancadas.

A Mesa conduz os trabalhos no sentido daquilo que entende que se está ou não a debater e eu permiti ao Sr. Deputado que fizesse a explanação, que fizesse o enquadramento com a latitude que a Mesa costuma dar a todas as bancadas desta Assembleia.

Naturalmente que quando me apercebo que se está a centrar o debate numa matéria que não aquela que se está a discutir, faço a advertência que lhe fiz e que também já tinha feito à Sra. Deputada Graça Silveira.

Portanto, eu dei a latitude a todas as bancadas para enquadrarem a sua posição relativamente a esta matéria mas de facto este diploma é apenas, somente, as taxas moderadoras do Sistema Nacional de Saúde, portanto o senhor já fez o seu enquadramento que permiti fazer e portanto apelo a que se mantenha no registo do debate sobre a matéria da sua Anteproposta, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, a Sra. Presidente deixa-me aqui numa circunstância difícil, é que eu quero continuar a realizar uma intervenção sob o ponto de vista da liberdade e daquilo que eu penso e a Sra. Presidente ao impedir-me de fazer uma ligação que eu acho que existe entre as taxas moderadoras nacionais e regionais, impedir-me de fazer esta ligação não me permite expressar livremente a minha opinião, Sra. Presidente e daqui não podemos sair porque eu tenho aqui um conjunto de pontos em que do ponto de vista da minha argumentação, como proponente desta iniciativa, eu faço uma ligação política entre a existência das taxas moderadoras lá e cá e a Sra. Presidente não me permite que eu continue a desenvolver o meu raciocínio.

Portanto, eu acho que isto é da maior gravidade, Sra. Presidente.

Eu também não sei o que é que eu posso dizer. Se eu considero que é isso que eu devo defender, eu não tenho mais nada para dizer a não ser continuar a defender a minha posição, Sra. Presidente.

Deputados Berto Messias e André Bradford (PS): Então continue!

O Orador: Ficamos aqui num impasse: eu quero fazer-lhe a vontade de respeitar integralmente a sua posição, mas por outro lado eu faço uma ligação política legítima entre a existência das taxas moderadoras a nível nacional e regional, Sra. Presidente.

Portanto, a questão aqui é a seguinte: o que eu estava aqui a referenciar é que a existência das taxas moderadoras a nível regional, estão justificadas no contexto das taxas moderadoras nacionais e também do ponto de vista circunstancial para pagar o Centro de Radioterapia. Está escrito!

Deputado André Bradford (PS): Não era isso que o senhor estava a dizer!

O Orador: Eu tenho grandes dúvidas que essas verbas tenham sido utilizadas

...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, lamento mas não posso permitir ...

O Orador: ... para pagar o Centro de Radioterapia.

Deputado José San-Bento (PS): Mas quem é que manda aqui!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, agradeço que respeite a decisão da Mesa.

O Orador: Sra. Presidente desisto do debate porque de facto estou impedido de dizer aquilo que penso politicamente, portanto a partir do momento que eu não quero desrespeitar aquela que é a sua posição, que é claramente não me deixar dizer aquilo que politicamente considero que é relevante, tenho que respeitá-la e a forma de respeitá-la é, estou impedido, estou censurado em relação à intervenção que quero fazer.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação.

Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Peço à Sra. Deputada Zuraida Soares, que prescinda do seu pedido de intervalo regimental, para que possamos fazer um intervalo de meia hora.

Peço aos Líderes e à Sra. Secretária Regional, o favor de me acompanharem à sala da Mesa.

Eram 16 horas e 04 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 26 minutos.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Face a esta intervenção para informar esta câmara que me retiro do debate porque não estão criadas as condições democráticas para que o mesmo possa acontecer de forma democrática.

O PPM tinha um conjunto de perguntas, considera que há uma ligação política inequívoca entre a manutenção das taxas moderadoras regionais em relação à existência das taxas moderadoras nacionais.

É esta a nossa apreciação política.

Neste momento, depois de vinte anos de governação do PS, a liberdade nos Açores está amordaçada e a liberdade está amordaçada neste parlamento. Não é permitido, como já aconteceu noutra tipo de situações também em que o PPM foi gravemente prejudicado em termos de condução de trabalhos, não é permitido fazer e estabelecer esta ligação política inequívoca e todas as perguntas que estão relacionadas com a ligação política que eu penso que existe.

Portanto, nesse sentido informo a câmara que me retiro dos trabalhos, obviamente que a Mesa e a Sra. Presidente mantêm a sua posição, não me deixa falar, não me deixa estabelecer essa ligação política, não me deixa fazer essa interpretação política. Eu acho que isto não é democrático. Eu acho que ofende gravemente a liberdade e o exercício da liberdade por parte, ainda por cima de

um Deputado neste Parlamento, que acho que isto mostra perfeitamente o estado em que chegámos nos Açores, em termos de liberdade de expressão.

Portanto, da minha parte até ao final dos trabalhos desta Assembleia, eu por mim considero que não tenho condições para o exercício da liberdade de expressão que a constituição me reconhece e que as normas deste Parlamento me reconhecem, mas que a Sra. Presidente não reconhece. Estou farto deste tipo de incidentes do ponto de vista da condução dos trabalhos.

Por mim desta vez o que eu vou fazer é muito simplesmente, a Sra. Presidente tem essa interpretação, portanto da minha parte não há condições para continuar a apresentar o conjunto de argumentos políticos, legítimos que eu tinha a apresentar no âmbito deste assunto.

Portanto, é esta a informação que quero dar a todos os Grupos e Representações Parlamentares aqui presentes.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós estamos, ou estávamos a discutir uma iniciativa do PPM intitulada: **Anteproposta de Lei n.º 17/X – “Elimina o pagamento de taxas moderadoras no acesso a cuidados de saúde do Serviço Nacional de Saúde”**, do Serviço Nacional de Saúde, portanto Sr. Deputado, cai por base os eu argumento porque se havia uma importância tão grande, tão fundamental, tão determinante numa ligação entre as taxas moderadoras do Serviço Nacional de Saúde e as taxas moderadoras do Serviço Regional de Saúde, a sua iniciativa não podia ter esta epígrafe e portanto o seu argumento cai pela base.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não percebe a sua proposta!

O Orador: Em segundo lugar eu queria dizer-lhe que como foi óbvio para quem acompanhou este debate, o senhor só falou deste assunto de uma forma

oportunista depois da sra. Deputada Graça ter trazido aqui a questão das taxas moderadoras e a sua relação com o financiamento de radioterapia nos Açores. Só depois dessa intervenção é que o senhor se lembrou que poderia explorar mais este argumento.

Portanto, Sr. Deputado, o que nós estamos aqui é perante a sua inferene e repetitiva demagogia, um exercício de vitimização que ninguém merece sentir nem passar por ele.

Digo-lhe uma coisa Sr. Deputado: a maior lição de democracia e aquilo que é fundamental para se cumprir a democracia neste Parlamento como todos os dias dos nossos plenários, é feito através da presidência da Sra. Deputada Ana Luís, é o cumprimento do nosso Regimento, algo que todos devem zelar e que o senhor infelizmente nem sempre o faz.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso, a menos que esteja enganada e se estiver por favor corrija-me, que aquilo que está agora em causa é perceber se a argumentação do Sr. Deputado Paulo Estêvão para abandonar o Plenário, tem cabimento ou não tem cabimento à luz do mais elementar bom senso.

Penso que é isto, porque já não estamos a discutir a proposta do Sr. Deputado, agora estamos a discutir e a debater a posição que ele tomou.

Bom, Sra. Presidente, se é isso que nós estamos a discutir e por isso eu pergunto, se é esse o assunto do debate eu também quero dar o meu contributo e fazendo *mea culpa*, porque eu durante a minha primeira e única intervenção acerca desta iniciativa legislativa falei nas taxas moderadoras na Região Autónoma dos Açores, falei no raiozinho de sol socialista, falei no Presidente

Carlos César, portanto falei em tudo aquilo que o Sr. Deputado agora diz que não pode falar.

Portanto, isto é só para fazer um ponto de situação.

Eu falei, provavelmente se calhar não deveria ter falado, agora não é uma questão de oportunismo, é uma questão de argumentação política, é isso que está em causa.

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Deputada, apesar da sua intervenção ser no âmbito do debate eu tenho efetivamente que fazer um esclarecimento.

Todos os participantes neste debate falaram e estabeleceram a ligação às taxas moderadoras do Serviço Regional de Saúde, que eu permiti, como permito em todos os debates que se faça com alguma latitude o enquadramento político da posição de cada bancada.

Naturalmente a advertência que fiz ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, foi porque quando o Sr. Deputado Paulo Estêvão pretendeu centrar a sua intervenção sobre as taxas moderadoras do Serviço Regional de Saúde, alertei-o, como aliás tinha feito já á sra. Deputada Graça Silveira, de que já dei a latitude, já permiti que se fizesse a relação política que se pretende fazer, mas entendo que não se pode centrar um debate que é sobre as taxas moderadoras do Serviço nacional de Saúde, falando exclusivamente das taxas moderadoras do serviço Regional de Saúde.

Foi nesse sentido que permiti, a todos, que o fizessem.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nomeadamente ao PPM!

Presidente: Quando entendi que já se estava a extravasar o âmbito do diploma, adverti aqueles que entendi que deveria advertir porque eram aqueles que efetivamente persistiam nessa situação.

Portanto, foi nesse sentido que o fiz, não o fiz a si porque foi a sua primeira intervenção, naturalmente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Eu constatei que o Sr. Deputado José San-Bento me chamou oportunista, intervenção demagógica, etc., etc., a Sra. Presidente não interrompeu os trabalhos.

Eu deixei que a Sra. Presidente pudesse ouvir toda a argumentação do Sr. Deputado José San-Bento, que foi no sentido apenas de insultar, mais nada e a Sra. Presidente não reagiu absolutamente a nada dos insultos que foram proferidos. É essa a sua forma de conduzir dos trabalhos.

Devo dizer também à Sra. Deputada Zuraida Soares: eu não disse que ia abandonar o Plenário, eu estou a dizer que abandonei esta discussão.

Deputada Zuraida Soares (BE): Peço desculpa! Percebi mal!

O Orador: Não estão criadas as condições democráticas e de esclarecimento.

Eu tenho uma interpretação política da manutenção das taxas moderadoras regionais que acho que está ligada à manutenção das taxas moderadoras a nível nacional e quero desenvolver o raciocínio e um conjunto de argumentos e não me é permitido. Não me é permitido por incrível que possa acontecer!

Portanto, neste momento eu considero que a minha participação no debate não é possível porque a Sra. Presidente não deixa.

Eu aqui tinha apenas duas oportunidades: ou desrespeitava e não vou fazê-lo por respeito a esta câmara e a todos os açorianos, portanto acato a sua ordem, agora também não posso ver ferida a minha liberdade de expressão, portanto participar num debate completamente coartado, não posso desenvolver o conjunto de argumentos que quero e que considero absolutamente lícitos do ponto de vista político.

Deputado Berto Messias (PS): Mas o senhor é que fez a proposta!

O Orador: Não vou responder às ofensas do ponto de vista pessoal do Sr. Deputado José San-Bento, ...

Deputado Berto Messias (PS): Quais ofensas?

O Orador: ... isso é um registo que fica com ele, eu não vou para essa arruaça, ...

Deputado José San-Bento (PS): Não o insultei!

O Orador: ... não vou para esse tipo de comentários, isso é próprio da vossa forma de estar na democracia dos Açores, que é impor a vossa vontade aos outros.

Portanto, eu sobre esse tipo de comentários, sobre esse tipo de expressões, sobre esse tipo de ofensas que o senhor dirige aos outros Deputados deste Parlamento, Sr. Deputado fica sozinho nesse debate.

Deputado Berto Messias (PS): Quais ofensas?

Deputado Francisco César (PS): Ninguém o ofendeu

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver, vamos então passar à votação desta Anteproposta de Lei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A Anteproposta de Lei apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Solicito um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos daqui a 15 minutos.

Eram 17 horas e 37 minutos.

Presidente: Srs. Deputado vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 04 minutos.

Entramos agora no ponto 6 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 132/X – “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pronuncia-se, por sua iniciativa, frontalmente contra a criação da figura de Presidente dos Açores e de governos de Ilha, no âmbito de uma futura revisão da Constituição da República Portuguesa”.**

Este Projeto de Resolução é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM.

Considerando que é uma iniciativa conjunta cada um dos proponentes dispõe de mais cinco minutos para este debate.

Informo também a câmara que foi entregue na Mesa e já distribuída por todos uma proposta de substituição integral desta iniciativa. Será sobre ela que iremos debater e será ela também que será votada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os ímpetus autonomistas do Povo Açoriano remontam ao século XIX.

Com o fim do Estado Novo, a “questão açoriana” emergiu na vida política portuguesa.

A Autonomia conferiu aos Açorianos liberdade moral e intelectual, identidade própria, faculdade de determinar por vontade própria, liberdade de cooperar em

oposição à obediência e, acima de tudo, trouxe a todos nós a capacidade de nos auto-governarmos.

Porém, 40 anos volvidos, nem a Democracia, nem a Autonomia, por si só ou em conjunto, revelaram ser capazes de resolver suficientemente as mais profundas debilidades e assimetrias do nosso processo de desenvolvimento económico e social.

Estas quatro décadas de experiência autonómica e democrática não conseguiram contribuir decisivamente para evitar alguns dos piores indicadores sociais do País.

Nas comemorações do Dia da Região do ano passado (2015), o Presidente do Governo Regional decidiu abrir a porta a um amplo debate sobre a eventual necessidade de se reformar a Autonomia.

Avançando com um rol de potenciais ideias inovadoras para dar mais vida ao sistema autonómico, começamos a ouvir os auto-proclamados pais da Autonomia, o PSD/Açores e o PS/Açores, apresentarem aparentes soluções de futuro.

O ano de 2015, pela realização de Eleições para a Assembleia da República, abriu portas a uma nova Legislatura com poderes para proceder a uma revisão da Constituição da República Portuguesa.

Entenderam então o Grupo Parlamentar do CDS-PP e a Representação Parlamentar do PPM apresentar, com carácter de urgência, no plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, uma iniciativa que visava dar a possibilidade de todos os partidos políticos poderem afirmar, perante os eleitores Açorianos, quais as suas posições relativamente à reforma da Autonomia.

Apesar de terem despoletado todo o debate público sobre a matéria, em vésperas das Eleições para a Assembleia da República, PS e PSD não quiseram esclarecer o eleitorado Açoriano sobre que posições haveriam (ou haverão) de

assumir na República os seus Deputados relativamente ao conjunto de propostas de aprofundamento do nosso regime autonómico caso seja aberto o dossier revisão constitucional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: PS e PSD apresentaram propostas, no âmbito do debate regional sobre a revisão da Constituição, para a criação das figuras de Presidente dos Açores e de governos de ilha.

Ora, se somarmos o Presidente dos Açores às figuras constitucionais e estatutárias já existentes de Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Presidente do Governo Regional dos Açores, aos 19 presidentes de câmaras municipais da Região, aos 154 presidentes de junta de freguesia das diferentes ilhas e aos 9 presidentes dos conselhos de ilha, a Região Autónoma dos Açores ficaria com um total de 185 presidentes e 10 governos, uma alta densidade *per capita* e até de ocupação do território.

Para além destes números, a criação do Presidente dos Açores e de nove governos de ilha são propostas altamente conflituantes no quadro institucional vigente, implicariam um significativo acréscimo de despesa pública para a Região e serviriam, na prática, apenas, para satisfazer eventuais interesses instalados dos partidos tradicionalmente com maior representatividade eleitoral dos cidadãos Açorianos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apesar da total disponibilidade que sempre houve para debater o futuro da Autonomia e as formas de melhor podermos definir o nosso modelo de auto-governo, entendem os partidos proponentes que, neste momento, mais importante do que discutir mais e novos cargos políticos ou mais importante que cortar na representatividade política das diferentes ilhas desta Região, o que os Açorianos querem é uma Autonomia de resultados, não uma Autonomia de cargos.

O que os Açorianos querem ouvir dos seus representantes e dos seus governantes, nesta altura de acentuadas dificuldades sociais e económicas, é a definição de políticas objetivas e construtivas, promotoras de desenvolvimento, geradoras de riqueza e orientadas para o desenvolvimento de médio e longo prazo.

O que nós queremos é uma Autonomia com resultados na saúde, na agricultura, na gestão das nossas águas territoriais, com resultados nas pescas e por aí fora, e já agora com resultados na educação ...

O que nós queremos é desenvolver uma Autonomia que seja capaz de corrigir as assimetrias que a própria Autonomia foi criando, quer intra-ilha, quer inter-ilhas.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP e a Representação Parlamentar do PPM, dão aqui um contributo para o debate na Casa da Autonomia, sobre a reforma da Autonomia propondo que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores se pronuncie frontalmente contra a criação das figuras de Presidente dos Açores e de governos de ilha, no âmbito de uma futura revisão da Constituição da República Portuguesa.

A Autonomia existe para trazer melhores condições de vida aos Açorianos e isso não é só no papel, porque para se conseguir melhorar os resultados desta Autonomia é preciso termos um bom governo e um governo bom.

Muito obrigado.

Vozes das Deputadas da bancada do CDS-PP e do Deputado do PPM:

Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Francisco Coelho, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Eu gostava de referir em primeira linha que aí há cerca de meia hora foi distribuído um novo texto autointitulado de proposta de substituição integral.

Eu devo dizer que depois de ler este texto e de compaginá-lo com o anterior, cheguei à conclusão, aliás fácil de constatar que a integralidade da substituição resume-se à integralidade da substituição do preâmbulo, porque quer o título da Resolução, quer o texto resolutivo e é o que conta, é exatamente o mesmo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é o problema?

O Orador: Portanto, chamar a isto proposta de substituição integral, trata-se naturalmente de uma hipérbole e no caso de V. Exa. trata-se naturalmente de uma generosidade e de mais um exemplo da forma democrática e aberta com que conduz os nossos trabalhos e aceita os trabalhos e as livres opiniões das Sras. e dos Srs. Deputados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não vá por aí!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai ter que explicar, Sra. Presidente!

O Orador: Esta questão regimental trago-a não apenas por questões formais, mas porque ela também é indubitavelmente prova de um determinado estado de espírito e de uma determinada motivação na apresentação desta proposta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É! É muito bom para quem quer tachos!

O Orador: A minha intervenção está a incomodar os seus apartes, Sr. Deputado? Eu sei que está, mas ainda vai incomodar mais.

A verdade é que a proposta que aqui temos convém que sejamos claros sobre ela.

Trata-se, em primeiro lugar, de uma proposta telegráfica e de uma proposta negativa. A proposta não serve para dizer o que os proponentes pensam já nesta fase sobre este tema da reforma da autonomia, sendo até por aquilo que se conhece publicamente um pouco injusta para alguns deles.

Nós sabemos pelo menos porque é público que o PPM tem nesta matéria um conjunto de ideias e de propostas, mas elas não estão aqui.

Também é dito que se pretende fazer o Parlamento intervir nesta questão. Permitam-me que discorde! Esta forma de intervir através de uma Resolução telegráfica e negativa nesta oportunidade não engrandece o nosso Parlamento, porque o nosso Parlamento ao nível da reforma da autonomia, no tempo próprio, terá com certeza um papel mais nobre, mais solene, mais formal e mais decisivo, como seja, por exemplo e desde logo, ter a reserva de iniciativa estatutária.

Também é útil, por isso certamente é que o fizemos, termos em conta alguns dos pareceres que solicitámos e que foram dados. Eu gostava de citar aqui, pela sua pertinência, o parecer do ex-Presidente deste Parlamento, Dionísio de Sousa.

Lembra ele e bem que, em bom rigor, nós não estamos ainda que de forma negativa a discutir ou a debater conceitos, estamos apenas a debater nomes, porque face ao atual estado necessariamente genérico das ideias que estão em cima da Mesa, como é que se pode com todo o rigor ser contra, por exemplo, a figura do Presidente dos Açores quando nós não sabemos como é que ela será rigorosamente definida e apresentada. Mas esse Presidente é eleito diretamente pelos açorianos, ou é eleito pelo Parlamento? Que competências é que tem? Que duração de mandato é que tem? Nós não sabemos.

Também não sabemos porque estes nomes dizem mais aquilo que os proponentes pensam que outros propõem, não sabemos exatamente, nem foi apresentado como definido, a solução do PS para dar uma importância política e jurídico diferente à realidade ilha e que poderes e que órgãos intervirão nesse novo protagonismo que se pretende dar.

Portanto, também não se percebe muito como é que se pode ser definitivamente contra ou a favor, não de conceitos, mas de puras palavras e de puros slogans.

De resto, também nos parece que esta proposta não é feliz e nós dissemo-lo sempre, porque se mantêm todas as razões para que ela não fosse urgente

quando foi pedida e recusada a urgência e para que não seja urgente, antes pelo contrário, seja até na nossa opinião inconveniente este Parlamento tomar sobre alguns slogans, uma posição definitiva porque a verdade é que nós sabemos que as reformas da autonomia têm que implicar um largo consenso entre as nossas forças político-partidárias, entre a nossa sociedade civil, entre a nossa população.

Esses consensos naturalmente constroem-se e constroem-se com tempo, com trabalho, com cedências, com estabelecimento de prioridades, com negociação.

Esse é um processo que foi iniciado, esse não é, como todos bem sabem, um processo que tenhamos dado por concluído.

Portanto, nesta medida e no nosso entender a tomada de decisões definitivas sobre generalidades não favorece esse consenso, não facilita o diálogo, antes pelo contrário pode criar barreiras artificiais, divergências sobre matérias indefinidas, mas que podem prejudicar as conclusões e o consenso a que todos necessariamente de boa fé queremos chegar.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso achamos que este Projeto, nesta altura, com o seu caráter de generalidade é inconveniente politicamente, por isso não termos qualquer dúvida em votar contra o seu conteúdo.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para uma interpelação?

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Abstendo-me de comentar obviamente como se faz as propostas de substituição integral ou não, eu já vi aqui propostas de substituição integral para substituírem uma linha, várias, portanto abstendo-me de fazer qualquer comentário à forma deselegante e acintosa que o Sr. Deputado Francisco Coelho fez ...

Presidente: Sr. Deputado, está a fazer uma interpelação à Mesa, não deve interpelar nenhum Deputado.

O Orador: Eu estou a abster-me de fazer qualquer comentário, porque se não iria fazê-lo e de forma um bocadinho mais violenta.

Deputado Berto Messias (PS): Mas está a comentar!

O Orador: Mas abstendo-me de fazê-lo, gostaria que a Sra. Presidente explicasse à câmara, e especialmente ao Sr. Deputado Francisco Coelho, qual foi o processo que lhe pedi para fazer a substituição dessa proposta, se faz favor.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E um pedido de desculpas!

(*) **Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O art.º 145.º do Regimento prevê no seu n.º 2 e n.º 3, que as propostas de alteração só possam ser feitas pelo proponente, naturalmente aos termos resolutivos, pelo que depois terá de haver debate na especialidade apenas das alterações.

Considerando que aquilo que o CDS tencionava fazer era somente atualizar o preâmbulo considerando a data da sua apresentação hoje em Plenário, a Mesa entendeu que seria mais correto uma proposta de substituição integral ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Um pedido de desculpas!

Presidente: ... e por isso sugeri ao Sr. Deputado Artur Lima, que corrigisse a iniciativa nesses termos.

Penso que está esclarecido.

Sr. Deputado Francisco Coelho, pediu a palavra para?

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Para um esclarecimento, aliás dois, Sra. Presidente.

Primeiro esclarecimento: é bom que fique claro nesta Casa que nós estamos aqui em grande medida para discordarmos, para discordarmos com frontalidade e com alguma firmeza.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Sra. Presidente já lhe deu a palavra?

O Orador: Seria bom que não se entendesse que qualquer discordância aqui é deselegância ou ofensa, porque isso significa em última análise uma conceção muito peculiar e muito pequenina do que é a democracia e o debate parlamentar.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, Sra. Presidente: respeitando, como respeito e aliás como é muito típico do direito e das interpretações de textos jurídicos, a interpretação da Mesa, devo dizer que ela não é a minha, até por uma razão muito simples: o preâmbulo poderia até não ser publicado, o preâmbulo podia ser, como foi, a intervenção de tribuna do Sr. Deputado Artur Lima.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Naturalmente que foi essa a interpretação da Mesa e é aquela que tem vindo a ser utilizado no nosso Parlamento e como tal não queríamos nem poderíamos criar nenhuma exceção a este pedido de substituição integral, por parte do CDS.

O Sr. Deputado Artur Lima, pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Para esclarecer a câmara que o Sr. Deputado Francisco Coelho fez uma acusação infundada, acusando-nos de fazer

uma coisa quando nós pedimos uma proposta de alteração, e acatamos e bem a decisão e V. Exa. e da Mesa, de uma proposta de substituição. Daí a deselegância! Foi só assim!

Muito obrigado.

Deputado Francisco Coelho (PS): É uma alteração! É um facto, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se o senhor não respeita o problema é seu!

Presidente: Penso que estamos esclarecidos sobre esta matéria.

Vamos continuar o nosso debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente ...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado António Marinho está no uso da palavra. Agradeço que se criem as condições para o efeito.

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

O PSD não vai votar favoravelmente a iniciativa do CDS-PP e do PPM que, depois de apreciada na Comissão competente em razão da matéria, sobe hoje ao plenário da Assembleia Legislativa e não pode votar favoravelmente por uma questão de oportunidade, independentemente da substância que lhe está associada. Esta ficará para a altura certa, ou seja, quando estiverem em debate as diferentes propostas de revisão constitucional ou estatutária.

Na verdade, no período em que decorrem várias ações, quer ao nível interpartidário, quer com as entidades representativas e as forças vivas da sociedade, para se encontrar uma plataforma de consensualidade para uma reforma do modelo autonómico, tem pouco sentido suscitar agora que o

Parlamento se pronuncie, tomando uma posição, seja ela qual for, que, de certa forma, pode condicionar a amplitude de intervenção dos vários agentes, quando afinal o que se deseja é que o processo seja o mais transversal, o mais participativo e o mais aberto possível.

Também não faz sentido político tratar de forma, isolada ou parcelar, matéria ou temática que tem de ser enquadrada e contextualizada na perspetiva mais ampla das diferentes alterações que se pretendem levar a cabo, seja na Constituição da República Portuguesa, seja no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma, pois só essa via permite conhecer e perceber a coerência e a sustentabilidade de um verdadeiro processo de reforma autonómica.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Na nossa ótica, vale bem a pena o esforço que possamos todos fazer para procurar um consenso o mais alargado possível para, assim, conferir aquilo que é pretendido, uma maior força à nossa razão na defesa da Autonomia junto da República, alias assim o comprovam conquistas que já foram sendo alcançadas ao longo destes 40 anos de autonomia!

A reforma da Autonomia faz-se dos Açores para Lisboa!

Pelo lado do PSD/Açores existem caminhos traçados e existe trabalho realizado. Logo, no início de 2015, lançámos um conjunto de ideias e de linhas de ação, para debate e reflexão.

Estamos, pois, como temos estado, sempre prontos e disponíveis para continuar a aperfeiçoar o edifício jurídico do nosso modelo de autonomia política e administrativa.

Queremos uma Autonomia capaz de responder aos verdadeiros anseios do povo dos Açores.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Começo a minha intervenção lamentando profundamente que o Sr. Deputado Francisco Coelho, esclarecido (como ele dizia e disse no início da sua intervenção) que os procedimentos regimentais contam e são muito esclarecedores em relação à forma como se comportam as diversas forças políticas, foi-lhe aqui explicado e testemunhado pela Presidente da Assembleia que o procedimento regimental que foi adotado foi aquele que a Presidente transmitiu à Representação Parlamentar do PPM e ao Grupo Parlamentar do CDS. É tão simples como isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Peça desculpa! Seja humilde!

O Orador: Portanto, em relação aos procedimentos regimentais, da nossa parte acatámos aquela que foi a decisão da Sra. Presidente da Sra. Presidente da Assembleia.

Deputado Francisco Coelho (PS): Coisa que o senhor não faz!

O Orador: O Sr. Deputado esclarecido desse facto, só tinha uma coisa a fazer,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai-se levantar e pedir desculpa!

O Orador: ... era pedir desculpa ao Grupo Parlamentar do CDS e à Representação Parlamentar do PPM em relação, como dizia, aos “truques regimentais” que foram adotados.

Afinal os “truques regimentais” que foram adotados foi aquilo que foi sugerido pela Presidência da Mesa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, o Sr. Deputado o que tinha a fazer aqui era pedir desculpa ao CDS e ao PPM em relação à sua intervenção neste ponto em concreto. Ficava-lhe bem.

Outra questão que é da maior importância tem a ver com a oportunidade.

Eu lembro da oportunidade. Foi apresentada esta proposta pelo CDS e pelo PPM no sentido do esclarecimento dos açorianos em relação à eleição para a Assembleia da República e do debate público e parlamentar que deveria acontecer no âmbito da nossa Assembleia Legislativa.

Neste sentido, o debate permitia que os cinco Deputados que os açorianos elegeram no âmbito das eleições para a Assembleia da República fossem democraticamente mandatados em relação a estas questões, porque evidentemente a revisão constitucional e a alteração do Estatuto terá como protagonistas os Deputados eleitos na Assembleia da República e os Deputados presentes no Parlamento dos Açores.

O que eu pergunto é o seguinte:

Sobre estas questões, sobre esta questão da reforma autonómica, da reforma constitucional em matérias que dizem respeito aos Açores, pergunto quais foram os compromissos assumidos pelos Deputados que foram eleitos para a Assembleia da República, nesta matéria de forma específica?

Dizem-me os senhores: nenhum! Não foram assumidos nenhuns compromissos!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não é verdade!

O Orador: Isto é correto? Isto é democrático?

Pergunto eu: então é carta branca nesta questão?

O que é que pensa o Sr. Deputado Carlos César...

Deputado André Bradford (PS): Pergunte-lhe!

O Orador: ... sobre a criação do Presidente da Região?

O que é que pensa?

Qual é o seu compromisso nesta matéria?

Qual é o seu mandato democrático nesta matéria?

Deputado André Bradford (PS): Pergunte a ele!

O Orador: Eu pergunto: o que é que pensa o Sr. Deputado Carlos César sobre os Governos de Ilha?

O que é que pensa o Sr. Deputado Carlos César sobre os Governos de Ilha?

Nesta questão o Sr. Deputado Carlos César não obteve nenhum mandato democrático. Então vai decidir com base em quê? Em que compromisso eleitoral?

Qual é o compromisso?

Qual foi o mandato que lhe foi dado pelos açorianos...

Deputado José San-Bento (PS): Foi claríssimo!

O Orador: ... nesta matéria de forma específica?

Por isso eu considero que era muito importante que os Deputados para a Assembleia da República tivessem um mandato claro e preciso sobre esta matéria.

Segunda questão:

Dizia o Sr. Deputado Francisco Coelho, e termino: “não sabemos, em relação a esta questão do Presidente da Região, quais são as propostas.”

Mas eu sei quais são as propostas!

Foram proferidas pela intervenção do Presidente do Governo Vasco Cordeiro o ano passado, no Dia Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dia da Autonomia!

O Orador: Foi bastante claro e eu vou ler aqui:

“A segunda proposta centra-se na nossa organização administrativa tomando a realidade ilha como critério dessa organização, sobretudo nas ilhas com mais do que um município.

(...)

Assim, considero que é útil que se debata a possibilidade desses passarem a ser órgãos com competências executivas resultantes, por um lado, de um processo de transferência de competências de municípios da ilha e, por outro lado, de delegação de competências regionais.”

Sabemos bem qual é a proposta do Sr. Presidente do Governo e a mesma coisa em relação à extinção do cargo do Representante da República. Nesta questão nós sabemos bem.

Para terminar esta primeira intervenção, uma pergunta.

Eu faço-vos a pergunta porque é relevante para este debate. Espero que não seja impedido de a fazer, espero ter a oportunidade de fazer esta pergunta.

No vosso congresso: “Contributo para aprofundar a Autonomia”. Foi assinado, entre outros, pelo Sr. Deputado Francisco Coelho, pelo Sr. Deputado Francisco César e pelo Sr. Deputado José San-Bento.

Tem aqui uma proposta concreta em relação à extinção do Representante da República.

A minha pergunta é esta:

(Diálogo entre o Deputado Artur Lima e a Deputada Catarina Moniz Furtado)

O Orador: Posso?

A democracia é trocarmos argumentos livremente entre nós.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Posso? Posso?

A questão que vos quero fazer é a seguinte, de uma forma muito livre.

(Diálogo entre alguns Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Paulo Estêvão está no uso da palavra.

O Orador: Existe uma proposta que foi lida no Congresso, mas não foi votada. O Sr. Presidente do Congresso, o Sr. Presidente Carlos César, o que disse foi que seria votado nos órgãos competentes.

A minha pergunta é tão simples quanto isto:

Foi votada esta proposta? Foi adotada pelos órgãos competentes? Está em vigor? A pergunta é esta.

Deputado Francisco Coelho (PS): O que é que o senhor tem a ver com isso?

O Orador: Ah! O que é que tenho a ver com isso? Diz o Sr. Deputado Francisco Coelho.

É para saber a sua posição, Sr. Deputado Francisco Coelho, ou o que o senhor vota no seu partido é secreto?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: O que o Sr. Deputado vota no seu partido é secreto?

Deputado Francisco Coelho (PS): Isto não é o Congresso do PS! Está enganado!

Presidente: Eu apelo à vossa moderação...

O Orador: Acha que é um desrespeito eu perguntar qual é a sua posição em relação a esta matéria? Acha que é um desrespeito eu perguntar?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: A pergunta fica feita.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor está obcecado com o nosso Congresso!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, os nossos trabalhos vão longos, é certo, mas eu apelo a todos, à vossa capacidade de se moderarem nas vossas

intervenções, quer nos apartes, para que possamos continuar os trabalhos dentro da normalidade que nos é exigida.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É verdadeiramente espantoso, e inacreditável até, a intervenção que o Sr. Deputado Francisco Coelho aqui proferiu, mas isso remonta aos tempos em que o Sr. Deputado fazia a militância na extrema-esquerda, portanto tinha esse conceito de democracia. A democracia é só para ele, para os outros aplica-se as regras dele.

Portanto, da extrema-esquerda, ou seja, a ditadura. Neste momento é o que se aplica.

O Sr. Deputado acha que uma proposta feita no primeiro órgão da Autonomia é inconveniente, mas o Sr. Deputado não acha que as posições tomadas pelo Sr. Presidente do Governo no Dia da Autonomia não são inconvenientes, ainda para mais no Dia da Região.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Esteve calado até agora.

Portanto, no Dia da Região o Sr. Presidente do Governo pode dizer o que quer.

Deputado André Bradford (PS): Lança o debate!

O Orador: Um Deputado no Parlamento, no primeiro órgão da Autonomia, não pode fazer propostas, porque elas são inconvenientes, em democracia, para o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado André Bradford (PS): Tudo isso é democracia!

O Orador: Já agora, Sr. Deputado, devo dizer-lhe mais uma coisa:

Nós propusemos antes das eleições para a Assembleia da República e com urgência. Os senhores chumbaram.

Agora vem com outro argumento, que não querem.

O que os senhores não querem é discutir o assunto. Os senhores são a favor da criação da figura de Presidente dos Açores? Sim ou não?

Os senhores são a favor dos Governos de Ilha? Sim ou não?

A substância é esta. Ponto final, parágrafo.

Depois vem com o *fait divers* que querem dialogar com os outros para uma ampla reforma.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é um *fait divers*!

O Orador: Já percebemos qual é a vossa ampla reforma, até pelas posições que o senhor e os seus camaradas já assumiram no Congresso.

Os senhores têm direito a opinião. Os outros não têm. É a sua democracia, Sr. Deputado Francisco Coelho, o que a mim não me surpreende.

Deputado Francisco César (PS): Qual é a necessidade disso?

O Orador: Devo dizer-lhe ainda mais, Sr. Deputado Francisco Coelho. Devo dizer-lhe mais uma coisa:

Saiu recentemente da União Europeia o seguinte:

Ranking: “Porque o PIB não chega para melhorar a vida das pessoas, a Comissão Europeia acaba de lançar uma nova forma de comparar o progresso social nas 272 regiões europeias”. A Comissão Europeia!

“Nesta nova abordagem ao desenvolvimento regional, a região metropolitana de Lisboa surge em 173.º a par da Andaluzia e das Ilhas Baleares.”

Deputado André Bradford (PS): Isso tem a ver com?

O Orador: “O Algarve é a segunda região mais bem posicionada, em 185.º. O Centro está em 190.º, o Norte em 198.º, a Madeira em 204.º, (204.º, a Madeira!), o Alentejo em 212.º e os Açores, a região portuguesa com menor progresso social, ocupam a 239.ª posição entre as 272 regiões europeias.”

E os senhores querem criar novos cargos e novos Governos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Pagar! Pagar!

O Orador: Devo dizer-lhe, Sr. Deputado Francisco Coelho, que precisamos de bom Governo, de bons governantes que tenham tomado decisões para o desenvolvimento dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: O senhor também não foi um bom exemplo disso quando exerceu cargos governativos, Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado Francisco César (PS): Qual é a necessidade disso?

O Orador: Meus amigos, tenho necessidade de dizer o que tenho para dizer. E em democracia posso dizer o que entender...

Deputado André Bradford (PS): E sofrer as consequências!

O Orador: Sofrer as consequências, Sr. Deputado Bradford?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É à João Soares, é?

O Orador: Consequências?!

Vai dar-me duas bofetadas? Vai?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É à João Soares!

Deputado André Bradford (PS): Não! Vou dizer que não concordo consigo!

O Orador: Ah, não sei se agora o senhor vai dar-me duas bofetadas também. Agora eu sofro as consequências? Já não posso falar livremente nos Açores? O senhor vai fazer o quê?

Deputado André Bradford (PS): Vou dizer que não concordo consigo as vezes que entender!

O Orador: Ou é galhetas, como se diz nos Açores?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É que isto à João Soares pode trazer consequências!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sras. e Srs. Deputados...

Deputado André Bradford (PS): As vezes que eu entender, vou dizer que não concordo consigo!

O Orador: Não foi isso que o senhor disse. O senhor disse que eu ia sofrer as consequências. As consequências, “Sr. Deputado João Soares”!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Chamo-vos a atenção pela segunda vez.

O Orador: Eu estou a falar do bom Governo...

(Apartes inaudíveis dos Deputados André Bradford e Paulo Estêvão)

O Orador: Sra. Presidente, faça favor.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Pela segunda vez chamo-vos à atenção. Apelo à vossa moderação na linguagem, a todos, para que efetivamente os trabalhos possam prosseguir.

O Orador: Muito bem, Sra. Presidente.

Presidente: Caso contrário serão interrompidos as vezes que forem necessárias.

O Orador: Muito bem, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, pode continuar a sua intervenção.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

As referências que fiz, e que continuarei a fazer, farei ao Sr. Deputado Francisco Coelho na sua atividade política, como governante desta Região.

O PS está no Governo há 20 anos. Ou não se lembram que o Sr. Deputado foi Secretário Regional da Saúde?

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Sra. Presidente...

Presidente: ... permita-me apenas que lhe faça esta advertência...

O Orador: Sra. Presidente...

Presidente: ...porque naturalmente para podermos ter alguma normalidade no nosso plenário, as interpelações a outros colegas de bancada devem ser feitas circunstanciadas às temáticas que estamos aqui a debater, Sr. Deputado.

O Orador: E é nessa matéria.

Presidente: Não posso deixar de lhe fazer essa advertência.

O Orador: Sim senhora. E eu aceito.

E é nessa matéria que eu estou a fazer, exatamente introduzindo que falei ali que os Açores não precisam de uma autonomia de cargos, mas de uma autonomia de resultados.

E se não temos uma autonomia (eu não estou a responder a si) de resultados foi culpa do mau Governo dos Açores e eu não estive no Governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Nessa perspetiva, Sra. Presidente, tenho ampla liberdade de responsabilizar todos os governantes que estiveram nesta região desde 1976, sejam eles quais foram, sejam deputados ou não sejam, tenham estado ou não estejam, porque o que o CDS e o PPM querem é uma autonomia de resultados. A autonomia de resultados faz-se desenvolvendo os Açores.

Não se fez. A culpa foi de quem?

Não foi de Nossa Senhora, porque não teve nada a ver para o assunto.

Foi de quem nos governou. Não tivemos um bom Governo!

Se tivéssemos um bom Governo não estávamos neste *ranking*, no fim da tabela da União Europeia.

Muito obrigado.

Vozes das Deputadas da bancada do CDS-PP e do Deputado do PPM:

Muito bem! Muito bem!

Presidente: Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A posição do PCP sobre estas questões é conhecida e foi recentemente reiterada, mas relativamente a esta iniciativa da Representação Parlamentar do PPM e do Grupo Parlamentar do CDS é importante que se diga que a finalidade da oportunidade desta iniciativa, como decorreu da intervenção, quer do

Deputado Paulo Estêvão, quer posteriormente do Deputado Artur Lima, esgotou-se e foi perdida em determinada altura deste processo. Passo a explicar, aliás, explicações que foram dadas pelos proponentes:

A finalidade era vincular as candidaturas partidárias pelo círculo eleitoral dos Açores à Assembleia da República a uma determinada posição e que abordava aqui duas questões bem concretas da chamada reforma da autonomia e que tinham sido propostas ou por um partido, ou por outro partido, dos partidos que tradicionalmente têm maior expressão eleitoral.

A verdade é que a finalidade da iniciativa esgotou-se (morreu!) no dia em que esta câmara reprovou o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Formalmente!

O Orador: V. Exas. acabaram de dizer que a finalidade era vincular as candidaturas...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é a finalidade!

O Orador: V. Exas. acabaram de reafirmar.

Aquilo que se pretendia era vincular, era que o povo açoriano ficasse esclarecido relativamente...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): À urgência!

O Orador: ... àquilo que os eleitos pelo círculo eleitoral dos Açores iriam defender numa hipotética Revisão Constitucional e numa hipotética Revisão do Estatuto. Essa era a finalidade da apresentação da proposta do PPM e do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Aliás, dito por V. Exas, reiterado, reafirmado aqui por V. Exas..

Essa oportunidade morreu, essa finalidade esgotou-se no dia em que aqui foi reprovada o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Ora se essa finalidade se esgotou, hoje aquilo que estamos aqui a fazer é a analisar ou a avaliar uma proposta que já neste momento não faz sentido.

Ela só faz sentido integrada numa discussão mais vasta da reforma da autonomia, mas quero ainda acrescentar aqui uma questão, é que não tem que ser feita de forma apressada, até porque foi recentemente afirmado, quer pelo Secretário-geral do Partido Socialista, quer pelo Presidente do Partido Socialista na República, quer pelos dirigentes do PCP e do Bloco de Esquerda, que apesar da Assembleia da República poder assumir poderes constituintes, a verdade é que não se prevê que isso venha a acontecer.

Portanto, não se prevendo que isso venha a acontecer não tem nenhuma pressa...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O PSD mostrou a sua disponibilidade!

O Orador: Não, não, não! Não, não, não!

A posição do PCP...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor é que nunca quer mexer na Constituição!

O Orador: Também é verdade.

E vou explicar-lhe:

Se não fosse a Constituição da República Portuguesa tal como ela está, não tinha havido a reposição dos subsídios de Natal...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então por que é que não aceitaram a reposição dos salários?

O Orador: ... e do subsídio de férias aos trabalhadores da Administração Pública.

Se não fosse a Constituição da República Portuguesa não tinha havido, por exemplo a solução governativa que existe atualmente na República.

Presidente: Srs. Deputados, vamos centrar-nos no debate.

O Orador: Sra. Presidente, estou centradíssimo (centradíssimo!) no debate. É que nem preciso de latitude nenhuma. Estou na minha latitude.

Portanto, a questão é a seguinte:

A questão da reforma da autonomia...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Esqueceu-se do preâmbulo!

O Orador: ... depende da abertura de um processo da Revisão Constitucional e esse processo de Revisão Constitucional, de momento, não está desenhado...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Diz o PCP!

O Orador: ... para um horizonte próximo.

Não diz só o PCP. Diz o Bloco de Esquerda e diz o PS.

Sr. Deputado posso depois facultar-lhe este recorte de jornal para V. Exa. se manter informado sobre o que se passa na República.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): No seu Governo!

O Orador: Portanto, a questão é a seguinte:

V. Exas., ao invés de fazerem a substituição integral, deviam ter retirado esta iniciativa porque ela esgotou-se depois das eleições para a Assembleia da República.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Depois da Revisão Constitucional. Isso é cassete!

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Apenas informava a Câmara que a Sra. Deputada Zuraida, por uma questão de saúde, não grave, mas que a impede estar aqui no debate, pediu-me para vos dar conta dessa situação, que não poderá participar no debate por uma questão momentânea de saúde.

Passo agora a palavra ao Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para participar neste debate porque parece-me que há alguns aspetos que necessitam de alguma precisão.

Fui já citado aqui nesta câmara, nomeadamente na intervenção que fiz no dia da Região realizado o ano passado na Ilha das Flores. E por considerar que fui mal citado...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mal citado?

O Orador: ... tomo a liberdade de relembrar à câmara, pedindo desculpa por estar a citar uma intervenção minha.

É dito que após 40 anos de vivência autonómica, na minha opinião entendo que se deve aprofundar a sua natureza política, a sua capacidade de dar resposta e depois com relevância, julgo eu, para algumas das afirmações que aqui foram proferidas, referi o seguinte, e cito:

“E, se é certo que esse é um caminho que não deve ser feito à pressa, o mesmo deve ser o mais amplamente debatido e analisado para que cada interveniente, incluindo os partidos políticos, possa apresentar e submeter as suas propostas aos Açorianos, por exemplo, no âmbito das próximas eleições legislativas regionais de 2016.”

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): Já está!

O Orador: “E nesse processo de melhoria e de aprofundamento do sentido democrático da nossa Autonomia, como Presidente do Governo, considero ser meu dever também participar e contribuir para o debate e para a reflexão desta temática.

É esse o sentido e o objetivo de três propostas que aqui coloco a debate, versando uma sobre a composição da nossa Assembleia, outra sobre a nossa forma de organização administrativa e a última sobre o enquadramento e figurino constitucional da nossa Autonomia”, fim de citação.

O que é que eu pretendi com isto?

Em primeiro lugar, explicitar e reafirmar que entendo que este processo não deve ser feito à pressa, nem no sentido de afirmar posições, nem no sentido de

negar posições, porque aquilo que aqui se pretende fazer é: “muito bem, nós discutimos, mas há assuntos tabu”. Portanto, esses nós não podemos discutir.

Para quem tanto proclama a liberdade e a democracia parece-me uma falha de lógica básica.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não! É a opção!

O Orador: Em segundo lugar, dizer que o Sr. Deputado Paulo Estêvão errou quando diz que não houve compromisso nenhum de Deputados à Assembleia da República, ou de candidatos a Deputados à Assembleia da República, a propósito desta matéria.

Estaria porventura desatento. Houve!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quais foram?

O Orador: Houve um compromisso, nomeadamente do cabeça de lista do Partido Socialista, o antigo Presidente Carlos César, que disse que o compromisso dele era defender na Assembleia da República aquela que fosse a posição que resultasse dos órgãos de Governo próprio da Região.

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

Melhor compromisso do que esse não pode existir e isso vindo da boca de Carlos César não é surpreendente, mas não deixa de ser menos significativo do ponto de vista político.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em terceiro lugar dizer que em relação à questão das posições e do processo de decisão interno do Partido Socialista, eu considero um elogio a curiosidade do Sr. Deputado Paulo Estêvão, mas essa curiosidade terá que aguardar mais algum tempo.

Portanto, há um debate que está a decorrer,...

Deputado Francisco César (PS): Ainda não está!

O Orador: ... há um conjunto de reflexões que já foram feitas por diversos partidos, nomeadamente o Partido Social Democrata, o Partido Socialista, acredito que outros partidos.

Considero muito importante...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O debate não termina por aqui. Temos muito mais para dizer!

O Orador: ... esse trabalho que tem sido feito. Acho que é importante no sentido de nas eleições regionais de 2016, se isso for possível, haver uma posição unânime, para um mandato claro do povo açoriano.

Portanto, em relação a esta matéria julgo que estamos no bom caminho com a riqueza e a diversidade de posições neste debate.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Eu não resisto, para finalizar esta minha intervenção, a cometer a ousadia de relembrar duas coisas, e as Sras. e os Srs. Deputados vão desculpar-me que o faça:

A democracia não é dizer o que se quer e o que se pensa. Isso é liberdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em democracia!

O Orador: Não, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É, é!

O Orador: A democracia tem outra beleza. Sabe qual é?

É o povo julgar-nos por aquilo que nós dizemos e como nós dizemos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Isso é a democracia.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: É verdade, sim senhor, Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas tem outras belezas!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que me resta dizer quanto à forma que por vezes este debate já assumiu aqui, é que não vou por aí.

Sei por onde vou! Sei para onde vou!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Olhe essa citação!

O Orador: Sei que não vou por aí!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria em concreto do diploma que estamos a apreciar, o Sr. Deputado, e Presidente do Grupo Parlamentar, António Marinho já expressou o posicionamento do PSD-Açores e do Grupo Parlamentar do PSD, mas gostaria aqui de dar duas ou três notas de esclarecimento em relação à evolução que o debate foi tendo.

Desde logo, lembrar que foi no início de 2013 que iniciámos um processo de reflexão sobre esta matéria, no tempo que julgávamos que era o mais adequado, auscultando pessoas de todos os partidos políticos que fizeram-nos o gosto e deram-nos a honra de as ter connosco: antigos Presidentes do Partido Socialista, do Partido Comunista, responsáveis políticos do PP, do Bloco de Esquerda, portanto, de várias áreas da sociedade civil e também de várias gerações que ao longo de muitos meses foram refletindo connosco e ajudando-nos a amadurecer

aquilo que são os nossos alinhamentos em relação à reforma do sistema político, sendo que à partida, estávamos convictos de que a arquitetura da nossa Autonomia, para os próximos 40 anos, certamente vai ser diversa dos primeiros 40 anos.

Portanto, fizemo-lo com toda esta abertura ao longo de muito tempo, em trabalhos que, aliás, já são públicos e foram também dignos de edição.

Gostaria de, em segundo lugar, dar nota uma nota de esclarecimento que também foi dada pelo Sr. Presidente do Governo Regional.

Os Deputados do PSD-Açores no Parlamento nacional, e a lista que foi candidata às eleições nacionais, deixaram claro que na República, no âmbito da abertura de um processo de Revisão Constitucional, iriam defender aquilo que fosse consensualizado na Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, neste aspeto fica também claro o nosso posicionamento. Não é de agora. É só relembrar, como o Sr. Presidente do Governo fez em relação aos Deputados do Partido Socialista no Parlamento nacional, aquilo que é o compromisso dos Deputados do PSD no Parlamento nacional: defender, no âmbito da abertura da Revisão Constitucional, aquilo que for o consenso encontrado na Região Autónoma dos Açores.

Em terceiro lugar gostaria de referir que há matérias, naturalmente, de Revisão Constitucional, de Revisão Estatutária, mas também de leis reforçadas.

Essas matérias exigem o nosso esforço e o esforço constante de consenso na Região Autónoma dos Açores entre todos os partidos políticos, mas também na sociedade civil para se encontrem as melhores soluções para efeitos de uma revisão consensual, o máximo unânime possível, daquilo que é a arquitetura do nosso sistema.

É nesse contexto também, e gostaria de aqui o referir, que se situa uma matéria que tem sido muito falada. Tem a ver com a extinção do Representante da República.

Não é algo de novo. Não é este Presidente do PSD-Açores o primeiro a defendê-lo. É matéria que já vem do histórico do património do PSD-Açores.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Não foi um, nem dois, nem três Presidentes do PSD-Açores que o defenderam. Já há muito que é defendo neste Parlamento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está no ADN!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Está no ADN do PSD!

O Orador: Inclusivamente, neste Parlamento, em 2010, quando foi refletida a Revisão do Estatuto isso foi colocado em cima da Mesa, aliás por Deputados do PSD que aqui na altura estiveram nesses trabalhos.

Meramente aquilo que eu referi foi que nesta matéria da extinção do Representante da República, não podemos ser coerentes apenas. E o PSD é coerente. Continuamos a defender a sua extinção.

Mas para além da coerência temos que ser consequentes. E ser consequente o que é que quer dizer?

Se somos coerentes a extinguir o Representante da República, temos que ser consequentes a depositar em alguém as competências que hoje lhe estão atribuídas.

Deputado José San-Bento (PS): Essa é que é a questão!

O Orador: É nessa reflexão que apontamos um caminho, mas já dissemos também que não estamos fechados. Agora, tem que haver um caminho de consequência para sermos coerentes. Aí, não podemos iludir esta situação.

Qual é o caminho?

Nós apontámos um, mas com toda a abertura dissemos já que estamos disponíveis para discutir todas estas matérias, desde que se concretize este

caminho de coerência arranjando uma consequência para o depósito das competências do atual Representante da República.

Mas também dissemos publicamente e aqui renovo: há matérias que não têm a ver com esta consensualização. Tem a ver com governação. E como Presidente do PSD-Açores e candidato a Presidente do Governo também já o disse: há matérias que assumimos. A diminuição do número cargos de nomeação política para mim é algo elementar.

Portanto, não podemos dizer que o PSD-Açores quer aumentar o número de cargos políticos, porque não é verdade. Quando muito substituir o Representante da República por outra figura.

De resto, já o disse, repeti várias vezes e torno aqui a afirmá-lo: penso que é possível diminuir mais de 100 cargos políticos e de nomeação política nos Açores.

Para isso nem precisa haver consensos. Basta medidas de governação. Nisso eu assumo a diminuição de mais de 100 cargos de nomeação política nos Açores, se for Presidente do Governo a partir de outubro próximo.

Deputados João Bruto da Costa e António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Outra matéria que podemos resolver não tem a ver com leis de valor reforçado, não tem a ver com a Revisão Estatutária ou Constitucional.

Tem a ver com dar mais peso à sociedade civil, um Conselho de Concertação Estratégica ou um Conselho Económico e Social, como prevê o nosso Regimento, que seja liberte da tutela do Governo Regional. Eu também o assumi e reassumo aqui. Acho que é importante para a riqueza da nossa democracia e a proximidade com os nossos cidadãos e com a sociedade civil organizada.

Mas numa coisa eu concordo consigo, Sr. Deputado Artur Lima e quero aqui sublinhá-lo:

De facto, a Autonomia fez-se para que os açorianos vivam melhor. Isso deve ser sempre aquilo que nós devemos ter na primazia e na prioridade das nossas reflexões.

Eu também concordo consigo: aquilo que foi o grande objetivo de todos e que deveria continuar a ser, e certamente será o objetivo de todos, é que a Autonomia seja um sistema que permita aos açorianos viver melhor.

Infelizmente, em muitas matérias, isto não acontece, mas a culpa não é da Autonomia, que é sempre o melhor sistema, na minha opinião e na nossa opinião.

A culpa é dos Governos que, como órgãos de Governo próprio, não desenvolvem as políticas mais adequadas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... para que os açorianos vivam melhor e se aproximem àquilo que se passa no país e na Europa e pelo contrário, em muitas circunstâncias, se afastam daquilo que é o melhor que temos no país e a nível europeu.

Portanto, também defendo que a Autonomia seja uma Autonomia de resultados.

Chamo a atenção para os açorianos:

Os problemas que temos não se devem ao sistema político. Devem-se à governação dos Açores, porque a Autonomia é e será sempre o melhor sistema para nos governarmos aqui nos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Presidente do Governo, deixe-me que discorde em dois ou três pontos em relação à sua intervenção.

O Sr. Presidente do Governo definiu que o debate deveria ocorrer no âmbito das próximas eleições regionais de 2016.

Pois o PPM e o CDS consideraram que não, que esse debate deveria ocorrer noutras circunstâncias e noutra conjuntura.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Claro!

O Orador: Isso, Sr. Presidente, é algo que pertence à liberdade de expressão, à liberdade de considerarmos que aquele debate neste momento é oportuno.

Portanto, em relação à calendarização do debate, creio que o Sr. Presidente não deverá pretender que as forças políticas se submetam ao seu calendário político e ao seu calendário – ponto n.º 1.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): De maneira nenhuma!

O Orador: Eu espero que não sejam acintosas as intervenções dos outros.

Segunda questão:

O Sr. Presidente do Governo disse-me que eu o tinha citado mal, que tinha sido mal citado.

Eu quero lembrar-lhe outra vez o que eu disse. O que eu disse foi exatamente o que o senhor disse no Dia da Região. Portanto, eu não o citei mal. O Sr. Presidente é que citou outras coisas do seu texto.

O que o Sr. Presidente disse foi isto:

“A segunda proposta centra-se na nossa organização administrativa tomando a realidade ilha como critério dessa organização, sobretudo nas ilhas com mais do que um município.

(...)

Assim, considero que é útil que se debata a possibilidade desses passarem a ser órgãos com competências executivas resultantes, por um lado, de um processo de transferência [veja-se bem, porque esta é a parte fundamental] de competências de municípios da ilha [portanto, transferiam competências para estes Governos de Ilha] e, por outro lado, de delegação de competências regionais.” Foi o que o senhor disse.

Eu percebo, e aqui demonstra-se que a nossa proposta e a nossa iniciativa já teve um resultado concreto, que o Sr. Presidente do Governo Regional nesta matéria já recuou claramente.

Em relação aos Governos de Ilha o Sr. Presidente do Governo Regional não fala mais nisso, está completamente derrotado do ponto de vista político. O senhor já não falou na Moção de Estratégia Global.

Sr. Presidente do Governo Regional, sobre esta matéria e sobre esta proposta, o senhor já a abandonou.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Quer saber uma coisa?

O Orador: O senhor politicamente nesta matéria está derrotado e por isso, se o senhor está derrotado,...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Quer saber uma coisa?

O Orador: Eu já termino.

... nós ganhámos.

Nós, em relação a impedir o enorme crescimento da administração regional, criando Governos de Ilha, tal como tem as Canárias, ou as Baleares que têm Governos de Ilha, foi aí que o Sr. Presidente foi beber a ideia, foi aos Governos de Ilha, das Canárias e das Baleares, que por exemplo a Grã Canária tem um orçamento de 550 milhões de euros, o senhor nessa matéria, que queria multiplicar e muito a administração regional cuja dimensão é já um problema, nessa matéria o Sr. Presidente do Governo Regional foi derrotado politicamente

e por isso a nossa iniciativa já teve um resultado concreto, foi a sua derrota nessa matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, em relação a esta questão estamos conversados.

Muito simplesmente quando eu peço, quando eu vos pergunto, porque o documento é público... Eu não tenho nenhum agente secreto dentro do Partido Socialista, os senhores publicaram no *site* esta Moção Sectorial, e eu obviamente li. Eu leio os vossos documentos. Os vossos e o dos outros partidos políticos.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro) e Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): E faz muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Pode ser que aprenda alguma coisa!

O Orador: É livre! É possível, não é?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): É possível e desejável!

O Orador: Eu já vou terminar.

Então o que vos perguntei foi o seguinte:

Sabendo que não tinha sido aprovada no Congresso pergunto-vos:

Já foi aprovada noutra órgão do Partido Socialista?

Esta pergunta não é uma pergunta legítima? É ofensiva?

Uma pergunta deste tipo, perguntando-vos se esta é a vossa posição?

Deputado Francisco César (PS): Mas já tem a resposta para isso, não tem?

Mas não percebeu!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista e o Presidente do Governo, e do PS-Açores também, já teve oportunidade de ser absolutamente claro acerca daquilo que está aqui em discussão.

Nós estamos a discutir uma iniciativa, uma iniciativa resolutive que tem uma frase que se resume a dizer que esta Assembleia devia pronunciar-se frontalmente contra a criação do cargo de Presidente dos Açores e a criação de Governos de Ilha. É isto que estamos aqui a discutir.

Havemos de convir, e talvez seja bom resistirmos todos às tentações de falarmos o que é que cada um pensa, porque naturalmente cada um de nós está a trabalhar nestas matérias, tem propostas e tem ideias (naturalmente que pensa que estas propostas e que as ideias, conforme gosta de dizer o Presidente do PS numa frase que eu não me canso de repetir) “para que a Autonomia seja pão e para que a Autonomia dê pão”. Com certeza que sim.

Mas não é isso, permitam-me lembrar, que nós estamos aqui a discutir.

Portanto, eu sinceramente estou convencido que uma eventual proclamação nossa, frontalmente contra o cargo de Presidente dos Açores e a criação de Governos de Ilha, não ia em nada melhorar o *ranking* social dos Açores.

É para isso que fomos convocados para votar aqui.

As propostas do PS, eu podia falar-vos delas, mas acho que com mais curiosidade e com mais paixão o Sr. Deputado Paulo Estêvão já o fez.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não!... Vou fazer!

O Orador: Portanto, considero-me dispensado.

Também penso que em nada contribuirá para o mérito desta discussão o meu passado guerrilheiro e a minha péssima governança. São opiniões.

Cada um de nós privilegia as opiniões que valoriza.

Eu naturalmente que sobre estas matérias e outras valorizarei outras opiniões, como a dos meus camaradas, a dos açorianos, mas admito a legitimidade delas serem pronunciadas.

As opiniões, sendo democráticas, são um estilo e não há dúvida que o estilo é o homem e não há dúvida que eu também tenho direito a achar que determinados estilos são primários, persecutórios e antidemocráticos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Resta-nos a nós todos, Sras. e Srs. Deputados, fazer as nossas opções.

É claro que nestas matérias difíceis e grandiosas podemos sempre optar entre um certo isolacionismo demagógico e um certo altruísmo em nome dos Açores e do consenso.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Eu constato, felizmente, que a maioria clara dos Deputados deste Parlamento é seguramente pela segunda opção.

Acho que ainda estamos todos em tempo de contribuir para este debate e para este consenso, fazendo uma coisa (permitam-me) muito cristã, que é resistir às tentações.

Eu ainda confio nisso.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Desafiado pelo Sr. Deputado Francisco Coelho, aqui vou ler a proposta que ele próprio assinou no âmbito da Moção Sectorial. Diz o seguinte:

“A representação do Estado na Região deve ser assegurada pelo Presidente do Governo.”. Ou seja, extingue-se o Representante da República e as competências passam para quem?

Repito: “A representação do Estado na Região deve ser assegurada pelo Presidente do Governo.”

Depois, no quinto ponto, diz o seguinte:

“À semelhança do que acontece noutras realidades autonómicas, a promulgação dos diplomas regionais deve ser competência do Presidente do Governo.”

Sr. Deputado Francisco Coelho, em democracia as ideias políticas devem ser debatidas, a menos que se seja impedido disso, mas até ao momento neste debate, isso ainda não aconteceu.

Quero dizer-lhe uma coisa: permita-me discordar de V. Exa..

Eu acho que estas ideias de V. Exa., e também do Deputado Francisco César e do Deputado José San-Bento, que são três dos subscritores desta proposta, são perigosas para a Região.

Na prática, a Região já funciona quase como uma ditadura do Presidente do Governo que se sobrepõe ao Parlamento, que se sobrepõe a toda a orgânica institucional do Governo.

O que os senhores pretendem é retirar as competências ao Representante da República e atribuir essas competências ao Presidente do Governo.

Portanto, nesse sentido, as vossas ideias são perigosas, muito perigosas.

Aliás, o Sr. Presidente do Governo Regional terminou com uma frase que em 80% do seu conteúdo é muito semelhante a uma frase que foi proferida pelo ex-Presidente do Conselho, Salazar.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não!

O Orador: Sim, sim, sim. Muito próxima.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): É o cântico de José Régio!

O Orador: Portanto, a reforma autonómica que V. Exas. conceberam, e que ainda não sei se vai ser votada maioritariamente no Partido Socialista, é perigosíssima, porque reforça as competências políticas e institucionais de alguém que no nosso sistema político já exerce um poder tremendo no nosso sistema político e excessivo, claramente excessivo.

Por isso, Sr. Deputado, discordo, discordo e combato politicamente e “o combate politicamente” também se faz neste Parlamento.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Registei com atenção e com respeito a sua intervenção, aliás, moderada ao contrário do que vinha sucedendo da parte do seu grupo.

Devo dizer-lhe, Sr. Presidente, o seguinte:

Não deixando de concordar com a beleza da democracia, que cada um diz o que quer e como quer, e depois é julgado a seguir pelo povo, é verdade. O povo tem sempre a última palavra em democracia, Sr. Presidente. Concordo consigo plenamente.

Mas a democracia, Sr. Presidente, também às vezes tem tristeza que nós próprios somos às vezes os autores dessas tristezas. E quando se condiciona uma sociedade que depois não é livre de se expressar é uma tristeza em democracia, Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Concordo!

O Orador: Quando há condicionalismos que criam dependência não há uma sociedade livre para escolher, Sr. Presidente. É também o que tenho para lhe dizer sobre essa matéria,

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Concordo!

O Orador: De resto, quanto à autonomia de resultados do bom Governo, Sr. Presidente, nós temos a nossa opinião. O PSD tem a sua e já foi explicada. Nós respeitamos.

O Sr. Presidente teve a sua opinião no Dia da Autonomia.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): E tenho!

O Orador: É sua. Nós respeitamos. Não desistiu dela, presumo eu.

Nós somos contra.

Discordamos do PSD, somos contra.

O PSD defende há anos essa figura de Presidente dos Açores. Nós somos contra.

Haverá matérias que nos vamos entender? Queremos entender-nos no desenvolvimento dos Açores, no bom governo, na boa governança, no governo ao serviço do cidadão e não ao serviço de interesses partidários.

Queremos entender-nos sobre essa matéria e temos muito para discutir sobre essa matéria, porque deve preocupá-lo, talvez mais a si do que a mim, ou o mesmo. Quando eu vejo neste relatório da União Europeia esta nova forma de avaliação, onde em três itens que são fundamentais em que eles avaliam:

- “Necessidades humanas básicas”, estamos quase em último, Sr. Presidente;
- “Princípios do bem-estar”, estamos quase em último, Sr. Presidente;
- “Oportunidades”, estamos quase em último.

E nas oportunidades tem, e vou citar:

- “liberdade e escolhas individuais”;
- “os direitos individuais dos indivíduos”;

- “a tolerância e a inclusão” e,
- “o acesso à educação superior”, Sr. Presidente.

Está aqui. Podia ler-lhe o resto, mas V. Exa. conhece isso tão bem como eu.

Portanto, Sr. Presidente, queremos dar contributos para um bom governo, para a boa governança, para o governo ao serviço dos cidadãos e para deputados e um Parlamento ao serviço da Autonomia e do bem-estar dos açorianos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Para isso conte connosco. Agora não abdicamos democraticamente de discordar quer do Partido Socialista, quer do Partido Social Democrata, de quem quer que seja.

Estamos disponíveis para entendimentos.

Agora para criar novos cargos políticos não contem connosco.

Para criar novos governos não contem connosco.

Para aumentar a despesa pública nós somos contra, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, eu venho novamente a este debate para lhe dizer algo (dizer-lhe a si, dizer à câmara, dizer a quem nos...):...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está ouvindo!

O Orador: Preocupa-me!... Preocupa-me o desemprego, preocupa-me a pobreza,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu acredito!

O Orador: ... preocupa-me a exclusão social, preocupa-me as dificuldades que porventura ainda existam em termos de listas de espera, preocupa-me aquilo que tem a ver com o insucesso escolar.

Mas sabe também o que é que me preocupa muito?

Ter ouvido nesta câmara, nesta Casa, aqui, que a Autonomia falhou.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é falhou!

O Orador: Sabe?!

Eu não sei se quem proferiu essa afirmação teve consciência daquilo que estava a fazer. Não sei.

Mas para mim isso também é muito preocupante, porque se nós aqui dentro achamos que a Autonomia falhou, por cada um aqui dentro que achar que a Autonomia falhou, há muitos mais...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São os resultados!

O Orador: Ó Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ó, Sr. Presidente!

O Orador: Ó Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não venha dizer uma coisa e o seu contrário!

O Orador: Não, Sr. Deputado!

Olhe, eu nem sequer lhe vou falar com licença como Presidente deste Governo. Eu não lhe vou falar como membro de anteriores Governos. Eu vou falhar-lhe como açoriano.

Não como açoriano que viveu aquilo que lhe vou referir, mas como açoriano que tentou instruir-se e conhecer aquilo que lhe vou referir: o que esta Região era à data e instauração da Autonomia...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e aquilo que esta Região é hoje.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado, isso não tem a ver...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é para si!

O Orador: ... com socialistas, com social-democratas. Isso tem a ver com aquilo que nós conseguimos fazer com órgãos de Governo próprio: esta Assembleia,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... os Governos Regionais desde 1976 até hoje.

Temos dificuldades? Temos sim senhor!

Temos coisas que ainda não estão resolvidas da maneira como nós gostaríamos?

Temos sim senhor!... Temos sim senhor!...

Mas há uma coisa que eu não tenho a mínima dúvida, é que sem a Autonomia estaríamos muito pior.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Muito pior!...

Portanto, o que me resta dizer aqui em relação...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E isso consola-o?

O Orador: Não! O que me consola é o que lhe vou dizer a seguir.

O que me resta dizer aqui nesta Assembleia é que eu acredito piamente nas virtudes da Autonomia.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Nas virtudes da Autonomia passada, mas também nas virtudes da Autonomia futura; daquilo que nós conseguimos fazer desde 1976 até hoje, e daquilo que nós conseguiremos fazer no futuro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É preciso fazer mais!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vou dar-lhe um exemplo a seguir!

O Orador: Porque eu acredito que da mesma forma que nós conseguimos vencer e conseguimos fazer um percurso absolutamente espantoso em termos de infraestruturas, em termos de saúde,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Avanço em termos de saúde?

O Orador: ... em termos de educação, em termos de serviços públicos, da mesma forma que nós conseguimos fazer este percurso absolutamente espantoso...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Está espantado com esse êxito?

O Orador: Sra. Deputada, pelo amor de Deus!

Da mesma forma que nós conseguimos fazer este percurso espantoso, eu tenho confiança que nós, Sr. Deputado Artur Lima, seja qual for o Governo que se sente aqui (seja qual for o Governo que se sente aqui!) será o meu Governo, como açoriano;...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... será o nosso Governo; será o Governo que os açorianos disserem para se sentar aqui.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Esse Governo fará sempre melhor (sempre melhor!) do que aquilo que pudesse ser o mando a partir de outros sítios ou o mando de outros.

É essa convicção, essa certeza...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem a certeza? Quem é que defende o centralismo?

O Orador: Sr. Deputado, seja qual o for o Governo que se sente aqui.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Só se for o PCP!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Presidente, é capaz de fazer melhor do que isso!

O Orador: Seja qual for o Governo que se sente aqui! Porque será o Governo que os açorianos disserem e isso é Autonomia.

É bom que não seja aqui dentro que se comece a destruir, que se comece a minar, que se comece a corroer a grande vantagem que é nós termos Autonomia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu vou dizer-lhe porquê?

O Orador: Isso é o que eu gostaria de deixar também neste debate.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Sr. Presidente disse-me: “pelo amor de Deus!”

Eu digo-lhe: valha-nos Nossa Senhora!

Valha-nos Nossa Senhora, Sr. Presidente!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): É livre de pensar assim!

O Orador: Conheço-o bem, sei como pensa, sei que defende a Autonomia, sei que é um homem interessado e sei que se esforça por desempenhar bem o seu cargo.

Não tenho dúvidas, Sr. Presidente do Governo, nem lhe faço sequer nenhuma acusação nessa matéria.

Agora, permita-me que lhe diga uma coisa, e sempre lhe direi o seguinte:

Não é de qualquer Governo que os açorianos precisam.

Os açorianos precisam de um bom Governo, um Governo que respeite os dinheiros públicos, um Governo que faça bons investimentos, Sr. Presidente do Governo, para conseguir bons resultados na Autonomia.

Ninguém aqui é contra a Autonomia. Nem lhe aceito sequer...

A Autonomia falhou porque não foi capaz de corrigir as suas assimetrias, mesmo internas Sr. Presidente.

As assimetrias existem de uma ilha para a outra, Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Claro!

O Orador: As assimetrias existem dentro das próprias ilhas, Sr. Presidente.

E sabe uma coisa?

Quando se tem em prioridade...

Permita-me que, não querendo desviar do assunto, Sra. Presidente, dê este exemplo, de mau Governo, de má opção, contra a Autonomia.

É, por exemplo, querer investir 100 milhões em dois barcos que não servem rigorosamente para nada.

Deputada Graça Silva (*PS*): Isso é a sua opinião!

Deputado Berto Messias (*PS*): Onde isto já vai!

O Orador: Isto para nós é mau Governo, é má Autonomia e contra o desenvolvimento dos Açores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*) e **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*):

Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Pergunto...

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra. Dispõe de dois minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Eu disse aqui que nós, neste debate, o CDS e o PPM, já conseguimos uma coisa: sepultámos a ideia dos Governos de Ilha.

Esta Moção levou a que o Presidente do Governo e o Partido Socialista batessem a retirada em relação aos Governos de Ilha.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Essa vitória ninguém nos tira.

Quer dizer-vos o seguinte sobre esta questão:

Quando os espanhóis chegaram à América (muito rápido) os astecas tinham estabelecidos rituais em relação às batalhas. Marcavam o local e marcavam a hora (marcavam o local e marcavam a hora!). E ficaram muito surpreendidos quando os espanhóis não cumpriram o código do ritual da guerra e atacaram noutras horas e noutros locais.

Eu vou dizer-vos o seguinte:

O Partido Socialista definiu, em relação a esta matéria, uma data e um calendário, mas nós não aceitamos essa data e esse calendário.

Nós não aceitamos ficar calados enquanto ideias que passam pela “representação do Estado na Região ser assegurado pelo Presidente do Governo” e que passam, “à semelhança do que acontece noutras realidades autonómicas (estou a ler que é para não me dizerem que a ideia está incorreta), “a promulgação dos diplomas regionais deve ser competência do Presidente do Governo”, quando estas ideias de reforçar desta forma o Presidente do Governo estão em cima da Mesa e dentro do Partido Socialista, este é o momento do debate. Temos que estar no debate político.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vencemos nos Governos de Ilha e vamos vencer também assegurando-vos que o regime parlamentar vai prevalecer nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: A Mesa não tem mais inscrições.

Penso que podemos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP, 3 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Nós vamos interromper os nossos trabalhos por agora. Eu peço aos líderes e à Sra. Secretária Regional o favor de me acompanharem à sala de reuniões.

Eram 19 horas e 30 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

José António Vieira da Silva Contente

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Social Democrata (PSD)

Humberto Trindade Borges de Melo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputada que faltou à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

(*) Texto não revisto pelo orador.

P'la redatora: Noélia Escobar